

CARTA EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA

**PARTE I – CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO
SISTEMA EDUCATIVO**

**PARTE II – PROJECÇÕES DEMOGRÁFICAS E
PROCURA DE ENSINO**

PARTE III – BALANÇO PROSPECTIVO

IST, Novembro de 2006

CÂMARA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA

Carta Educativa

Parte I - Caracterização e Evolução do Sistema Educativo no concelho de
Albufeira

Parte II - Projecção Demográfica e Procura de Ensino

Parte III - Balanço Prospectivo

CESUR – Equipa técnica:

Prof. Rui Oliveira

Eng.^a Ana Catana

Eng. José Pedro Sousa

Eng. Nuno Oliveira

Eng. Pedro Pinto

Ana Carla Alves

IST, Novembro de 2006

NOTA PRÉVIA

A Carta Educativa visa dotar o município de um instrumento que permita adequar a rede de infra-estruturas de educação e ensino à procura previsível até ao ano de 2013. O estudo foi realizado pelo CESUR – Centro de Sistemas Urbanos e Regionais do Instituto Superior Técnico – no âmbito de protocolo assinado entre este e a Câmara Municipal de Albufeira (C.M.A.).

Este documento está organizado em três partes que correspondem às três fases de desenvolvimento do estudo.

Assim, a Parte I, para além de aspectos introdutórios de enquadramento legislativo e orientador e de caracterização sintética do concelho de Albufeira, é dedicada à caracterização da rede educativa actual e sua evolução recente, culminando com elementos sintéticos de diagnóstico preliminar.

Em documento separado, que constitui um anexo a esta carta, são apresentadas fichas de caracterização dos estabelecimentos que constituíam a rede escolar do concelho de Albufeira no ano lectivo de 2003/04. As referidas fichas foram elaboradas com base nos Inquéritos realizados às Escolas em 2003, posteriores melhoramentos nas escolas ou desactivação destas não são por isso contemplados.

Na Parte II são apresentadas análises demográficas e projecções demográficas, elaboradas com base num modelo de *cohort survival*, que sustentam as previsões da procura de ensino futura (a médio prazo, até 2013).

A Parte III constitui a parte propositiva da Carta Educativa. São explicitados os princípios orientadores, objectivos e critérios de re-ordenamento, elaboram-se diagnósticos prospectivos e apresentam-se as propostas de reorganização da rede educativa e o plano de actuações que operacionaliza aquelas propostas na vertente infra-estrutural, com estimativas dos custos de investimento, calendarização e identificação das entidades responsáveis.

Culmina-se com recomendações sobre a monitorização da Carta Educativa.

O presente documento resulta da adaptação dos relatórios intercalares que foram sendo produzidos ao longo do estudo. Por referência a esses relatórios, foram eliminadas da Parte I as considerações relativas à proposta de Lei de Bases da Educação que foi elaborada pelo 15º

Governo Constitucional e aprovada na Assembleia da República, mas que não chegou a ser promulgada pelo Presidente da República e que informou em parte a elaboração do relatório da Fase I.

Deste modo, houve que introduzir correcções, nomeadamente no sentido de eliminar elementos de enquadramento e princípios orientadores emanados da referida nova Lei de Bases (não promulgada) que constavam do relatório da Fase I. Do mesmo modo, não são contemplados na Parte III alguns exercícios de cenarização anteriormente apresentados e que, por terem sido preteridos em favor das propostas retiradas e agora apresentadas, perderam relevância.

Agradece-se a prestimosa colaboração das entidades e personalidades que contribuíram de formas diversas para a elaboração desta Carta Educativa, merecendo particular menção:

- Câmara Municipal de Albufeira
- Juntas de Freguesia do Concelho de Albufeira
- Direcção Regional de Educação do Algarve
- Escolas do Concelho de Albufeira
- Departamento de Avaliação e Análise Prospectiva do Ministério da Educação

No entanto, as opiniões expressas neste trabalho são da responsabilidade dos seus autores, não comprometendo nem a C.M.A. nem o IST.

ÍNDICE

	Pág.
CARTA EDUCATIVA DO	I
MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA.....	I
PARTE I – CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO	I
PARTE II – PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS E PROCURA DE ENSINO.....	I
PARTE III – BALANÇO PROSPECTIVO	I
NOTA PRÉVIA	1
ÍNDICE.....	3
ÍNDICE DE ANEXOS	6
INTRODUÇÃO	7
<i>1.1. A Carta Educativa: conceito e objectivos</i>	<i>7</i>
<i>1.2. Enquadramento Legislativo e Orientador.....</i>	<i>10</i>
<i>1.3. Informação.....</i>	<i>13</i>
<i>1.3.1. Fontes de Informação.....</i>	<i>13</i>
<i>1.3.2. Estruturação da Informação.....</i>	<i>14</i>
<i>1.4. O concelho de Albufeira: caracterização sintética.....</i>	<i>15</i>
<i>1.5. Orientações Estratégicas</i>	<i>19</i>
PARTE I – CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO NO CONCELHO DE ALBUFEIRA.....	23
I.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	23
I.2. A REDE DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA	33
<i>I.2.1. Agrupamentos Escolares</i>	<i>36</i>
<i>1.2.1.1. Agrupamentos Escolares no Concelho de Albufeira.....</i>	<i>37</i>
<i>I.2.2. Alterações Previstas no Parque Escolar em 2003/04.....</i>	<i>39</i>
I.3. CARTAS DE LOCALIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	40
I.4. A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR.....	43
<i>I.4.1. A Educação Pré-Escolar – Rede Pública</i>	<i>48</i>
<i>I.4.2. A Educação Pré-Escolar – Rede Privada.....</i>	<i>52</i>
I.5. ENSINO BÁSICO 1.º CICLO	56
<i>I.5.1. Ensino Básico 1.º Ciclo – Rede Pública</i>	<i>57</i>
<i>I.5.2. Ensino Básico 1.º Ciclo – Rede Não Pública.....</i>	<i>67</i>
I.6. ENSINO BÁSICO 2º E 3º CICLOS.....	69

1.6.1. Ensino Básico 2º Ciclo – Rede Pública.....	69
1.6.2. Ensino Básico 3º Ciclo – Rede Pública.....	72
1.6.3. Frequência e Taxas de Ocupação do 2º e 3º Ciclos.....	74
1.6.4. Caracterização das Infra-estruturas do 2º e 3º Ciclos.....	78
I.7. ENSINO SECUNDÁRIO	81
1.7.1. Ensino Secundário – Rede Pública.....	82
I.8. ENSINO PROFISSIONAL	86
I.9. ENSINO RECORRENTE E EDUCAÇÃO EXTRA – ESCOLAR	89
1.9.1. Ensino Recorrente	90
1.9.2. Ensino Extra-escolar	92
I.10. ENSINO ESPECIAL.....	93
I.11. TRANSPORTE ESCOLAR	94
I.12. ENSINO SUPERIOR	95
PARTE II - PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS E PROCURA DE ENSINO	96
II.1 INTRODUÇÃO	96
II.2 TENDÊNCIAS SOCIO-DEMOGRÁFICAS RECENTES.....	96
II.3 INDICADORES DEMOGRÁFICOS	106
II.3.1 Taxa de Fecundidade	106
II.3.2 Taxa de Mortalidade	111
II.3.3 Taxa Migratória	113
II.4 PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS 2013.....	115
II.4.1. Metodologia adoptada para a projecção da população	115
II.4.1.1 Dados de partida.....	115
DADOS OFICIAIS DO INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA:.....	115
II.4.1.2. Projecção da População em Crescimento Natural e com Taxas Migratórias	116
II.4.2. Projecções em Crescimento Natural.....	118
II.4.3. Projecções com Taxas Migratórias.....	118
II.5 PROCURA DE ENSINO.....	122
II.5.1. População em idade escolar	123
II.5.2. Procura de Ensino.....	124
II.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	126

PARTE III – PLANO DE REORGANIZAÇÃO DA REDE EDUCATIVA	127
III.1 NOTA PRÉVIA	127
III.2 CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS: PRINCÍPIOS ORIENTADORES.....	128
III.2.1. <i>Enquadramento Geral</i>	128
III.2.2. <i>Enquadramento Futuro</i>	130
III.2.3. <i>Princípios Orientadores</i>	131
III.3 DELIMITAÇÃO DE TERRITÓRIOS EDUCATIVOS	132
III.3.1. <i>Características do Território Educativo</i>	133
III.3.2. <i>Metodologia de Delimitação dos Territórios Educativos</i>	134
III.3.2.1. <i>Ordenamento do Território</i>	135
III.3.2.2. <i>Limites Administrativos das Freguesias</i>	136
III.3.3. <i>Gestão Educativa</i>	136
III.3.4. <i>Delimitação dos Territórios Educativos</i>	137
III.4. <i>Projecções da Procura de Ensino para 2013</i>	145
III.5. <i>Planeamento da Rede Escolar</i>	146
III.5.1. <i>Capacidade dos Equipamentos Escolares Existentes e já Programados</i>	146
III.5.2. <i>Balanço Prospectivo – Cenário de Base</i>	150
III.5.3. <i>Configuração da Rede Escolar</i>	155
III.5.4. <i>Hierarquização das intervenções a realizar</i>	163
III.5.4. <i>Elevação das ofertas educativas</i>	166
III.6 – <i>Considerações Finais/ Monitorização</i>	168

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo II.1 – Nados - vivos, Óbitos e Saldo Demográfico entre 1991 e 2000, por freguesia, no concelho de Albufeira

Anexo II.2 – Estimativa da Taxa de Fecundidade por freguesia e idade da mãe

Anexo II.3 – Evolução da Taxa Global de Fecundidade dos 15 aos 49 anos, desde 1991 a 2000, por freguesia do concelho de Albufeira

Anexo II.4 - Evolução da Taxa de Mortalidade por 1000 habitantes no concelho de Albufeira

Anexo II.5 – Projecções Demográficas para o Cenário Sem Migrações, Conservador, Base e Crescimento Acentuado

Anexo II.6 – Projecção Demográfica por freguesia e grupo etário (2013)(Cenário adoptado)

Anexo II.7 – Projecção Demográfica por freguesia e idade ano a ano (2004-2013)

Anexo II.8 – Nº de jovens na idade própria de cada ciclo de estudos por freguesia (1991-2001-2013)

INTRODUÇÃO

1.1. A Carta Educativa: conceito e objectivos

Conforme expresso no Artº 10º do D.L. 7/2003 de 15 de Janeiro, “A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e sócio-económico de cada município”

Segundo o mesmo diploma (Artº 11º) são objectivos da Carta Educativa:

“ 1 — A carta educativa visa assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, por forma que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efectiva que ao mesmo nível se manifestar.

2 — A carta educativa é, necessariamente, o reflexo, a nível municipal, do processo de ordenamento a nível nacional da rede de ofertas de educação e formação, com vista a assegurar a racionalização e complementaridade dessas ofertas e o desenvolvimento qualitativo das mesmas, num contexto de descentralização administrativa, de reforço dos modelos de gestão dos estabelecimentos de educação e de ensino públicos e respectivos agrupamentos e de valorização do papel das comunidades educativas e dos projectos educativos das escolas.

3 — A carta educativa deve promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas, com vista à criação nestas das condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis.

4 — A carta educativa deve incluir uma análise prospectiva, fixando objectivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos.

5 — A carta educativa deve garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município e regionais, por forma a assegurar a igualdade de oportunidades de educação pré-escolar e de ensino a todas as crianças e alunos.”

Ainda de acordo com o expresso no mesmo diploma (Artº 19º), a Carta Educativa é parte integrante do Plano Director Municipal (PDM), sendo a sua elaboração da competência da Câmara Municipal, com o apoio técnico do Ministério da Educação.

Deste modo, a Carta Educativa pode ser perspectivada como um instrumento sectorial de planeamento, tendo como objecto a educação, sendo uma peça indispensável do PDM. A Carta Educativa resulta de uma evolução do conceito de Carta Escolar e das Cartas de Equipamentos Colectivos (de Educação, de Saúde, de Desporto, etc.).

Na estruturação do território e do tecido urbano é hoje em dia evidente que os equipamentos colectivos assumem um papel fundamental na satisfação de necessidades básicas da população, prestando um contributo valioso nas funções centrais das áreas urbanas onde se inserem.

O conceito de Carta de Equipamentos está associado à necessidade de acrescentar ao planeamento urbanístico e, especificamente, ao planeamento de equipamentos colectivos um enfoque sectorial aprofundado.

As “Cartas” foram concebidas como instrumentos integrantes de um processo de planeamento mais vasto e, como tal, sujeitas a um aprofundamento sucessivo e a uma actualização permanente (monitorização). Nesta óptica, constituem-se como instrumentos sectoriais de planeamento e gestão do território, que organizam o conhecimento sobre cada um dos domínios específicos e propõem estratégias e estruturas base de equipamentos para o desenvolvimento dos concelhos, de acordo com cenários de crescimento populacional estabelecidos e com as necessidades e aspirações da população.

O processo de planeamento não é um acto singular, cabendo ao planeador adoptar uma atitude crítica no que respeita à análise das capacidades actuais ou futuras para cada tipo de equipamento, até porque as necessidades não são estáticas, evoluindo continuamente a forma de

satisfazer a procura. “É recomendável, todo o cuidado mesmo na aplicação de padrões de dimensionamento e da qualidade na programação e construção dos equipamentos, adaptando a perspectiva incrementalista dos melhoramentos graduais e acertando soluções *ad hoc* perante situações específicas fora do modelo corrente. É contudo pertinente apontar como inconvenientes as soluções provisórias, que têm trazido elevados prejuízos económicos, urbanísticos e culturais ao país.”¹

Com o intuito de otimizar as redes de equipamentos existentes, torna-se necessário considerar: a localização e dimensão das instalações, no que respeita à população servida e à distribuição das distâncias a percorrer, determinando se a sua capacidade é suficiente para a procura prevista ou se existem alternativas, adquirindo soluções válidas que melhor sirvam a população abrangida e em estreita articulação com os vectores estratégicos de desenvolvimento do concelho, nomeadamente os que emanam do Plano Director Municipal.

O presente trabalho encontra-se estruturado para que seja perceptível a realidade actual do sistema educativo do concelho, identificando carências e situações de excesso de oferta. A construção de uma base de conhecimentos sólida e coerente permite partir para a elaboração de um diagnóstico rigoroso e objectivo do qual emanam as acções a adoptar tendo em vista corrigir as situações de disfunção, pontual ou generalizada, da Rede de Equipamentos de Ensino do Concelho.

¹ In: “Normas Urbanísticas – Volume 1” DGOTDU / UTL, pág. 87

1.2. Enquadramento Legislativo e Orientador

Os princípios gerais que nortearam a primeira parte deste trabalho encontram-se, para além do referido Decreto-Lei n.º 7/2003², na Lei de Bases do Sistema Educativo³ (LBSE) a qual define as grandes linhas orientadoras do planeamento da rede escolar, num vasto conjunto de diplomas que surgiram na sequência⁴ da LBSE nomeadamente em relação à educação pré-escolar⁵, nos critérios de planeamento da Rede Escolar⁶ propostos pelo Ministério da Educação, bem como nos normativos sobre os novos programas de espaços⁷, na legislação sobre autonomia e gestão das escolas⁸, na legislação específica dos Planos Municipais de Ordenamento do Território com incidência na Carta Educativa⁹ e no Plano Director Municipal de Albufeira.

Prevê-se para breve alterações no enquadramento do sistema educativo, nomeadamente através do alargamento da escolaridade obrigatória o qual consta no Programa de Governo.

No âmbito deste trabalho, apesar de não estar ainda em vigor, será contemplada a previsível escolaridade obrigatória de 12 anos, mas apenas na fase de elaboração de propostas (Fase III).

² Decreto-Lei n.º 7/2003 de 15 de Janeiro – Regula a elaboração e a aprovação de Cartas Educativas.

³ Lei n.º 46/86.

⁴ Despacho Conjunto n.º 28/SERE/SEAM/88, Decreto-Lei n.º 286/89, Decreto-Lei n.º 108/88, Despacho n.º 33/ME/91.

⁵ Lei n.º 5/97 – Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar, Decreto-Lei n.º 147/97 – Regime jurídico do desenvolvimento da educação pré-escolar e Despacho Conjunto n.º 268/97 – Normas de instalações.

⁶ Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento, Lisboa, 2000.

⁷ Direcção Geral da Administração Escolar/Departamento de Gestão dos Recursos Educativos.

⁸ Decreto-Lei n.º 115-A/98 de 4 de Maio.

⁹ Decretos-Lei n.º 69/90, 25/92, 211/92 e 281/93 e no documento "Recintos Escolares - Critérios para designação urbanística".

O figurino adoptado na elaboração desta Carta Educativa seguirá a estrutura referenciada pelo Decreto-Lei 7/2003 e as recomendações sugeridas pelo Ministério da Educação, nomeadamente através da Direcção Regional de Educação do Algarve (DREA), a saber:

"A caracterização socio-económica engloba uma descrição sucinta das actividades económicas do concelho e da evolução demográfica, apresentando a hierarquização dos principais aglomerados, de acordo com os Planos Directores Municipais e conferindo um particular destaque às perspectivas de desenvolvimento futuro;

A caracterização e evolução do sistema educativo pretende traçar um quadro retrospectivo e prospectivo do ensino e avaliar os níveis de escolarização, de sucesso e de abandono na actualidade bem como analisar as condições de funcionamento do parque escolar existente;

Estabelecido o diagnóstico e detectadas as principais anomalias da rede escolar, apresentam-se as propostas de reconfiguração, a localização espacial dos estabelecimentos de ensino nas plantas concelhias e um estudo sumário sobre as prioridades de investimento."

A Lei de Bases do Sistema Educativo em vigor prevê a reconfiguração da rede escolar à luz do espírito da integração do educação pré-escolar e dos três ciclos do ensino básico e da progressiva autonomização do ensino secundário.

No actual enquadramento tomou corpo o conceito de Território Educativo, princípio estruturante das novas redes escolares que permite organizar o espaço geográfico concelhio em áreas nas quais se assegura o cumprimento da escolaridade obrigatória em funcionamento integrado, contendo, assim, uma vertente de carácter pedagógico e outra de ordenamento territorial e urbanístico.

A Escola Básica Integrada (EBI/JI), onde funciona a educação pré-escolar e os 3 ciclos do ensino básico, constitui para a Lei de Bases do Sistema Educativo a resposta ideal ao modelo de ensino proposto naquele documento.

Assim, o cumprimento dos princípios de integração e sequencialidade tem que ser conseguido articulando um conjunto de escolas de vários tipos em torno de uma Escola Nuclear que congrega maiores e mais especializados recursos físicos e humanos. Este conjunto de escolas, articuladas em rede, permitirá cumprir toda a escolaridade obrigatória às crianças residentes na sua área de influência.

O modelo de Unidade Território Educativo que será adoptado neste estudo toma ainda em consideração as acessibilidades (pedonal e em transporte colectivo), barreiras naturais existentes e irradiações das várias tipologias de equipamento, procurando configurar soluções que permitam o acesso, em segurança, aos estabelecimentos do ensino básico.

1.3. Informação

1.3.1. Fontes de Informação

A elaboração deste relatório assentou em informação de base proveniente de vários domínios (estrutura urbanística, cartografia, educação e ensino), o que obrigou a um longo trabalho de recolha, processamento e validação da informação.

A informação urbanística e cartográfica é proveniente dos estudos e levantamentos que foram feitos no âmbito do PDM, tendo sido as bases cartográficas disponibilizada pela C.M.A.

Recolheram-se junto do Instituto Nacional de Estatística os dados demográficos definitivos provenientes do Censo de 2001, nomeadamente a estrutura etária da população desagregada em grupos anuais (ano a ano). Obtiveram-se também elementos sobre a população recenseada na última década e desde 1981 (para a freguesia de Albufeira) através da CMA e das juntas de freguesia de Albufeira, Ferreiras, Paderne, Guia e Olhos d'Água.

Os dados da educação e ensino foram obtidos através dos seguintes canais:

- Câmara Municipal de Albufeira: Divisão de Educação; Divisão de Assuntos Sociais
- Juntas de Freguesia – Albufeira, Ferreiras, Paderne, Guia e Olhos de Água, que reuniram esforços na agregação de dados relativos à população recenseada na década de noventa;
- Ministério da Educação: DREA – Direcção Regional da Educação do Algarve – e DAPP – Departamento de Avaliação, Planeamento e Prospectiva –;
- Estabelecimentos de ensino: Informação recolhida através de inquéritos direccionados para cada um dos níveis de ensino desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário.

I.3.2. Estruturação da Informação

Um dos aspectos mais relevantes do tratamento informático foi a possibilidade de confrontar a informação recolhida das diferentes fontes e analisar, por um lado, a coerência interna de determinada fonte de informação e, por outro, testar a conformidade dessa origem com as restantes. Deste modo, conseguiu obter-se uma síntese global, consistente e significativa dos dados disponíveis, numa visão, tão completa quanto possível, do sistema de ensino do concelho de Albufeira.

Para a catalogação dos estabelecimentos de ensino foi adoptada uma designação única baseada nos 3 últimos dígitos do código atribuído ao estabelecimento pelo ME¹⁰ (código DAPP), precedido de um "0" que indica que o estabelecimento existe e faz parte da rede de equipamentos de ensino (independentemente de ser público, privado ou uma IPSS), de um "1" que indica que a escola já estava programada na altura da elaboração da Carta Educativa, de um "2" que indica que a escola é o resultado de proposta emanada da presente Carta Educativa, de um "3" quando a escola se encontra desactivada e de um "4" quando diz respeito a estabelecimentos de ensino profissional ou superior. Nas situações em que as escolas não tenham código atribuído pelo ME, ser-lhes-á destinado um, em que o dígito de prefixo funciona como descrito anteriormente, e os restantes três dígitos serão sequenciais.

10 Este código do Ministério da Educação é constituído por 7 dígitos em que os primeiros 4 dígitos são comuns a todos os estabelecimentos de ensino do concelho, variando apenas os últimos 3.

1.4. O concelho de Albufeira: caracterização sintética

Albufeira é um dos dezasseis municípios do distrito de Faro. A sede de concelho é a cidade de Albufeira, a qual dista cerca de 39 km da capital de distrito (Faro), cerca de 250 km de Lisboa e fica a aproximadamente 70 km da fronteira com a Espanha (Ayamonte).

O concelho de Albufeira confina a Oeste com o concelho de Silves, a Norte e Este com o município de Loulé e a Sul com o Oceano Atlântico.

Este município abrange uma área de aproximadamente 140 km², é composto por 5 freguesias e tem 31543 habitantes (Censos de 2001). As freguesias que apresentam uma maior densidade populacional são Albufeira (com mais do dobro da densidade de qualquer outra freguesia), Olhos de Água e Ferreiras (ver Quadro I. 1).

QUADRO I. 1 – ÁREAS E DENSIDADES POPULACIONAIS DAS FREGUESIAS DE ALBUFEIRA

Freguesia	Habitantes (Censo 2001)	Área (Km ²)	Densidade Populacional (Hab./Km ²)
Total do Concelho	31 543	140,7	224,2
Albufeira	16 237	26,6	610,4
Ferreiras	4 951	21,9	226,1
Guia	3 630	25,1	144,6
Olhos de Água	3 221	14,4	223,7
Paderne	3 504	52,7	66,5

Fonte: INE – XIV Recenseamento Geral da População 2001

Este município ainda conserva áreas de cariz marcadamente rural, nomeadamente na freguesia de Paderne (a mais interior do concelho) que se caracteriza por uma ocupação algo dispersa do território, com maior aglomeração junto da sede de freguesia.

Este modelo de ocupação não é, contudo, o espelho do que se passa no restante território municipal, onde o crescimento de Albufeira dos últimos anos é evidente e está bem marcado na

paisagem que possui. Quer isto dizer que a fácil acessibilidade que desfruta em relação a quem chega do Norte e mais recentemente o facto de ter “ganho” a auto-estrada, se traduz num canal aberto entre os grandes centros urbanos fornecedores de turistas nacionais (e também estrangeiros, já que há muitos que chegam por terra). O resultado prático desta ligação é uma rede de aglomerados urbanos que apresentam uma densidade habitacional significativa.

O processo de “densificação” urbana de Albufeira terá tido início após a década de 60, altura em que a indústria turística “descobriu” os 30 quilómetros de costa divididos em 23 praias de areia branca que este município possui. Desde então, os laços que ainda se mantinham com as actividades primárias (como a agricultura e as pescas) e secundárias foram progressivamente quebrados, dando lugar a uma sociedade eminentemente virada para o turismo¹¹, tanto a nível das profissões exercidas pelos habitantes locais como também do parque edificado¹².

Fruto do potencial turístico regional e em particular do concelho de Albufeira, desde cedo, este se assumiu como um destino de eleição no país. Tal actividade fomentou o crescimento concelhio e atracção de pessoas e actividades económicas. Face a este cenário, o concelho registou um progressivo crescimento urbanístico, não só para dar resposta à população residente, como para acolher turistas e visitantes, sendo notória e crescente, a proliferação de segundas residências. A

¹¹ *“Nem sempre foi assim, contudo: a agricultura e a pesca, com as indústrias adjacentes, ocupavam até há algum tempo os lugares cimeiros na economia da região. No princípio deste século, a pesca sofreu um forte desenvolvimento, ali como em outras regiões do Algarve. Em 1909 foram edificadas as duas primeiras fábricas de conservas, na década de 20 já eram cinco. Fechariam uma a uma no apogeu do Estado Novo, as muitas armações ficaram arruinadas, a fábrica de frutos secos fechou. A população fixa reduziu-se para metade, entre os anos 30 e 60.*

Valeu o Turismo. Em 1918, Albufeira já tinha dois hotéis. Os veraneantes não chegavam então de paragens estrangeiras. Vinham do Algarve, do Alentejo, de Lisboa. Clientela nacional que aumentou com a inauguração da FNAT, em 1958 e ainda mais na década de 60, quando chegam também as primeiras vagas de Turismo estrangeiro em quantidade. Albufeira cresce então, os edifícios valorizam-se, os terrenos antes monopolizados pelas alfarrobeiras e às amendoeiras urbanizam-se agora.

Graças à indústria turística, Albufeira não mais parou de crescer desde então, aos poucos a população abandonou campos e barcos e dedicou-se ao comércio e ao Turismo. O concelho cresceu: terá hoje cerca de 30 mil residentes, mas em 1991 (segundo os censos daquele ano) eles não ultrapassavam 21 mil. Um mar de oportunidades para quem chega apenas para trabalhar explica o crescimento. No entanto, tem uma das mais altas taxas de população flutuante do Algarve, em Agosto o número de residentes é multiplicado por dez.”, “A procura do turismo de qualidade”, in http://www.amal.pt/sulsticio/1/terra_a_terra.html – Dez. 2003

¹² *Com cerca 33.100 camas, o concelho de Albufeira representa 30 % da oferta turística qualificada do Algarve, 40 % da oferta global se se levar em conta também as outras camas, segundo a Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve (AHETA).*

expressão deste crescimento observa-se na ocupação de solo urbano e urbanizável, o qual, nas últimas décadas se tem esgotado gradualmente. Enquanto consumidora de espaço, a actividade turística tem descaracterizado o território, massificando procuras, evidenciando-se, já hoje, alguns sinais de saturação. O grande desafio que se tem colocado é o da requalificação urbanística através de acções conjuntas entre a autarquia e os privados, sendo igualmente Albufeira um dos alvos de intervenção do Programa POLIS. Procura-se incessantemente o harmonioso convívio entre a cidade residencial e a cidade turística, coincidentes, mas com necessidades diversas.

A questão do Turismo no Algarve e particularmente em Albufeira conduz inevitavelmente à problemática da sazonalidade que, sobretudo em alturas de Verão traz ao concelho uma população temporária dez vezes superior à residente. Contudo, o turismo fora de época tem vindo a crescer e o centro de Albufeira é hoje um cosmopolita emaranhado de ruas onde, todo o ano, convivem gentes de culturas diversas. A existência de segundas residências no Concelho e a entrada em funcionamento da auto-estrada e ligação a Lisboa contribuem de forma crescente para o turismo fora de época, nomeadamente aos fins-de-semana durante praticamente todo o ano, ainda que com maior incidência na Primavera e Verão.

Como foi acima referido, o concelho de Albufeira tem uma distribuição da população pelo seu território bastante desigual, sendo evidente o contraste entre as freguesias do litoral, densamente ocupadas e com grande expressão da população urbana, e as áreas interiores do concelho, de cariz rural e povoamento mais disperso. Convém enquadrar estas características num contexto territorial alargado.

A hierarquia dos aglomerados traduz-se essencialmente nas sedes de Freguesia e nalguns locais situados na faixa litoral do concelho. Estes concentram-se maioritariamente junto da sede do concelho e ao longo de todo o seu litoral, mas também ao longo da EN 125 e na EN 395. No interior do concelho, surgem algumas povoações com menor importância relativa em termos populacionais. Em Albufeira, a densidade urbanística e de população residente, diminui gradualmente ao distanciar-se do litoral. A título de exemplo, veja-se a densidade populacional da freguesia de Albufeira face à de Paderne, as quais detêm 610 hab/Km² e 66 hab/Km²

respectivamente. Pelas especificidades da actividade económica dominante, a hierarquia dos aglomerados confunde-se com os pólos turísticos do concelho, sendo que muitos deles deixaram de possuir apenas carácter turístico, passando a deter também, características de uso residencial permanente.

Inserido num âmbito regional, este contraste de zonas urbanas/litorais e áreas rurais/interiores é característica de toda a região do Algarve. No Quadro I. 2 apresentam-se algumas estatísticas do território e população de Albufeira e concelhos vizinhos.

QUADRO I. 2 - ESTATÍSTICAS GEOGRÁFICAS DO ALGARVE, ALBUFEIRA E CONCELHOS

VIZINHOS

	População 2001	Área (Km ²)	Densidade Populacional (hab/Km ²)	Nº de Freguesias
Algarve	395218	4995,2	79,1	84
Albufeira	31543	140,7	224,2	5
Faro	58051	202,1	290,1	6
Lagoa	20651	88,9	236	6
Loulé	59160	765	78,6	11
Silves	33830	679,2	49,9	8

Fonte: INE

Verifica-se pela análise dos valores apresentados que Albufeira se encontra numa posição intermédia entre o concelho mais denso e populoso (Faro) e os concelhos mais rurais e com menor densidade populacional (casos de Loulé e Silves). Estes concelhos serão considerados novamente, para comparação de indicadores referentes à escolaridade, no Capítulo I.1 – Considerações Gerais da Parte I – Caracterização e Evolução do Sistema Educativo no Concelho de Albufeira.

1.5. Orientações Estratégicas

Seguidamente, apresentam-se algumas considerações estratégicas, elaboradas pela Câmara Municipal de Albufeira, nos domínios da educação e ensino, em 2004¹³:

“O Município de Albufeira surge normalmente associado à actividade turística, e possui a esse nível, qualidades e características ímpares no país. Contudo, no âmbito das suas competências não descarta todas as outras actividades e todo o tipo de públicos.

A educação constitui um importante sector, onde têm vindo a ser implementadas diversas medidas que visam a melhoria e consolidação da sua qualidade, com o intuito de reunir as condições ideais na prestação deste serviço.

Naturalmente, a população jovem requer uma atenção e preocupação especial e redobrada, e por isso o município centra nela uma parte considerável da sua acção. A constante remodelação e apetrechamento dos estabelecimentos de ensino, assim como as actividades lúdicas, culturais e desportivas que promove durante todo o ano, fazem de Albufeira um concelho activo e atento às necessidades da população mais jovem, e preocupado em proporcionar-lhes as melhores condições possíveis e necessárias para a obtenção de um ensino de qualidade e um rendimento escolar positivo.

*O alargamento da rede de Jardins-de-Infância do Concelho, assim como a sua capacidade tem-se manifestado como uma aposta do Município, o qual tem obtido resultados deveras positivos. Actualmente constitui objectivo avançar para a implementação de **actividades complementares de acção educativa** nos estabelecimentos que ainda não possuem, de modo a*

¹³ Neste relatório não foi contemplada a nova EB1 de Vale Pedras, na freguesia de Albufeira e actualmente em fase de projecto, previsivelmente com 12 e 3 salas para o 1º ciclo e jardim de infância.

garantir a sua total cobertura. Prevê-se igualmente uma intervenção no Jardim-de-Infância de Vale de Serves – Ferreiras, de modo a garantir o aumento da sua capacidade.

Relativamente aos equipamentos direccionados para a educação, pretende-se que as escolas do 1º ciclo da rede pública de Albufeira reúnam as características essenciais para serem consideradas completas, isto é, que possuam **instalações desportivas** adequadas, que permitam a prática desportiva durante todo o ano lectivo, e sem estar dependente de condições climáticas; que possuam **refeitórios** que possibilitem o fornecimento de alimentação a todos os alunos que a desejarem; e por último e de extrema importância, que possuam **bibliotecas**. Neste último caso, foram estabelecidos alguns **Protocolos** com a Direcção Regional de Educação do Algarve, que visam proporcionar a criação de bibliotecas escolares em todos estabelecimentos públicos do 1º ciclo do Concelho. Nesse âmbito, pretende-se implementar uma **rede de bibliotecas escolares** que se encontrem munidas de publicações que facilitem a consulta e estimulem o gosto pelos livros e autores, aproximando os alunos deste tipo de espaços, e fomentando o seu interesse pelo estudo e pela leitura.

Prioritário no âmbito da política de educação do Concelho, é a instauração do **regime normal** de funcionamento em todas as escolas do 1º ciclo da rede pública, uma vez que actualmente a maioria funciona em regime duplo. O regime normal contribui igualmente para a **melhoria do aproveitamento e rendimento escolar** por parte dos alunos. Ao mesmo tempo, poder-se-á ampliar a cobertura dos ATL's do Concelho e assim servir um maior número de crianças.

De forma a reforçar a cobertura dos estabelecimentos de ensino, encontra-se prevista a construção de **uma nova escola** do 1º ciclo e Jardim-de-Infância na Correeira em Albufeira. A ampliação de instalações existentes constitui outra solução para a melhoria e **funcionalidade** deste serviço, assim encontram-se projectadas intervenções na escola do 1º ciclo de Albufeira n.º1, a qual contará com uma biblioteca e uma sala de professores, esta última que ocupava um espaço provisório, assim como nas escolas do 1º ciclo de Brejos – Albufeira, Vale de Carro – Olhos de Água, e Ferreiras. Estas intervenções permitem alargar a cobertura da rede de

equipamentos escolares públicos, o aumento do número de salas de aula e servir com qualidade um maior número de alunos.

A transformação da escola do 1º ciclo da Guia em Jardim-de-Infância, constituirá uma realidade, assim se concretize o desejo de construir uma nova escola integrada do 1º e 2º ciclo nesta freguesia, objectivo que se pretende ver implementado a curto prazo.

*Mas a aposta do Município não passa apenas pelos novos estabelecimentos de ensino e melhoria dos existentes, passa também pelo apetrechamento, por exemplo através da disponibilização de meios que facilitem o acesso às **novas tecnologias**, nomeadamente à **Internet**, que actualmente já cobre toda a rede escolar do Concelho. Assim o principal objectivo nesta área é incrementar o número de postos de acesso à Internet nas escolas, de forma a servir simultaneamente um maior número de alunos, e permitir que estes ganhem competências ao nível informático, com certeza uma mais valia no desenrolar dos respectivos percursos lectivos. De igual forma pretende-se que todos os estabelecimentos escolares se encontrem a funcionar em rede, com o intuito de facilitar o contacto e a **troca de experiências** entre os alunos das diversas escolas.*

*Com o objectivo de qualificar o **pessoal não docente** dos estabelecimentos públicos concelhios, nomeadamente da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico, o Município encontra-se a desenvolver **um plano de formação** no âmbito do programa FORAL no qual irá formar os funcionários em áreas chave e de extrema importância para o desempenho das suas funções, o que permitirá também a melhoria da **qualidade das relações** estabelecidas com o público com quem trabalham, neste caso com as crianças*

*No âmbito do **pessoal docente**, a autarquia promove regularmente **Seminários Temáticos** adequados aos diferentes grupos disciplinares, os quais são participados por inúmeros professores não só do Concelho, como de toda a região. Este será certamente um caminho a seguir, tendo em vista o aprofundamento e melhoria de conhecimentos, assim como a constante **reciclagem de saberes**, essenciais no exercício da função docente.*

Com estas apostas, Albufeira continuará a afirmar-se como um Concelho onde é bom viver, e que reúne as melhores condições para a realização dos estudos dos seus jovens e crianças, proporcionadas por infra-estruturas escolares modernas, bem apetrechadas, com particular atenção à inovação e às novas tecnologias, e sempre na procura da prestação de um serviço educativo de qualidade.”¹⁴

¹⁴ Texto elaborado pelo Vereador responsável pelo Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Albufeira, em 2004

PARTE I – CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO NO CONCELHO DE ALBUFEIRA

I.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A rede pública no concelho de Albufeira tem uma expressão muito significativa em todos os níveis de ensino, uma vez que a rede privada abrange apenas 7% dos alunos matriculados, sendo os restantes 93% pertencentes à rede pública (Gráfico I.1).

GRÁFICO I.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS PELO ENSINO PÚBLICO E NÃO PÚBLICO (2003/04)



Fonte: Inquérito realizado às Escolas

Ao analisar o Quadro I.3, que apresenta a distribuição dos alunos do ensino público e não público, pelos diferentes níveis de ensino, no ano lectivo 2003/04 no concelho de Albufeira, verifica-se a importância da rede pública em todos os níveis de ensino. Relativamente à educação pré-escolar há que referir uma capacidade da rede pública muito superior à rede não pública, uma vez que 65% dos alunos matriculados nesse nível de ensino frequentam estabelecimentos municipais. No que diz respeito aos restantes ciclos, pode referir-se que só existe oferta pública, com excepção do ensino profissional, visto que a única escola existente tem gestão privada.

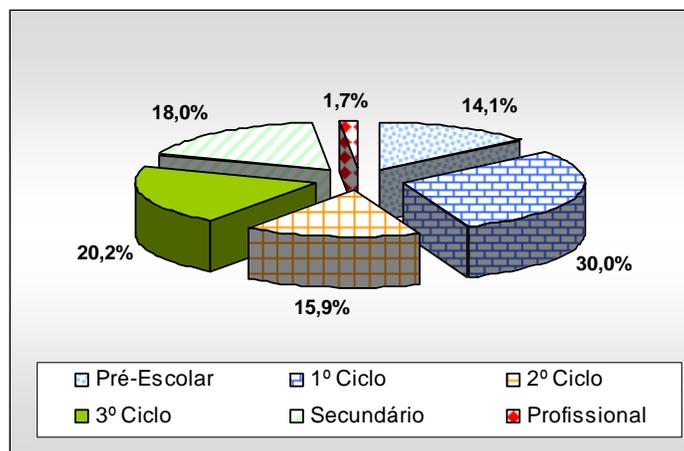
QUADRO 1.3 – REPARTIÇÃO DOS ALUNOS PELOS VÁRIOS NÍVEIS E REDES DE ENSINO (ANO LECTIVO DE 2003/04)

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	Nº de Alunos	%
Rede Pública	570	65
Rede Privada - Particular	67	8
Rede Privada - IPSS	237	27
Total	874	100
ENSINO BÁSICO - 1º CICLO	Nº de Alunos	%
Público	1754	92
Rede Privada - Particular	47	2
Rede Privada - IPSS	0	0
Público - Recorrente	109	6
Total	1910	100
ENSINO BÁSICO - 2º CICLO	Nº de Alunos	%
Público	950	96
Público - Recorrente	40	4
Total	990	100
ENSINO BÁSICO - 3º CICLO	Nº de Alunos	%
Público	1193	95
Público - Recorrente	63	5
Total	1256	100
ENSINO SECUNDÁRIO	Nº de Alunos	%
Público	861	77
Público - Recorrente	256	23
Total	1117	100
ENSINO PROFISSIONALIZANTE	Nº de Alunos	%
Particular	108	100
Total	108	100
ENSINO BÁSICO - 1º E 2º CICLOS	Nº de Alunos	%
Público	2704	91
Público - Recorrente	212	7
Particular/Cooperativo	47	2
Total	2963	100
ENSINO BÁSICO - 3º CICLO E SECUNDÁRIO	Nº de Alunos	%
Público	2054	87
Público - Recorrente	319	13
Total	2373	100
TOTAL DO ENSINO NO CONCELHO DE ALBUFEIRA	Nº de Alunos	%
Público	5328	85
Público - Recorrente	468	7
Não Público	459	7
Total	6255	100

Fonte: C.M.A. / Inquéritos Realizados às Escolas

Da análise do Gráfico I. 2 pode constatar-se a um grande equilíbrio entre os vários níveis de ensino neste município, sobressaindo apenas o 1.º ciclo, que representa 30% dos alunos matriculados. Quando se compara o número médio de alunos por ano escolar, do 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, com os do ensino Secundário (Quadro I.3), constata-se que apesar do 2.º ciclo apresentar uma menor expressão ao nível do Concelho (menor n.º total de alunos), é aquele que apresenta um maior número de alunos por ano (Quadro I.4). Esta situação é facilmente explicada pelo facto de este ser constituído por apenas dois anos escolares (5.º e 6.º ano), enquanto que a situação do secundário poderá explicar-se pela opção de não prosseguimento de estudos após a escolaridade obrigatória.

GRÁFICO I. 2 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS PELOS VÁRIOS NÍVEIS DE ENSINO (2003/04)



Fonte: C.M.A. / Inquéritos Realizados às Escolas

QUADRO I.4 – NÚMERO MÉDIO DE ALUNOS POR ANO DE ESCOLARIDADE, POR CICLO (REDE PÚBLICA E PRIVADA)

Ano Lectivo de 2003/04				
	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário
Nº Total de Alunos (ens. normal e recorrente)	1 863	990	1 256	1 117
Nº Médio de Alunos por Ano de Escolaridade	466	495	419	372

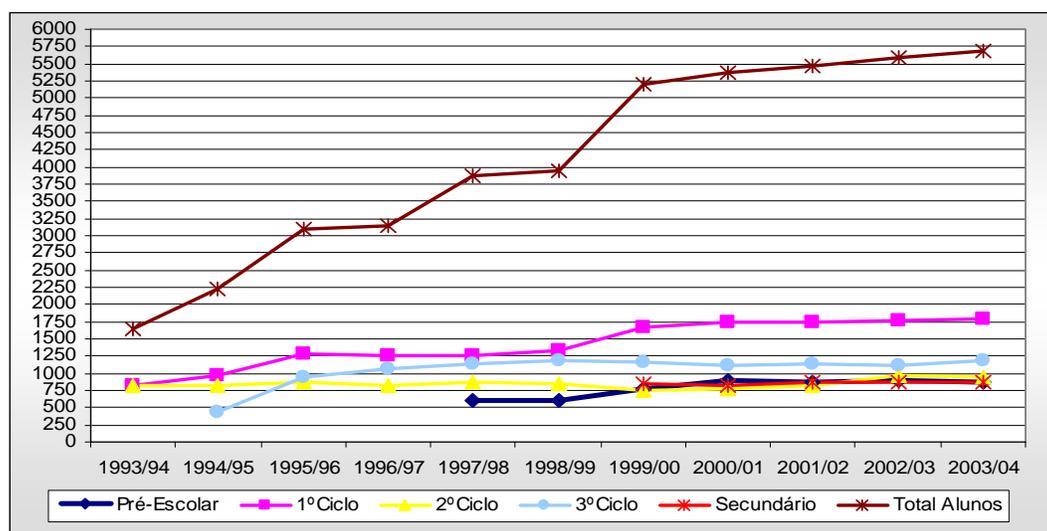
Fonte: C.M.A. / Inquéritos Realizados às Escolas

O Quadro I. 5 e o Gráfico I. 3 ilustram a evolução do número de alunos na rede pública e privada desde o ano lectivo de 1993/94 a 2003/04. Porém, é de referir que entre o ano lectivo de 1993/94 e 1998/99, existem escolas cujos dados não foi possível compilar, razão pela qual se verifica alguma disparidade na evolução do número de alunos matriculados. Do ano lectivo de 1999/00 em diante, os dados dos alunos inscritos são conhecidos para todas as escolas.

QUADRO I. 5- EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA E NÃO PÚBLICA, EM REGIME DIURNO E RECORRENTE, NO CONCELHO DE ALBUFEIRA DESDE O ANO LECTIVO DE 1999/00 ATÉ 2003/04

Ano Lectivo	Pré-Escolar	1ºCiclo	2ºCiclo	3ºCiclo	Secundário	Total Alunos
1993/94		833	818			1651
1994/95		976	832	428		2236
1995/96		1276	872	942		3090
1996/97		1256	822	1059		3137
1997/98	611	1264	864	1141		3880
1998/99	597	1335	836	1176		3944
1999/00	766	1670	752	1170	850	5208
2000/01	899	1754	764	1125	817	5359
2001/02	881	1743	822	1142	876	5464
2002/03	896	1762	966	1102	871	5597
2003/04	874	1801	950	1193	861	5679

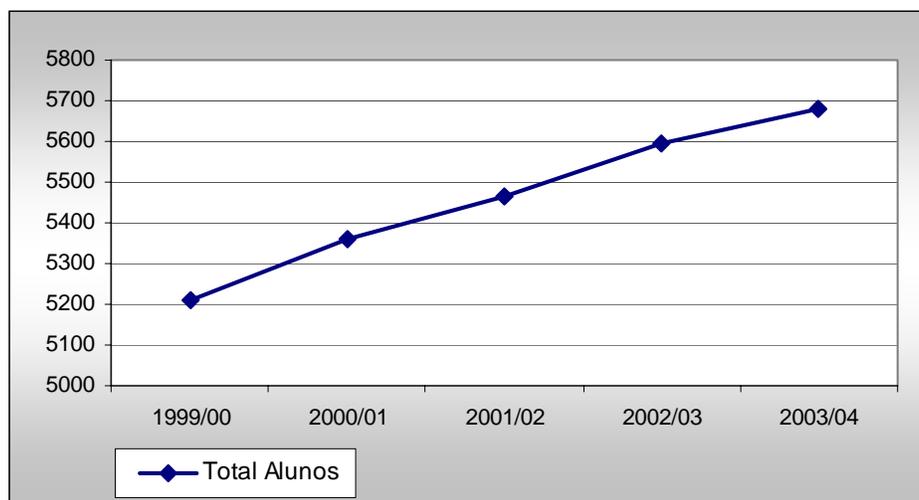
GRÁFICO I. 3 - EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE PÚBLICA E NÃO PÚBLICA, EM REGIME DIURNO E RECORRENTE, NO CONCELHO DE ALBUFEIRA DESDE O ANO LECTIVO DE 1999/00 ATÉ 2003/04



Fonte: C.M.A. / Inquéritos Realizados às Escolas

A fim de melhor se perceber a evolução do número de alunos inscritos nos estabelecimentos de ensino do concelho de Albufeira, optou-se por representar o Gráfico I.4, o qual entra em linha de conta apenas com os anos lectivos cujos dados estão completos, ou seja a partir de 1999/00.

GRÁFICO I.4 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS INSCRITOS NO CONCELHO DE ALBUFEIRA DESDE O ANO LECTIVO DE 1999/00 ATÉ 2003/04



Fonte: C.M.A. / Inquéritos Realizados às Escolas

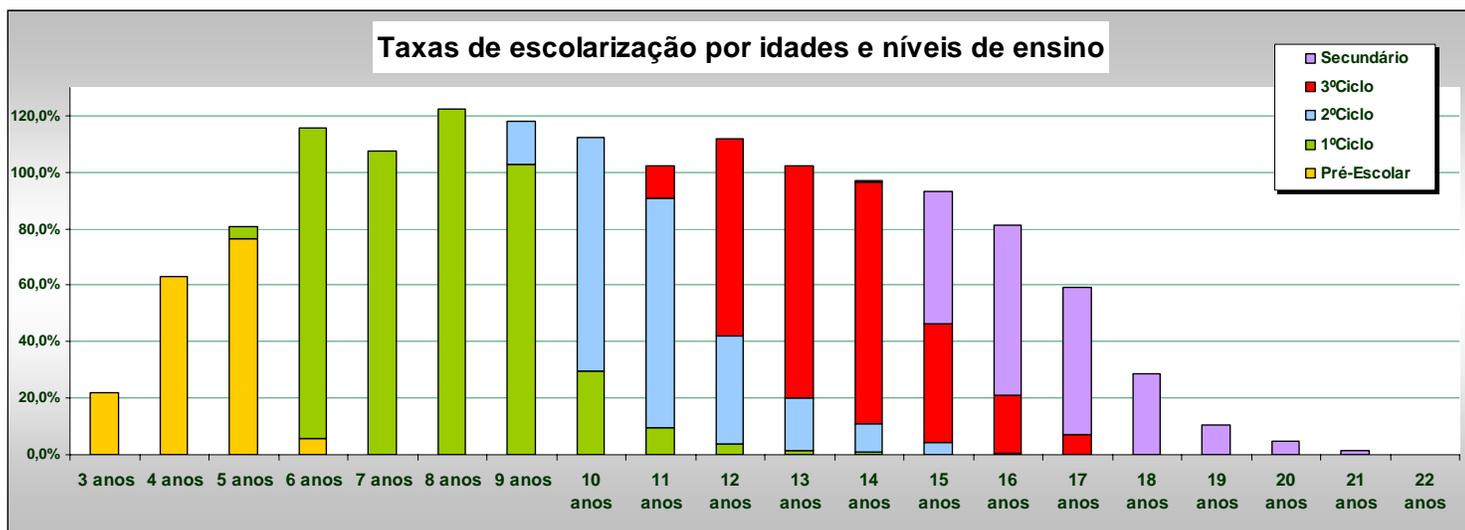
É possível detectar, através da análise destes gráficos, que a população escolar tem sofrido um acréscimo nos valores registados. O desenvolvimento verificado nas duas últimas décadas no concelho de Albufeira poderá estar na origem deste aumento verificado na população escolar, uma vez que tal expansão tem vindo a cativar famílias jovens provenientes de outros concelhos e, conseqüentemente, a engrossar a procura de ensino.

O Quadro I.6 e Gráfico I.5 representam as taxas de escolarização na educação Pré-Escolar, no Ensino Básico e Secundário, por idade ano a ano, calculadas dividindo, para cada idade, uma estimativa dos alunos escolarizados em cada um dos ciclos de estudos, pela população residente projectada.

QUADRO I.6 E GRÁFICO I.5 – TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO POR IDADES E NÍVEIS DE ENSINO NO CONCELHO DE ALBUFEIRA REDE PÚBLICA (2003/04)

	3 anos	4 anos	5 anos	6 anos	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos	19 anos	20 anos	21 anos	22 anos	TOTAL	
População	368	319	351	343	339	304	384	383	417	362	365	352	364	385	360	421	459	451	408	443	7578	
Pré-Escolar	81	201	268	20																		570
Taxa de escolarização (%)	22,0%	63,0%	76,4%	5,8%																		
1ºCiclo			16	376	364	372	394	114	39	13	5	3										1696
Taxa de escolarização (%)			4,6%	109,6%	107,4%	122,4%	102,6%	29,8%	9,4%	3,6%	1,4%	0,9%										
2ºCiclo							59	317	340	140	68	35	16	1								976
Taxa de escolarização (%)							15,4%	82,8%	81,5%	38,7%	18,6%	9,9%	4,4%	0,3%								
3ºCiclo									47	251	300	301	153	80	25							1157
Taxa de escolarização (%)									11,3%	69,3%	82,2%	85,5%	42,0%	20,8%	6,9%							
Secundário												2	170	232	188	120	49	22	5	1		789
Taxa de escolarização (%)												0,6%	46,7%	60,3%	52,2%	28,5%	10,7%	4,9%	1,2%	0,2%		
TOTAL de Alunos	81	201	284	396	364	372	453	431	426	404	373	341	339	313	213	120	49	22	5	1		5188
TOTAL Taxa de escolarização	22,0%	63,0%	80,9%	115,5%	107,4%	122,4%	118,0%	112,5%	102,2%	111,6%	102,2%	96,9%	93,1%	81,3%	59,2%	28,5%	10,7%	4,9%	1,2%	0,2%		
	54,5%		115,7%					107,1%			103,6%			78,0%								
	109,6%																					

Fonte: CMA / Inquéritos Realizados às Escolas



Fonte: DREA / C.M.A. / Inquéritos Realizados às Escolas

A taxa de escolarização média estimada para o Concelho foi obtida com base numa projecção da população em idade escolar efectuada no âmbito da Carta Educativa. Esta projecção não está eventualmente isenta de erro e haverá também algum desfasamento entre as idades das crianças registadas para os anos escolares e civis.

Não obstante estes desvios, os valores encontrados para o Ensino Básico Público (109,6%), indiciam que os alunos residentes no Concelho tendem a cumprir a escolaridade obrigatória dentro do Concelho e uma percentagem considerável de crianças escolarizadas não são residentes no Município. Esta situação poderá ser reflexo dos movimentos pendulares de alguns pais que se deslocam para o Concelho, a fim de aí trabalharem. Sublinhe-se a taxa de escolarização inferior a 100% para os 14 anos, o que poderá constituir um indício de abandono escolar nesta idade.

No que respeita ao Ensino Secundário, para o grupo etário dos 15-17 anos, a taxa média de escolarização é de 78%. Esta quebra da taxa de escolarização comparativamente com a do Ensino Básico Público (média de 109,6%) é o reflexo certamente do não prosseguimento de estudos após conclusão do ensino obrigatório de parte significativa dos jovens, o que não permite extrair conclusões sobre eventual importação de alunos de outros concelhos. Verifica-se ainda um número considerável de alunos que frequentam este nível de ensino com idades compreendidas entre os 18 e os 22 anos (197 alunos de um total de 789 inscritos no Secundário – 25%), o que é reflexo do elevado insucesso escolar neste nível de ensino.

Uma abordagem similar é feita no Quadro I.7, tendo por base a população escolar em idade própria, ou seja, a procura de ensino se todos os indivíduos em idade escolar no Concelho estivessem matriculados e não houvesse retenção, abandono e “migração” de alunos para escolas noutros concelhos. Daqui resultam tanto a taxa de cobertura propriamente dita – que reflecte a sobrecarga, ou não, da rede em determinado nível de ensino face aos fenómenos de reincidência de alunos em determinado ciclo e a taxa de cobertura dos equipamentos – que traduz a capacidade das estruturas existentes para albergar os indivíduos em idade própria do concelho.

As taxas de cobertura da rede pública apresentadas no Quadro I.7 mostram uma insuficiente cobertura da procura da educação pré-escolar e no que respeita ao secundário uma cobertura de

apenas 78% o que está alinhado com as baixas taxas de escolarização neste escalão etário. No ensino básico as taxas de cobertura ainda que superiores a 100% não traduzem fielmente as restrições existentes ao não contemplarem, do lado da procura os efeitos da retenção nestes ciclos.

QUADRO I.7 – TAXAS DE COBERTURA DA REDE ESCOLAR PÚBLICA (EQUIPAMENTOS E ALUNOS)

Nível de ensino	Idades	Capacidade em turmas	Nº de Alunos face à capacidade em turmas	Pop. Matriculada em 2003/04	Pop. Em Idade Própria em 2003/04	Tx. de Cobertura dos Equipamentos existentes	Taxa de cobertura
Educação Pré-escolar	3-5 anos	26	650	570	1038	63%	55%
1º Ciclo	6-9 anos	59	1475	1754	1370	108%	128%
2º e 3º Ciclos	10-14 anos	98	2450	2143	1879	130%	114%
Secundário	15-17 anos	42	1050	861	1109	95%	78%

Fonte: C.M.A. / Inquéritos Realizados às Escolas

Como contextualização do Sistema Educativo do concelho e seu desempenho, comparam-se alguns indicadores do concelho de Albufeira em relação à média de Portugal Continental, Algarve e concelhos vizinhos de Albufeira.

No Quadro I. 8 estão expressos os valores da Taxa de Analfabetismo verificada em 1991 e 2001, para o Algarve e para Albufeira e concelhos vizinhos.

QUADRO I. 8 – COMPARAÇÃO DA TAXA DE ANALFABETISMO EM ALBUFEIRA E CONCELHOS VIZINHOS

	Taxa de Analfabetismo em 1991	Taxa de Analfabetismo em 2001	Varição (%) 1991-2001
Continente	10,9%	8,9%	-2,0%
Algarve	14,2%	10,4%	-3,8%
Albufeira	12,2%	7,7%	-4,5%
Faro	8,7%	7,5%	-1,2%
Lagoa	10,6%	9,5%	-1,1%
Loulé	14,5%	9,6%	-4,9%
Silves	18,5%	13,7%	-4,8%

Fonte: INE

Verifica-se que o Concelho de Albufeira tem uma evolução muito favorável da Taxa de Analfabetismo, tendo inclusivamente passado de um valor superior à média do Continente, em

1991, para uma taxa significativamente inferior, uma década depois. Em comparação com os concelhos vizinhos, Albufeira aproximou-se de Faro no grupo de concelhos com menores taxas de analfabetismo, cifrando-se a taxa para o concelho nos 7,7% em 2001, contra os 10,4% verificados no total da região do Algarve.

No Quadro I. 9 apresenta-se uma imagem contrastada de alguns indicadores de desempenho escolar do concelho, em comparação com os verificados no País, na região do Algarve, e nos concelhos vizinhos anteriormente identificados.

QUADRO I. 9 – ANÁLISE COMPARATIVA DE INDICADORES DE DESEMPENHO ESCOLAR EM ALBUFEIRA E CONCELHOS VIZINHOS

	Abandono Escolar	Saída Antecipada	Saída Precoce	Retenção (Ensino Básico)	Aproveitamento no Ensino Secundário
Continente	2,7%	24,0%	44,0%	12,7%	63,0%
Algarve	2,4%	20,5%	44,5%	14,1%	56,2%
Albufeira	2,3%	22,5%	49,2%	13,3%	55,2%
Faro	2,3%	15,1%	31,3%	14,7%	58,5%
Lagoa	3,5%	22,4%	50,5%	12,4%	50,5%
Loulé	2,5%	22,0%	46,4%	14,2%	55,3%
Silves	2,5%	22,9%	49,2%	14,5%	61,5%

Fonte: Ministério da Educação, valores do Censo 2001, excepto Retenção e Aproveitamento (dados de 1999/2000)

Abandono (%): Total de indivíduos, no momento censitário, com 10-15 anos que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário.

Saída Antecipada (%): Total de indivíduos, no momento censitário, com 18-24 anos que não concluíram o 3º ciclo e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário

Saída Precoce (%): Total de indivíduos, no momento censitário, com 18-24 anos que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a frequentar a escola, por cada 100 indivíduos do mesmo grupo etário.

Retenção: Percentagem dos efectivos escolares que permanecem, por razões de insucesso ou de tentativa voluntária de melhoria de qualificações, no ensino básico (1º, 2º e 3º ciclos), em relação à totalidade de alunos que iniciaram esse mesmo ensino.

Aproveitamento no Ensino Secundário: Este indicador incide sobre os alunos que nos 10º e 11º anos obtêm classificação igual ou superior a 10 valores em todas as disciplinas correspondentes ao curso frequentado ou em todas menos duas e os que concluem o 12º ano.

Note-se que, comparativamente à média do Continente, Albufeira tem um desempenho escolar melhor no que diz respeito a Abandono Escolar e Saída Antecipada. Já as taxas de Saída

Precoce, Retenção e Aproveitamento no Ensino Secundário são um pouco piores que a média nacional.

Quando confrontadas com os valores verificados para a NUTS II do Algarve e para os concelhos vizinhos, verifica-se que as taxas de Abandono Escolar, Saída Antecipada e Saída Precoce se situam bastante abaixo da média, o que indicia uma boa cobertura ao nível do ensino obrigatório e condições sociais favoráveis à escolarização da população em idade própria. A Taxa de Retenção do concelho, apesar de superior à média do Continente, situa-se abaixo da média regional e, de entre os concelhos vizinhos, apenas Lagoa apresenta uma taxa mais baixa. Também no que diz respeito ao Aproveitamento Escolar no Ensino Secundário se verifica que, apesar de esta taxa ser mais desfavorável em Albufeira do que na média do Continente, o seu valor situa-se muito próximo da média da região do Algarve.

O elevado valor da taxa de saída precoce no concelho de Albufeira é um claro indicador de que muitos jovens (quase 50%) não prosseguem estudos após a conclusão da actual escolaridade obrigatória. Adicionalmente, o também elevado valor da taxa de saída antecipada mostra que, para o ano censitário de 2001, uma parte significativa da população na faixa etária dos 18-24 não completou sequer a escolaridade obrigatória, o que é obviamente um factor preocupante. A conjugação destes indicadores aponta para baixos níveis de instrução e qualificação que afectam mais de 70% da população jovem do concelho. Estas constatações não podem deixar de ser fonte de preocupação face ao previsível aumento da escolaridade obrigatória a 12 anos, contemplada na nova Lei de Bases da Educação, que constitui um desafio para o qual o sistema educativo do concelho (e da região em que se insere) terá que encontrar respostas adequadas, nomeadamente ajustando as ofertas educativas ao perfil, vocações e expectativas da população que deve servir.

1.2. A REDE DE ESCOLAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

No concelho de Albufeira no ano lectivo de 2003/04 existem 31 escolas, das quais 24 (77%) pertencem à rede pública e 7 (23%) à rede não pública. Importa referir ainda que a quase totalidade dos equipamentos públicos se concentra na educação Pré-Escolar e 1º Ciclo e que as infra-estruturas de ensino privadas são reduzidas e abrangem apenas o Pré-Escolar, o 1.º Ciclo e o Ensino Profissional (Quadro I.10).

QUADRO I.10 – NÚMERO DE ESCOLAS NO CONCELHO

	Pública	Privada	Total
Jl	6	5	11
EB1	12	1	13
EB2,3	4	0	4
EBl+Jl	1	0	1
ES	1	0	1
EP	0	1	1
Total	24	7	31

Fonte: CMA / Inquéritos Realizados às Escolas

De referir que as 24 escolas públicas existentes correspondem efectivamente a 24 instalações autónomas de ensino. Esta situação contrasta com a realidade verificada na maior parte dos Concelhos portugueses, em que muitas escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico, por apresentarem um número reduzido de alunos, integram hoje Jardins-de-Infância nas salas que outrora se encontravam vazias.

Existem, no entanto, em Albufeira alguns exemplos de complementaridade funcional ou de espaço entre escolas de 1.º ciclo e jardins-de-infância (EB1 e Jl de Olhos de Água, EB1 e Jl da Guia). Com o intuito de se conseguir uma rentabilização de custos e, por vezes de recursos humanos, será aconselhável, quando tal não aconteça, que estes conjuntos de escolas passem a beneficiar de uma gestão integrada, como aliás está previsto no processo de criação dos Agrupamentos de Escolas presentemente em curso.

No Quadro I.11 apresenta-se uma perspectiva diferente da rede, evidenciando o número de localizações diferentes em que cada um dos níveis de ensino é oferecido.

QUADRO I.11 – N.º DE LOCALIZAÇÕES DIFERENTES PARA OS NÍVEIS DE ENSINO

	Pública	Não Pública	Total
Pré-Escolar	7	5	12
1º Ciclo	13	1	14
2º Ciclo	5	0	5
3º Ciclo	5	0	5
Secundária	1	0	1
Ensino Recorrente	7	0	7
Ensino Profissional	0	1	1

Fonte: C.M.A./ Inquéritos realizados às escolas

Os números apresentados no Quadro I.11 diferem dos expostos no Quadro I.10, porque várias são as escolas que oferecem mais do que um nível de ensino e algumas têm mais do que uma localização para o mesmo ciclo de estudos.

QUADRO I.12 – LOCAIS ONDE É ADMINISTRADO CADA NÍVEL DE ENSINO

	Pré-Escolar		1º Ciclo		2º Ciclo		3º Ciclo		Secundário		Ensino Profissional		Total por Freguesia
	Pública	Não Pública	Pública	Não Pública	Pública	Não Pública	Pública	Não Pública	Pública	Não Público	Pública	Não Público	
Albufeira	2	5	4	1	3	0	3	0	1	0	0	0	19
Ferreiras	1	0	2	0	1	0	1	0	0	0	0	0	5
Guia	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Olhos de Água	1	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Paderne	1	0	2	0	1	0	1	0	0	0	1	0	6
Total	7	5	13	1	5	0	5	0	1	0	1	0	38

Fonte: C.M.A./ Inquéritos realizados às escolas

Os números apresentados no Quadro I.12 denotam uma distribuição equilibrada das instalações escolares pelas várias freguesias tendo em conta a população respectiva, sobressaindo apenas a sede de Concelho por ser a freguesia com o maior número de habitantes e onde se concentra uma grande quantidade de postos de trabalho, resultando assim numa maior procura de escolas

para as crianças que acompanham os pais até ao local de trabalho e para as que habitam a própria freguesia.

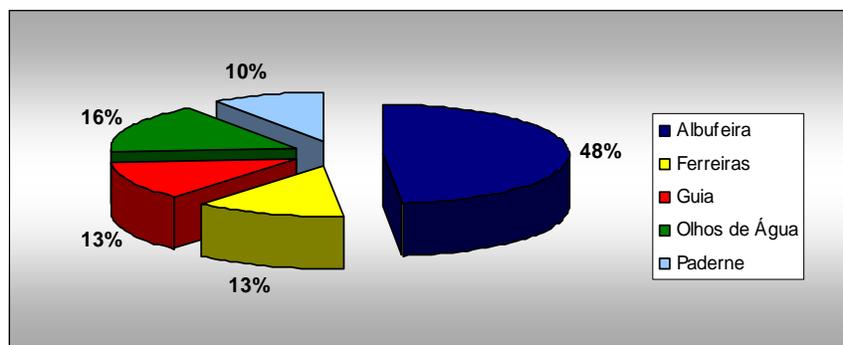
Podemos verificar que o número de estabelecimentos da rede decresce à medida que o grau de ensino se torna mais avançado e, conseqüentemente, a idade das crianças é maior, sendo assim razoável que a distância casa-escola aumente.

Assim sendo, à medida que se avança no grau de ensino, a localização dos equipamentos tende a concentrar-se nas áreas mais centrais e/ou mais populosas, verificando-se que o número de estabelecimentos da rede decresce (o que corresponde a um aumento da idade dos utentes), sendo razoável que a irradiação (tempo de percurso ou distância percorrida pelos utilizadores entre o local de origem e o equipamento, a pé ou utilizando transporte público) aumente.

A educação pré-escolar é oferecida em 12 locais (todas as freguesias dispõem de pelo menos um estabelecimento público desta natureza) e o 1.º ciclo em 14, o que evidencia um grande equilíbrio entre a oferta destes níveis de ensino, estando à partida assegurado o prosseguimento dos estudos dos alunos com 5 anos que terminam o seu percurso nos Jardins-de-Infância.

Através da análise do Gráfico I.6 verifica-se que existe uma distribuição uniforme dos equipamentos de ensino no concelho de Albufeira, com excepção da freguesia de Albufeira que detém o maior número de estabelecimentos escolares (48%). É de referir que todas as freguesias têm escolas que servem a população escolar de cada uma delas.

GRÁFICO I.6 – ESTABELECIMENTOS POR FREGUESIA



I.2.1. AGRUPAMENTOS ESCOLARES

No âmbito da política de reforma estrutural do Ministério da Educação e do sistema educativo, o Governo (na sequência do Despacho nº 13313/2003 de 8 de Julho) veio dar novo impulso à criação de Agrupamentos de Escolas, tendo nomeadamente em vista a criação de condições de gestão das escolas, de racionalização dos meios e de aumento da qualidade das aprendizagens. O **Agrupamento de Escolas** (D.L. nº 115/98, de 4 de Maio) "é uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de *administração e gestão, constituída por estabelecimentos de educação pré-escolar e de um ou mais níveis e ciclos de ensino, a partir de um projecto pedagógico comum, com vista à realização das finalidades seguintes:*

- a) *Favorecer um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória numa dada área geográfica;*
- b) *Superar situações de isolamento de estabelecimentos e prevenir a exclusão social;*
- c) *Reforçar a capacidade pedagógica dos estabelecimentos que o integram e o aproveitamento racional dos recursos;*
- d) *Garantir a aplicação de um regime de autonomia, administração e gestão, nos termos do presente diploma;*
- e) *Valorizar e enquadrar experiências em curso."*

A constituição de agrupamentos escolares "*considera critérios relativos à existência de projectos pedagógicos comuns, à construção de percursos escolares integrados, à articulação curricular entre níveis e ciclos educativos, à proximidade geográfica, à expansão da educação pré-escolar e à reorganização da rede educativa.*"

O referido Despacho, tendo em vista o objectivo expresso em *a)*, vem ainda privilegiar agrupamentos verticais, apenas admitindo agrupamentos horizontais (isto é, de escolas de um mesmo nível de ensino) em casos excepcionais.

Face a esta orientação (preconizando uma lógica de verticalização), é de ponderar a conveniência de fundir os conceitos de Território Educativo (que servia primordialmente objectivos de ordenamento da rede e, portanto, de planeamento da mesma) e de Agrupamento de Escolas

(vertical), constituindo-se assim unidades estruturantes únicas para efeitos de planeamento e também de gestão da rede em todas as suas vertentes (administrativa, pedagógica, etc.).

1.2.1.1. AGRUPAMENTOS ESCOLARES NO CONCELHO DE ALBUFEIRA

No concelho de Albufeira existem cinco agrupamentos escolares, tal como ilustram o Quadro I.13 e o Quadro I.14, quatro de articulação vertical, cobrindo os níveis de educação pré-escolar, 1.º, 2º e 3º ciclos e um de articulação horizontal, cobrindo apenas educação pré-escolar e o 1º Ciclo.

QUADRO I.13 – AGRUPAMENTOS ESCOLARES

Agrupamento Escolar	Tipo de Agrupamento	Freguesia	Escolas que compõem o Agrupamento
Ferreiras	Vertical	Ferreiras	Jl Vale de Serves
			EB1 de Ferreiras
			EB2/3 de Ferreiras
Paderne	Vertical	Paderne	Jl de Paderne
			EB1 de Paderne
			EB1 do Cerro do Ouro
			EB2/3 de Paderne
Escola Prof.ª Diamantina Negrão	Vertical	Olhos d' Água	Jl dos Olhos d' Água
			EB1 de Brejos
			EB1 de Olhos d' Água
		Ferreiras	EB1 de Vale Carro
			EB1 de Fontainhas
		Albufeira	Jl de Vale Carro
			EB2/3 Prof.ª Diamantina Negrão
Escola D. Martim Fernandes	Vertical	Guia	Jl de Guia
			Jl de Vale Parra
			EB1 de Guia
		Albufeira	EB1 de Vale Parra
			EB1 n.º1 de Albufeira
			EB1 de Mouraria
			EB1 de Sesmarias
			EB2/3 D. Martim Fernandes
			EB1 n.º2 de Albufeira (Caliços)
Caliços	Horizontal	Albufeira	Jl de Albufeira
			EB1 n.º2 de Albufeira (Caliços)

Nota: a Escola Básica do 2º e 3º ciclos Dr. Francisco Cabrita não está inserida em nenhum Agrupamento

Fonte: C.M.A./ Inquéritos realizados às escolas

Tal como se pode avaliar pelo Quadro I.14, os agrupamentos escolares existentes abrangem a quase totalidade das escolas do Município de Albufeira.

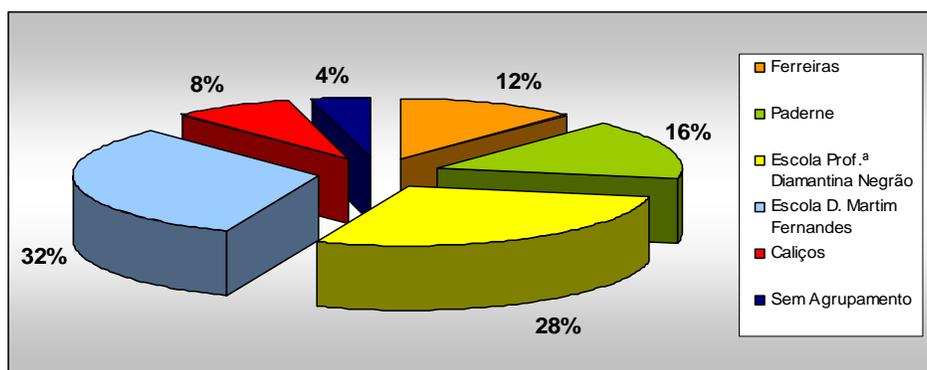
QUADRO I.14 – N.º DE ESCOLAS INTEGRADAS EM CADA AGRUPAMENTO

	Ferreiras	Paderne	Escola Prof. ^a Diamantina Negrão	Escola D. Martim Fernandes	Caliços	Sem Agrupamento
Jl	1	1	2	2	1	0
EB1	1	2	4	5	1	0
EB2,3	1	1	1	1	0	1
Total	3	4	7	8	2	1

Fonte: C.M.A./ Inquéritos realizados às escolas

Os agrupamentos escolares existentes no concelho de Albufeira, cobrem todos os estabelecimentos de ensino, com excepção da Escola Básica de 2º e 3º ciclos Dr. Francisco Cabrita. Pela análise do Gráfico I.7, verifica-se que os agrupamentos das escolas D. Martim Fernandes e Prof.^a Diamantina Negrão têm uma abrangência de 32% e 28%, respectivamente, evidenciando-se assim dos restantes agrupamentos que possuem cerca de metade do número de escolas dos primeiros.

GRÁFICO I.7 – TAXA DE COBERTURA DOS AGRUPAMENTOS



Fonte: C.M.A./ Inquéritos realizados às escolas

I.2.2. ALTERAÇÕES PREVISTAS NO PARQUE ESCOLAR EM 2003/04

O Município de Albufeira tem desenvolvido um excelente trabalho de manutenção e recuperação dos estabelecimentos de ensino do Concelho.

A nível dos vários estabelecimentos de ensino estão programados as seguintes intervenções por parte da Câmara Municipal:

- Projectos em Curso:
 - Construção de uma Nova Escola EB1/JI, na localidade da Correeira na Freguesia de Albufeira. Os trabalhos começaram em Janeiro de 2004;¹⁵

- Projectos Previstos:
 - Ampliação das instalações existentes nas seguintes escolas:
 - ◆ EB1 n.º1 de Albufeira (EB1 de Caliços) – Ampliação de 12 para 16 salas, das quais 2 de ATL;¹⁶
 - ◆ EB1 de Brejos (Albufeira) – passa a usufruir de mais 2 Salas de Aula (de 4 para 6 salas de aula);¹⁷
 - ◆ EB1 de Vale de Carro (Olhos d' Água) – passa a possuir mais 1 Sala de Aula (de 4 para 5 salas de aula), 1 Biblioteca e 1 Sala de Professores;
 - ◆ EB1 de Ferreiras (Ferreiras) – passa a ter 1 Biblioteca e 1 Sala de Professores;
 - Transformação da EB1 da Guia em JI;¹⁸
 - Programada uma nova escola EB12 ou EBI, na freguesia da Guia;

¹⁵ Concluída/Realizada

¹⁶ Concluída/Realizada

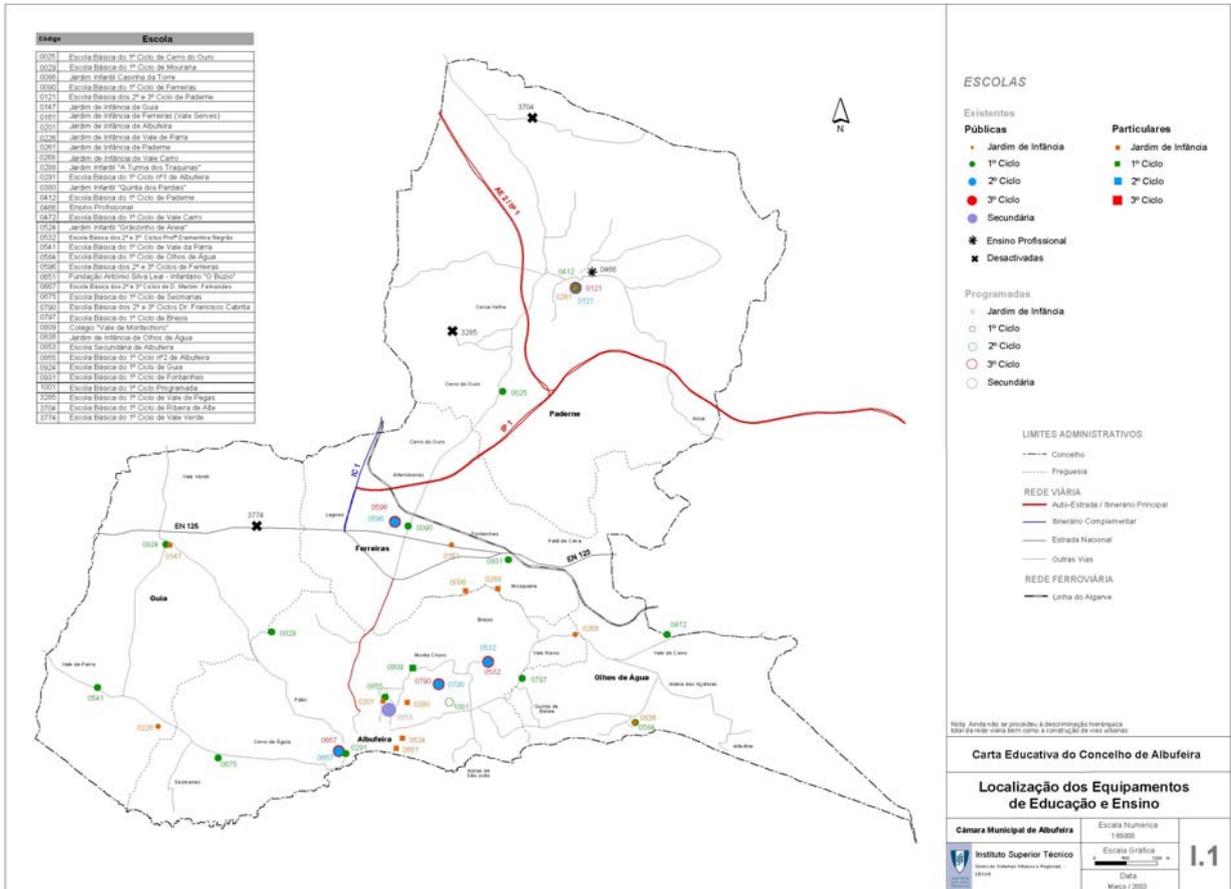
¹⁷ Concluída/Realizada

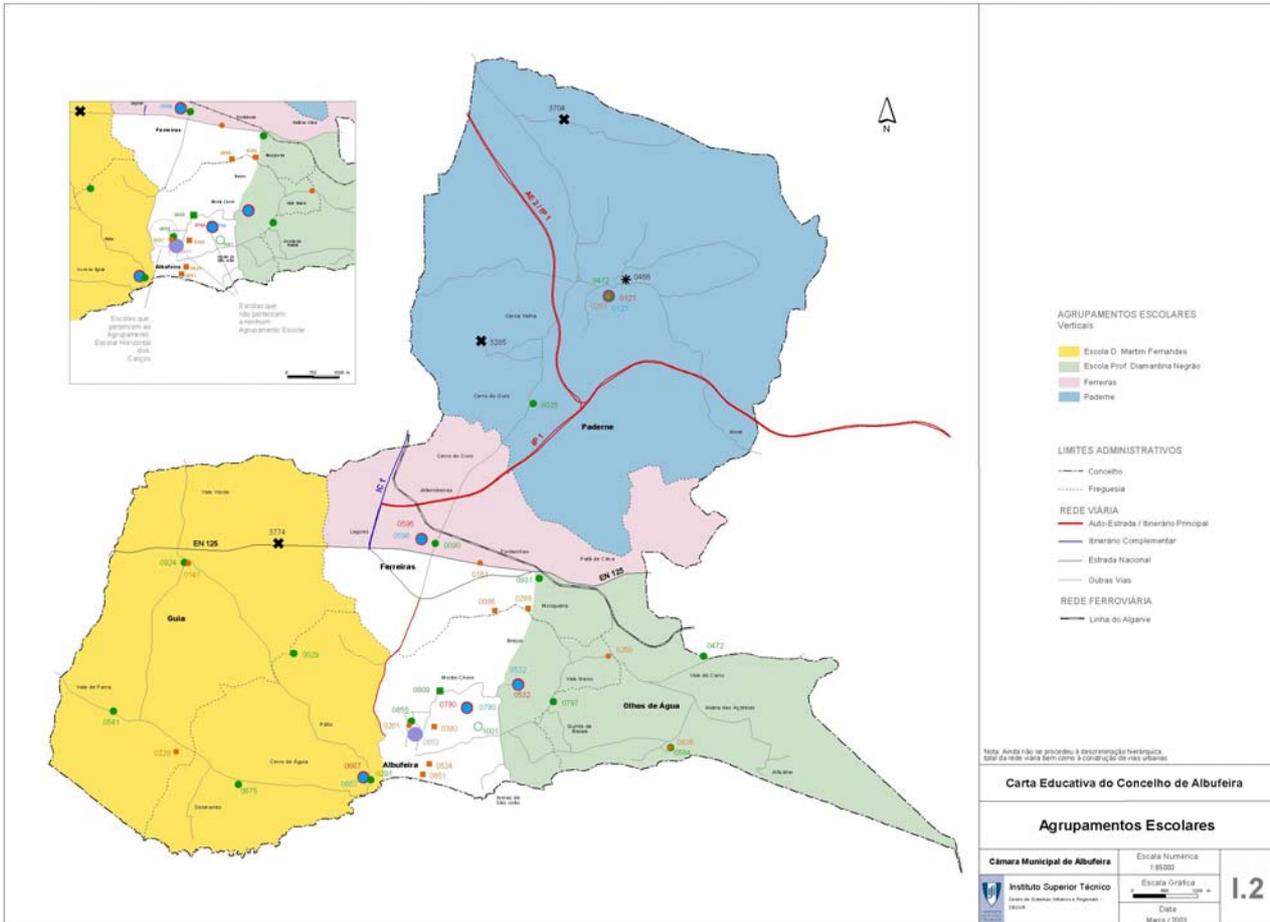
¹⁸ Concluída/Realizada

1.3. CARTAS DE LOCALIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

Apresentam-se de seguida a Carta de Localização dos Estabelecimentos de Educação Existentes (Carta I.1) e a Carta dos Equipamento de Ensino agregados por Agrupamentos Escolares (Carta I.2).

Para facilitar a leitura e permitir avaliar a oferta de ensino face à localização da população, as Cartas consideram apenas dois tipos de ocupação do solo – espaço habitacional e espaço não habitacional. A simbologia adoptada permite uma fácil leitura dos níveis de ensino oferecidos por cada estabelecimento.





1.4. A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

A educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica, sendo complementar da acção educativa das famílias. Esta destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e os 6 anos, idade de ingresso no 1º Ciclo do Ensino Básico. A frequência da educação pré-escolar é facultativa, competindo, porém, ao Estado contribuir para a universalização da sua oferta.

No concelho de Albufeira existem 12 estabelecimentos (7 públicos e 5 privados/IPSS) onde é oferecida a educação pré-escolar. No que diz respeito aos estabelecimentos públicos, 3 partilham espaços e/ou instalações com outros estabelecimentos escolares, mas sem que tal signifique uma integração institucional. A lista e endereço dos estabelecimentos encontram-se no Anexo I A.1.

QUADRO 1.15 – JARDINS-DE-INFÂNCIA EM FUNCIONAMENTO NO CONCELHO DE ALBUFEIRA EM 2002/03

Código	Estabelecimento	Modalidade	Localidade	Freguesia	Integrado em alguma escola
0161	Jardim-de-Infância Vale Serves	Público	Ferreiras	Ferreiras	Autónomo
0261	Jardim-de-Infância de Paderne	Público	Paderne	Paderne	Funciona Integrado com a EB1 e da EB2/3 de Paderne
0584	Jardim-de-Infância dos Olhos de Água	Público	Olhos de Água	Olhos de Água	Funciona Integrado com a EB1 de Olhos de Água e ATL
0268	Jardim-de-Infância de Vale Carro	Público	Vale Navio	Albufeira	Autónomo
0147	Jardim-de-Infância da Guia	Público	Guia	Guia	Autónomo
0226	Jardim-de-Infância de Vale Parra	Público	Vale Parra	Guia	Autónomo
0201	Jardim-de-Infância de Albufeira	Público	Albufeira	Albufeira	Autónomo
0086	Jardim-de-Infância Casinha da Torre	Privado	Albufeira	Albufeira	Autónomo
0524	Jardim de Infância Grãozinho de Areia	Privado	Albufeira	Albufeira	Autónomo
0380	Jardim-de-Infância Quinta dos Pardais	IPSS	Albufeira	Albufeira	Autónomo
0651	Fundação António Silva Leal - Centro Infantil "O Búzio"	IPSS	Albufeira	Albufeira	Autónomo
0288	Jardim de Infância "A Turma dos Traquinas"	IPSS	Albufeira	Albufeira	Autónomo

Fonte: C.M.A. / Inquéritos às escolas

Nota: O JI de Albufeira e a EB1 n.º 2 de Albufeira (Caliços) apresentam espaços de recreio contíguos

Segundo o Despacho Conjunto n.º 268/97 de 25 de Agosto, é requisito pedagógico e técnico para a instalação e funcionamento da educação pré-escolar, a sua integração ou associação com os vários estabelecimentos de ensino, nomeadamente os do 1.º ciclo, numa perspectiva de racionalização e articulação de gestão e utilização dos recursos físicos e humanos.

Nos estabelecimentos de ensino de educação pré-escolar existentes no concelho de Albufeira (Quadro I.15), três dos jardins-de-infância públicos – JI de Paderne, JI de Olhos de Água, JI de Albufeira – partilham o mesmo espaço físico que as Escolas Básicas do 1.º Ciclo, embora possuam sistemas de gestão autónomos. Esta situação deverá no futuro evoluir para condições de funcionamento e gestão articulados, conforme resulta naturalmente do processo de criação de Agrupamentos (Verticais) de Escolas. Os demais jardins-de-infância, públicos e privados, têm um funcionamento autónomo num espaço físico próprio.

O facto de, na sua maioria, os jardins-de-infância terem um funcionamento autónomo, constituirá uma debilidade do sistema educativo. Com a constituição e entrada em pleno funcionamento dos agrupamentos (verticais) de escolas, será de esperar um reforço da articulação dos jardins-de-infância com os restantes segmentos do sistema local de educação escolar, de forma a favorecer um percurso sequencial e articulado dos alunos, a integração dos projectos pedagógicos comuns e promover a unidade de organização e gestão.

O Quadro I.16 apresenta a percentagem de crianças escolarizadas por idades. O concelho de Albufeira, a nível da educação pré-escolar pública, privada e IPSS, apresenta uma taxa de cobertura na ordem dos 88,3%. Analisando a rede escolar como um todo, conclui-se que o município se encontra bem apetrechado em jardins-de-infância.

A taxa de escolarização varia com a idade, sendo de referenciar a taxa obtida para a idade dos 5 anos (104,7%).

QUADRO I.16 – PERCENTAGEM DE CRIANÇAS ESCOLARIZADAS POR IDADES, NO CONCELHO DE ALBUFEIRA EM 2002/03

	Pop 2002**	Público	Privado	Crianças Escolarizadas	Taxa de Esc. Pública (%)	Taxa de Esc. Privada (%)	Taxa de Esc. Púb. & Priv. (%)
3 anos	320	81	77	158	25,3	24,1	49,4
4 anos	351	201	112	313	57,3	31,9	89,2
5 anos	344	268	92	360	77,9	26,7	104,7
6 anos	339	20	45	65	5,9	13,3	19,2
Total*	1015	550	281	896	54,2	27,7	88,3

*Sem contabilizar as crianças com 6 anos uma vez que são excepções

** Estimativa para o Cenário adoptado nas previsões demográficas

Fonte: CMA - Inquéritos Realizados à Escolas; CESUR - Projeções Demográficas

Das 1015 crianças com idade própria para frequentar este nível de ensino, 896 estão a frequentar os jardins-de-infância públicos, privados ou de solidariedade social. Porém, se se tomar apenas como referência as crianças escolarizadas do ensino público, obtém-se uma taxa de cobertura na ordem dos 54,2%. Esta resulta da existência de jardins-de-infância públicos em todas as freguesias do Concelho, existindo mesmo freguesias onde se encontram mais do que um estabelecimento de educação pré-escolar.

O Governo no Decreto-Lei n.º 147/97 definiu como objectivo "*elevantar, até ao final do século, a oferta global de educação pré-escolar em cerca de 20% de modo a abranger 90% das crianças de 5 anos, 75% das de 4 anos e 60% das de 3 anos*". Comparando estes valores com as taxas calculadas para o Concelho verificamos que tal não só foi atingido como ultrapassado, sobretudo para as idades de 4 e 5 anos. Porém, passando para uma análise mais profunda a nível das freguesias, vamos encontrar algumas onde tal situação não se terá ainda verificado.

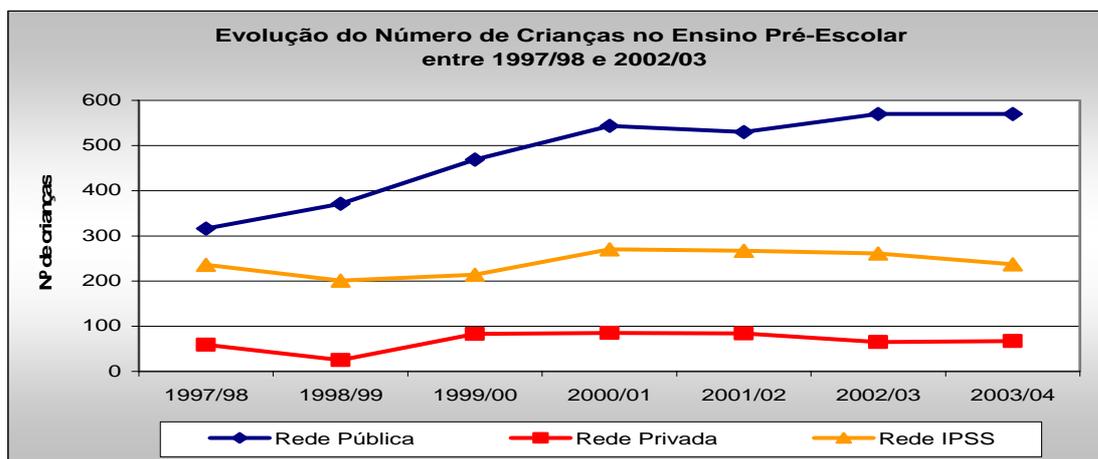
Sendo Albufeira um concelho urbano, mas ainda com algumas características rurais, é compreensível que certos estabelecimentos de educação pré-escolar apresentem uma maior procura do que outros, até porque a distribuição dos jardins-de-infância nunca poderá ser uniforme no espaço.

As distorções entre a procura esperada numa dada área e a ocupação dos jardins-de-infância dessa área são, em boa medida, justificadas pelo facto dos pais se deslocarem para trabalhar fora da sua zona de residência e consigo levarem os filhos até ao local de trabalho, onde estes passam a frequentar o pré-escolar.

A evolução do número de crianças, nas redes pública e não pública, a partir do ano de 1997/98 até 2003/04, pode ser observada no Quadro I. 17 e Gráfico I. 8.

QUADRO I. 17 E
GRÁFICO I. 8- EVOLUÇÃO DO N.º DE ALUNOS NO EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

	1997/98	1998/99	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04
Rede Pública	316	371	469	544	530	570	570
Rede Privada	59	25	83	85	84	65	67
Rede IPSS	236	201	214	270	267	261	237
Total	611	597	766	899	881	896	874



Nota: É de referir que as seguintes escolas não apresentaram os dados para todos os anos lectivos em estudo

Estabelecimento	Modalidade	Sem Dados	Ano Lectivo
Jl de Paderne	Público	X	97/98 e 98/99
Jl Casinha da Torre	IPSS	X	98/99
Jl "A Turma dos Traquinas"	Privado	X	98/99 e 99/00

Fonte: CMA - Inquéritos Realizados à Escolas

Verifica-se nestes últimos sete anos um aumento no número de crianças a frequentar o educação pré-escolar. Importa porém referir que o aumento verificado pode estar empolado devido ao facto de três dos Jardins-de-Infância não terem conseguido compilar os dados relativos aos anos lectivos de 1997/98, 1998/99 e 1999/98, nomeadamente o Jl de Paderne, o Jl Casinha da Torre e Jl "A Turma dos Traquinas".

O Quadro I.18 apresenta o número de crianças de cada jardim-de-infância público e não público, bem como o número de educadores, capacidade e taxa de ocupação dos Jl.

QUADRO 1.18 – FREQUÊNCIA, CAPACIDADE, RÁCIO DE CRIANÇAS POR EDUCADOR E TAXA DE OCUPAÇÃO NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR, NO ANO LECTIVO DE 2003/04

Código	Nome Curto	Modalidade	Matrículas 2003/04	Crianças em Lista de Espera	N.º de Educadores	Rácio Crianças por Educador	Capacidade		Taxa de Ocupação (%)
							N.º de Salas	N.º de Crianças	
0161	Jl Vale Serves	Público	95	5	4	23,8	4	100	95%
0261	Jl de Paderne	Público	95	4	4	23,8	4	100	95%
0584	Jl Olhos de Água	Público	75	24	3	25,0	3	75	100%
0268	Jl de Vale Carro	Público	50	30	2	25,0	2	50	100%
0147	Jl da Guia	Público	75	0	4	18,8	3	75	100%
0226	Jl Vale Parra	Público	50	30	2	25,0	2	50	100%
0201	Jl de Albufeira	Público	110	110	7	15,7	5	125	88%
0086	Jl Casinha da Torre	Privado	40	0	2	20,0	2	46	87%
0524	Jl Grãozinho de Areia	Privado	27	0	1	27,0	1	20	135%
0380	Jl Quinta dos Pardais	IPSS	78	75	4	19,5	7	175	45%
0651	Centro Infantil "O Búzio"	IPSS	100	30	5	20,0	5	110	91%
0288	Jl "A Turma dos Traquinas"	IPSS	50	0	2	25,0	2	50	100%

Fonte: C.M.A. – Inquéritos realizados às Escolas

Comparativamente com as unidades da rede não pública, constata-se que as unidades da rede pública são de média/grande dimensão, sendo as menores o Jl de Vale Carro e o Jl de Vale Parra, que acolhem 50 crianças cada. As unidades da rede não pública são de pequena/média dimensão, com excepção da Fundação António Silva Leal – Centro Infantil "O Búzio".

Importa também referir que o número de educadores disponíveis para cada um dos jardins-de-infância existentes, quer públicos quer não públicos, satisfazem o número de alunos por turma que deverá ser no mínimo de 20 e no máximo de 25, com excepção do Jl "Grãozinho de Areia" (privado) cujo o número de crianças por educadores é de 27.

Quanto à taxa de ocupação em 2003/2004, nota-se uma forte sobrecarga da rede pré-escolar, mesmo incluindo os Jl's privados, sendo que já actualmente todos os Jl's públicos se encontram perto ou acima do limite de capacidade. Mesmo o aproveitamento da máxima capacidade potencial das instalações não chegaria para compensar a lista de crianças à espera de lugar nos Jl's públicos (O Jl de Albufeira, por exemplo, excederia a sua capacidade em 76%).

1.4.1. A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR – REDE PÚBLICA

A oferta de educação pré-escolar da rede pública no concelho de Albufeira, encontra-se no limite da capacidade para a qual foi dimensionada, quer a nível do número de crianças por sala quer a nível do elevado número de crianças (203) existentes em lista de espera. Esta situação permite visualizar de imediato que existe um défice de equipamentos desta natureza.

Existem 7 locais onde funciona a educação pré-escolar da rede pública do Ministério da Educação (Quadro I.10). Dos 7 estabelecimentos existentes, todos operam autonomamente; porém o JI de Paderne e o JI dos Olhos de Água funcionam integrados no mesmo espaço físico que a EBI de Paderne e a EB1 de Olhos de Água, respectivamente. Esta integração física conduz a que estes jardins-de-infância disponham de facilidades existentes naquelas Escolas Básicas que serão caracterizadas na secção I.5 deste relatório.

Seria desejável que os jardins-de-infância do concelho que possuem um código atribuído pelo Ministério da Educação (Cód. DAPP) diferente daquele apresentado pelas escolas do 1.º ciclo onde estão inseridos, passassem a funcionar no futuro de forma articulada com estas, tal como decorrerá naturalmente do processo de integração inerente à criação dos Agrupamentos de Escolas, como foi atrás referido.

Todos os edifícios onde se encontram os jardins-de-infância foram construídos de raiz para o ensino, tal como ilustra o Quadro I.19.

QUADRO I.19 – TIPO DE CONSTRUÇÃO

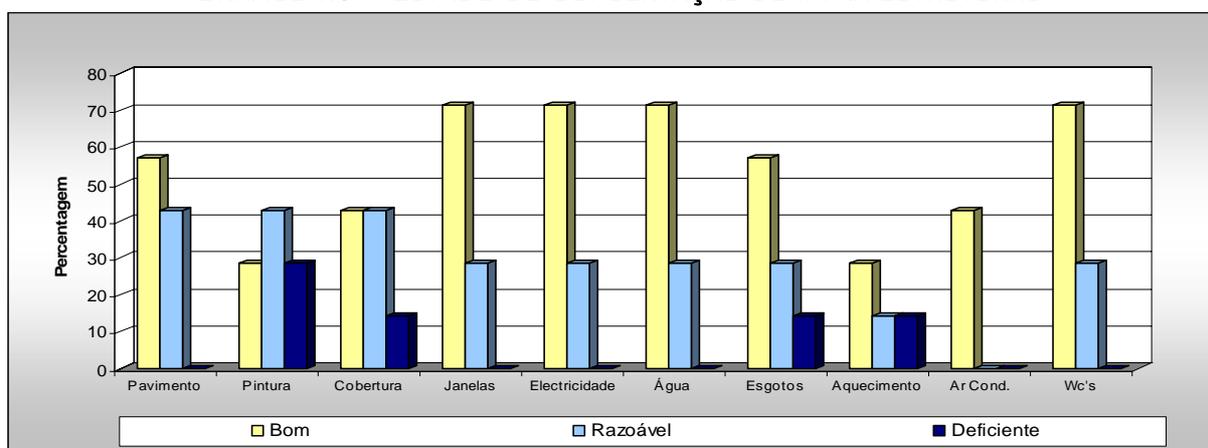
Estabelecimento	Construído de Raiz para o Ensino	Data de Construção	Data de Início de Funcionamento	Partilha instalações com alguma escola
Jl Vale Serves	Sim			Não
Jl Paderne	Sim	2003	1985	EB1 e EB23 de Paderne
Jl Olhos d'Água	Sim	1999	2000	EB1 Olhos d'Água
Jl Vale Carro	Sim	1989	1989	Não
Jl Guia	Sim	1999	2000	Sim
Jl Vale Parra	Sim	1988	1989	Não
Jl Albufeira	Sim	1999	2000	EB1 nº 2 de Albufeira (Caliços)

Fonte: C.M.A. – Inquéritos Realizados às Escolas

O município tem desenvolvido um trabalho muito significativo, não só na remodelação destes equipamentos, como no seu apetrechamento, como se pode verificar pelo número de estabelecimentos inaugurados nos últimos 5 anos.

No que diz respeito ao estado de conservação do interior/exterior dos estabelecimentos e das infra-estruturas (Gráfico I.9), verifica-se que de um modo geral os jardins-de-infância públicos se encontram em boas condições.

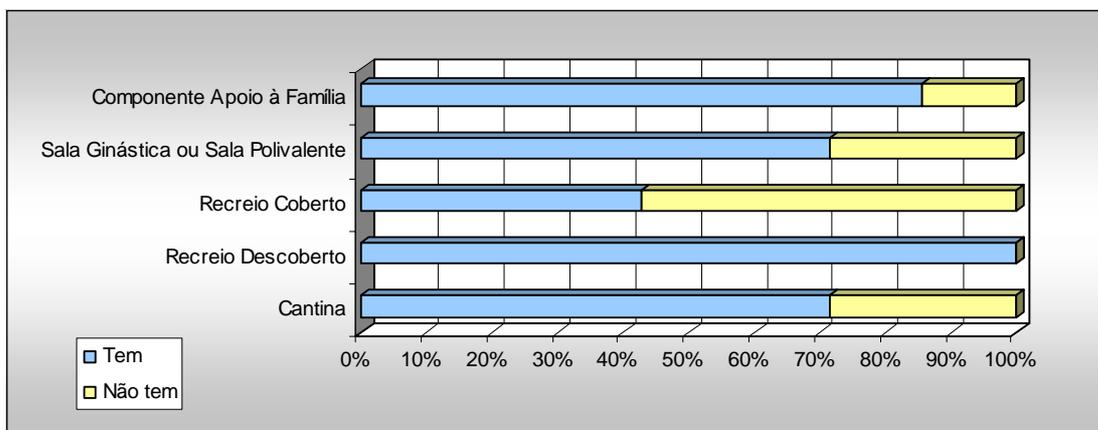
GRÁFICO I.9 – ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS



Fonte: C.M.A. – Inquéritos realizados às escolas

Ao analisar o Gráfico I.10 constata-se que dos 7 Jardins-de-Infância existentes neste Concelho, 5 têm cantina própria. No entanto, no caso dos Jardins-de-Infância que não possuem cantina própria, o serviço de alimentação é assegurado pelas instalações das escolas de 1º ciclo contíguas, pelo que a cobertura pode ser considerada total.

GRÁFICO I.10 – CARACTERIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS



Fonte: C.M.A. – Inquéritos realizados às Escolas

Todos os jardins-de-infância públicos dispõem de recreio descoberto, apetrechados de baloiços e pavimento sintético, de acordo com as normas em vigor. Importa ainda referir que 57% dos recreios descobertos se encontram em condições razoáveis e que os restantes 43% se encontram em bom estado de conservação.

Seria aconselhável que houvesse uma aposta clara na criação de recreios cobertos, uma vez que apenas 3 destes estabelecimentos de ensino se encontram munidos desse tipo de infra-estrutura, a fim de que nos dias de condições atmosféricas mais adversas as crianças pudessem ter um local de lazer abrigado (Gráfico I.10). Para além das actividades complementares de acção educativa (nomeadamente na componente de apoio à família) existentes nos estabelecimentos de educação pré-escolar.

O município de Albufeira dispõe de 12 estabelecimentos de ATL (Ateliers de Tempos Livres), distribuídos pelas várias freguesias. O maior número de ateliers encontra-se concentrado na freguesia de Albufeira. Estes têm por finalidade dar complementaridade ao horário escolar dos alunos que frequentam o 1º ciclo público, tornando-se desta forma um serviço precioso para os pais que trabalham e que não têm onde deixar ficar os filhos.

No Quadro I.20 constata-se que 5 dos jardins-de-infância têm serviço de almoços. É porém de referir que o JI de Paderne e o JI da Guia utilizam as mesmas cantinas das escolas do 1.º ciclo onde se encontram fisicamente integrados (cantina da EB23 de Paderne, também utilizada pelo JI e EB23, e cantina da EB1 da Guia) e que o JI de Vale Serves e o JI de Vale Carro não têm

este tipo de serviço, mas que as crianças são servidas pelas cantinas das EB1 mais próximas. Resumindo, dos 7 jardins-de-infância existentes neste Concelho, 3 têm cantina própria.

QUADRO I.20 – SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO PRESTADO PELOS JARDINS-DE-INFÂNCIA PÚBLICOS

Código	Nome Curto	Modalidade	Cantina/ Refeitório	Est. de Cons./Dim. (m2)	Serve Refeições à Comp.Apoio à Fam. ou 1º Ciclo	Alimentação		
						Comem na cantina do Jardim Infância	Comem na cantina da Esc Púb EB1	Total
0161	JI Vale Serves	Público	Utilizam cantina da EB1 de Ferreiras	-	Não	0	-	0
0261	JI de Paderne	Público	Utilizam cantina da EB23 de Paderne	-	Sim	0	95	95
0584	JI Olhos d' Água	Público	Utilizam cantina da EB1 de Olhos d' Água	Razoável	Não	0	95	95
0268	JI de Vale Carro	Público	Utilizam cantina da EB1 de Vale Carro	-	Não	0	-	0
0147	JI da Guia	Público	Utiliza as instalações da EB1 da Guia	Razoável	Não	0	75	75
0226	JI de Vale Parra	Público	Cantina Própria	Razoável	Sim	100	0	100
0201	JI de Albufeira	Público	Cantina Própria	Bom	Não	110	0	110

Fonte: C.M.A. - Inquérito realizado às Escolas

No Quadro I.21 apresenta-se o número de crianças de cada escola com educação pré-escolar, bem como o número de Educadores, podendo verificar-se que com excepção do JI de Vale Parra e do JI de Vale Carro, a sua repartição é bastante equilibrada. Mostra-se também o número de Auxiliares de Acção Educativa e de Animadores Sócio-Culturais por estabelecimento.

O JI de Albufeira é o estabelecimento de ensino com maior número de alunos (110) e, conseqüentemente, de educadores (7) e de auxiliares de apoio educativo (6). Seguem-se o JI de Vale Serves, o JI de Paderne e o JI de Olhos de Água, todos com 95 crianças. Com excepção do JI da Guia, todos os demais estabelecimentos apresentam lista de espera, sendo de salientar o considerável número de crianças em lista de espera no JI de Albufeira.

Constata-se que as unidades da rede pública em geral são de média/grande dimensão (com capacidade para 95 a 110 crianças), com excepção do JI de Vale Carro e JI de Vale Parra, que apenas acolhem 50 crianças.

QUADRO I.21 – N.º DE CRIANÇAS E EDUCADORES NO ANO LECTIVO 2002/03

Código	Nome Curto	Ano Lectivo 2003/04					Nº de Crianças em Lista de Espera	Serviço de Apoio à Família	Docentes e Não Docentes		
		3 anos	4 anos	5 anos	6 anos	Total			Educadores	Auxiliares de Acção Educativa	Animadores Sócio-culturais
0161	JI Vale Serves	22	40	32	1	95	5	Sim	4	6	2
0261	JI Paderne	39	27	28	1	95	4	Sim	4	6	2
0584	JI Olhos d'Água	22	40	32	1	95	24	Sim	3	3	3
0268	JI Vale Carro	0	14	31	5	50	30	Sim	2	3	2
0147	JI Guia	16	27	30	2	75	0	Sim	4	4	3
0226	JI Vale Parra	11	25	14	0	50	30	Sim	2	3	2
0201	JI Albufeira	0	2	101	7	110	110	Sim	7	6	6

Fonte: C.M.A. - Inquéritos realizados às escolas

Tal como já foi referido anteriormente, e conforme previsto na nova Lei de Bases da Educação, a administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e ensino básico e secundário deve fazer-se preferencialmente na base dos agrupamentos verticais de escolas, promovendo nomeadamente a unidade de organização e gestão e a progressiva integração dos espaços físicos. Nesta linha, seria desejável que todos os Jardins-de-infância que funcionam nas instalações de escolas do 1.º Ciclo mas com gestão própria e independente, passassem a funcionar, no futuro, de forma integrada. Desta forma poder-se-ia rentabilizar não só o espaço em si, mas também criar condições para uma gestão mais eficiente dos recursos educativos e fomentar a integração dos projectos pedagógicos comuns.

1.4.2. A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR – REDE PRIVADA

Os estabelecimentos pertencentes à rede privada têm alguma expressão na educação pré-escolar deste Concelho, uma vez que 35% das crianças matriculadas nesse nível de ensino frequentam escolas particulares. Porém, é de referenciar que neste município o peso dos estabelecimentos privados na rede fica muito aquém de outros concelhos para os quais o CESUR coligiu informação em estudos anteriores, tais como Chaves e Entroncamento. Tal situação é justificável pelo considerável número de jardins-de-infância públicos (65%) existentes no concelho de Albufeira.

Existem 5 jardins-de-infância privados, todos eles localizados na freguesia de Albufeira, sendo uma das razões para tal situação se verificar o facto de esta apresentar um elevado número de habitantes e por ser um pólo atractivo em termos de trabalho. Existe ainda o JI Arco Íris, o qual

recusou o preenchimento do inquérito, razão pela qual os seus dados não foram tratados neste documento. Segundo informação da C.M.A. este estabelecimento de ensino dispõe de 3 salas de actividade e recebe 75 alunos.

Os estabelecimentos de educação pré-escolar não públicos são de pequena/média dimensão, com excepção do JI Quinta dos Pardais e JI O Búzio, que acolhem respectivamente 78 e 109 crianças.

O jardim-de-infância de maior dimensão é o JI Quinta dos Pardais, com capacidade para sete turmas de 25 alunos cada, mas encontra-se a funcionar abaixo do seu limite; pelo contrário, o JI O Búzio encontra-se a funcionar muito acima da sua capacidade (Quadro I.22).

QUADRO I.22 – N.º DE CRIANÇAS NO ANO LECTIVO DE 2002/03

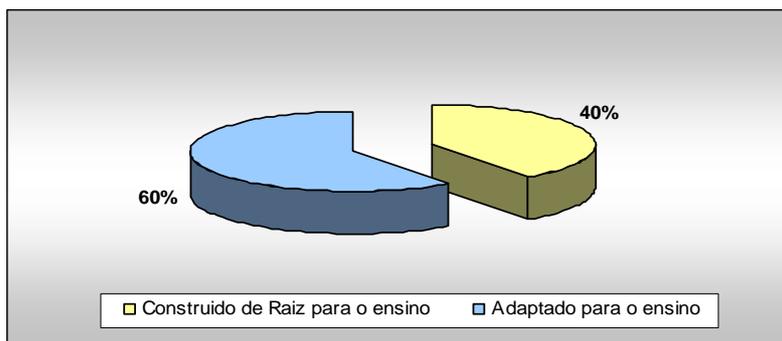
Código	Nome Curto	Modalidade	Ano Lectivo 2003/04					Nº de crianças em lista de espera	Docentes e Não Docentes		
			3 anos	4 anos	5 anos	6 anos	Total		Educadores	Auxiliares de Acção Educativa	Animadores Sócio-Culturais
0086	Jardim-de-Infância Casinha da Torre	Privado	13	17	10	0	40	0	2	4	1
0524	Jardim de Infância Grãozinho de Areia	Privado	8	13	6	0	27	0	1	1	0
0380	Jardim-de-Infância Quinta dos Pardais	IPSS	26	27	25	0	78	75	4	25	2
0651	Fundação António Silva Leal - Centro Infantil "O Búzio"	IPSS	40	24	45	0	109	30	5	8	0
288	Jardim de Infância "A Turma dos Traquinas"	IPSS	16	23	11	0	50	0	2	5	1

Fonte: C.M.A. - Inquéritos realizados às escolas

O inquérito feito a todos os estabelecimentos da rede privada permitiu caracterizar não só a tipologia de construção como as infra-estruturas destes estabelecimentos de ensino, em relação aos quais existia pouca informação.

No que diz respeito ao tipo de construção, 60% dos estabelecimentos existentes foram construídos de raiz para o ensino, enquanto que os restantes são edifícios ou fracções de prédios adaptados para este fim (Gráfico I. 11).

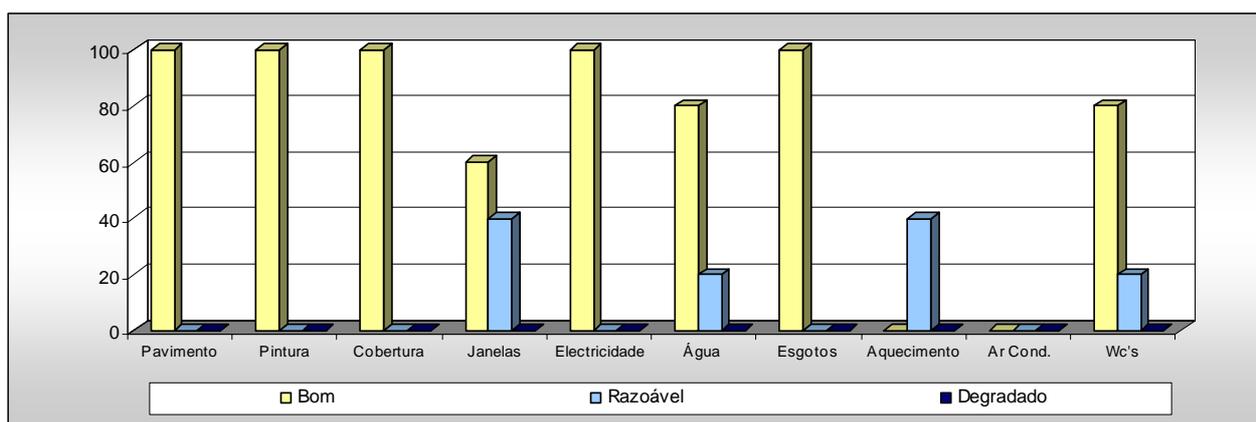
GRÁFICO I. 11 – TIPO DE CONSTRUÇÃO



Fonte: C.M.A. – Inquéritos realizados às Escolas

Ao analisar os Gráfico I.12 e Gráfico I.13, pode constatar-se que de um modo geral todos os Jardins-de-infância não públicos se encontram em boas condições.

GRÁFICO I. 12 – ESTADO DE CONSERVAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS

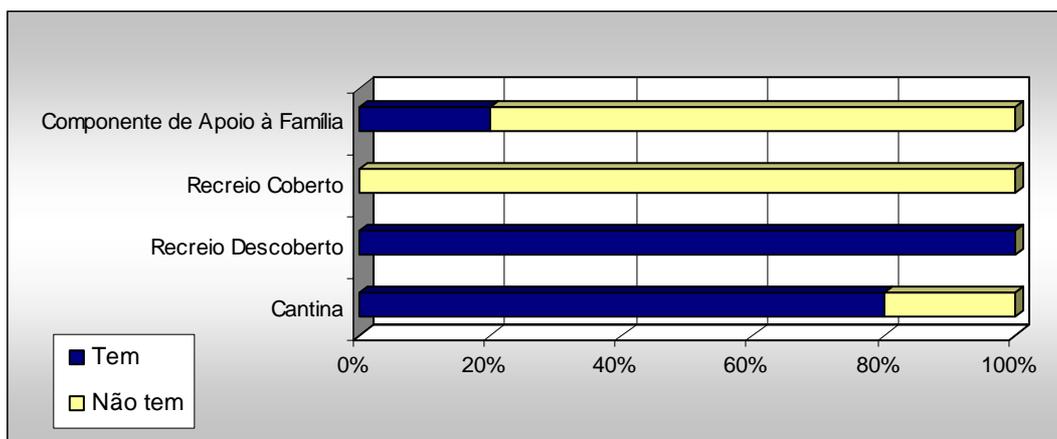


Fonte: C.M.A. – Inquéritos realizados às escolas

Todos os jardins-de-infância não públicos apresentam recreio descoberto, embora nenhum disponha de recreio coberto. Para além disso, 80% destes estabelecimentos oferecem serviço de cantina e 20% oferecem também um importante serviço à comunidade na ocupação dos tempos livres. É de referenciar a sua carência quanto à existência de recreio coberto.

Da análise do Quadro I.23 importa referir que todos os estabelecimentos de ensino não públicos têm possibilidade de prestar serviço de almoços. Porém, 4 dos jardins-de-infância não públicos oferecem serviço de cantina, ao passo que o JI Grãozinho de Areia apenas tem cozinha.

GRÁFICO I.13 – CARACTERIZAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS



Fonte: C.M.A. – Inquéritos realizados às escolas

QUADRO I.23 – ALIMENTAÇÃO NO PRÉ-ESCOLAR PRIVADO

Código	Estabelecimento	Modalidade	Cantina	Estado de Conservação	Serve Refeições Comp. Apoio à Família ou 1º Ciclo	Nº de refeições diárias
0086	Jardim-de-Infância Casinha da Torre	Privado	Sim	Bom	Não	40
0524	Jardim de Infância Grãozinho de Areia	Privado	Só cozinha	Bom	Não	25
0380	Jardim-de-Infância Quinta dos Pardais	IPSS	Sim	Bom	Sim	200
0651	Fundação António Silva Leal - Centro Infantil "O Búzio"	IPSS	Sim	Bom	Não	200
0288	Jardim de Infância "A turma dos traquinas"	IPSS	Sim	Bom	Não	50

Fonte: C.M.A. – Inquéritos realizados às escolas

Os estabelecimentos de ensino que apresentam maior dimensão a nível do serviço de almoços são o JI Quinta dos Pardais e o Centro Infantil "O Búzio", com 200 refeições diárias cada. É ainda de salientar que o primeiro presta serviço de almoços às crianças que frequentam a componente de apoio à família (Quadro I.23).

No concelho de Albufeira a oferta de educação pré-escolar público e privado é muito homogénea pelo que se conclui que a atractividade do sector privado se deve ao facto dos estabelecimentos não públicos se encontrarem junto ao centro administrativo e populacional. O número de crianças em lista de espera neste sector é de 105, distribuídas apenas pelo JI Quinta dos Pardais (75) e JI O Búzio (30), tal como ilustra o Quadro I.22.

1.5. ENSINO BÁSICO 1.º CICLO

A caracterização da rede educativa do concelho de Albufeira foi fruto do trabalho de levantamento realizado pelos técnicos do CESUR, mas também da colaboração dos directores das escolas, bem como dos técnicos disponibilizados pela C.M.A.. Todo este processo permitiu à equipa técnica tomar conhecimento da realidade local e de algumas dinâmicas internas, e dele resultaram uma série de considerações que, de uma forma geral, se reflectem em todo o território municipal e são aplicáveis sobretudo às Escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico (EB1).

As apreciações que se apresentam de seguida são, como foi referido, aplicáveis a EB1's da rede pública, funcionando em complemento com o Anexo de Caracterização, e pretendem servir de auxílio a quem possa consultar o documento Carta Educativa de Albufeira:

- Os equipamentos escolares existentes foram construídos de raiz para o ensino;
- Encontram-se, de um modo geral, em razoável estado de conservação e estão razoavelmente servidos em termos de infra-estruturas;
- Todas as escolas apresentam um razoável equipamento didáctico, o qual se torna imprescindível para o desenvolvimento de actividades;
- Todas as escolas estão equipadas com computadores;
- Grande parte dos estabelecimentos escolares está apetrechada com campo de jogos e com refeitório;
- Existe no Concelho uma escola do 1.º ciclo que pode ser considerada de média dimensão (12 salas) e com um número de turmas bastante elevado (24 turmas);
- A maior parte das escolas funciona em regime duplo, o que indicia carência de capacidade.

A rede do 1.º ciclo do Ensino Básico do concelho de Albufeira é constituída por 14 estabelecimentos, dos quais 13 pertencem à rede pública e 1 à rede privada.

QUADRO I.24 – DISTRIBUIÇÃO DAS ESCOLAS DE 1.º CICLO (2003/04)

Estabelecimentos de Ensino	Pública	Privada	TOTAL
1.º Ciclo	13	1	14

Fonte: C.M.A./ Inquéritos

Far-se-á uma abordagem muito ligeira na caracterização da Rede Privadas, uma vez que apenas existe um estabelecimento de ensino privado (Quadro I.24) e o número de alunos aí matriculados é pouco significativo quando comparado com o número de alunos que frequenta a rede pública.

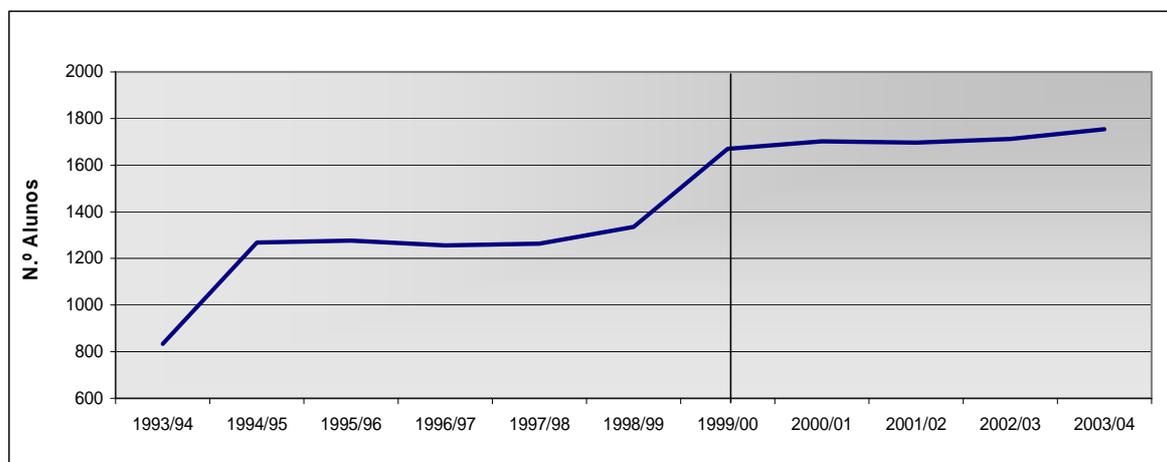
A abordagem de aspectos mais específicos da caracterização da rede de equipamentos de 1.º ciclo será feita seguidamente.

I.5.1. ENSINO BÁSICO 1.º CICLO – REDE PÚBLICA

Pela análise do Gráfico I.14, observa-se que tem havido um ligeiro aumento no número de alunos matriculados no 1.º Ciclo da Rede Pública entre 1999/00 e 2003/04. É de mencionar as oscilações verificadas entre os anos lectivos de 1993/94 e 1999/00, as quais tiveram origem na impossibilidade se compilar alguns dos dados referentes aos alunos matriculados neste período, por falta da informação.

Considerando o período entre 1999 e 2003, pode-se concluir que o concelho de Albufeira tem tido uma evolução positiva na população escolar ao longo do tempo. Tal situação poderá ter causa na atractividade laboral que o concelho oferece, mas também na qualidade das infra-estruturas dos estabelecimentos escolares, tornando-se assim atractivos na escolha dos pais.

GRÁFICO I.14 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS NO 1.º CICLO (REDE PÚBLICA)



Nota: Alguns dos estabelecimentos do 1º ciclo não apresentaram dados, por estes se terem extraviado. Porém tal informação está completa a partir do ano lectivo de 1999/00.

Fonte: DREA / DAPP / Inquéritos realizados às Escolas

No Quadro I.25 estão representados alguns indicadores que ajudam a caracterizar a realidade encontrada nas escolas do 1º ciclo do Ensino básico do concelho de Albufeira. Da análise destes indicadores constata-se que:

- Das 13 EB1's existentes, 5 destas escolas apresentam um rácio acima de 30 alunos por sala, o que conduz à necessidade de funcionarem em regime de desdobramento, a fim de poderem responder ao elevado número de alunos que comportam;
- Na sua maioria, o número de alunos por professor com funções lectivas¹⁹, encontra-se no limite do valor mínimo de dimensionamento considerado pelos "Critérios de Reordenamento da Rede Educativa"²⁰ com excepção da EB1 de Olhos de Água, a EB1 de Fontainhas e a EB1 da Mouraria, que apresentam um rácio acima de 20 alunos por professor;

¹⁹O facto de os professores com funções lectivas serem cerca de metade do total de professores destacados para as escolas de 1.º ciclo existentes, deve-se na maioria dos casos a situações de pré-reforma, baixas prolongadas por motivos de saúde ou gravidez. Existem ainda exemplos de professores que embora não leccionem, exercem cargos de coordenação/gestão das escolas.

²⁰ Pressupondo que um professor de 1.º Ciclo apenas lecciona em uma escola, considera-se que o número mínimo de alunos que poderá ter a seu cargo é o valor mínimo de dimensionamento para escolas de 1.º ciclo, ou seja, 20 alunos.

- Uma grande percentagem das escolas do 1º ciclo deste Concelho apresentam mais de 150 alunos matriculados (31%), sendo de realçar a EB1 n.º 2 de Albufeira (Caliços) com 540 alunos.
- A grande diferença de valores verificada entre os rácios *n.º de alunos/ sala de aula* e *n.º de alunos/ turma* ao nível do concelho (Quadro I.25) deve-se ao facto de um elevado número de escolas terem de funcionar em horário de desdobramento a fim de fazerem face ao elevado número de alunos que as frequentam.

QUADRO I.25 NÚMERO DE ALUNOS POR SALA, POR TURMA E POR PROFESSOR NAS ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO NO ANO LECTIVO DE 2003/04

Código	Estabelecimento	Gestão	Alunos Mat. em 2003/04	Nº de salas de aula	Nº de turmas	Nº de Prof. com funções lectivas	Nº de alunos/sala	Nº de alunos/turma	Nº de alunos/professor
0090	EB1 de Ferreiras	Público	163	5	8	8	33	20	20
0412	EB1 de Paderne	Público	129	6	11	8	22	12	16
0025	EB1 do Cerro do Ouro	Público	23	2	4	2	12	6	12
0797	EB1 de Brejos	Público	188	4	8	10	47	24	19
0584	EB1 de Olhos de Água	Público	147	7	6	6	21	25	25
0931	EB1 de Fontainhas	Público	82	4	4	4	21	21	21
0472	EB1 de Vale Carro	Público	73	4	4	4	18	18	18
0291	EB1 nº 1 de Albufeira	Público	212	6	10	12	35	21	18
0924	EB1 da Guia	Público	82	2	4	5	41	21	16
0029	EB1 de Mouraria	Público	24	1	1	1	24	24	24
0675	EB1 de Sesmarias	Público	37	2	2	2	19	19	19
0541	EB1 de Vale Parra	Público	54	2	3	3	27	18	18
0855	EB1 nº 2 de Albufeira (Caliços)	Público	540	12	24	30	45	23	18

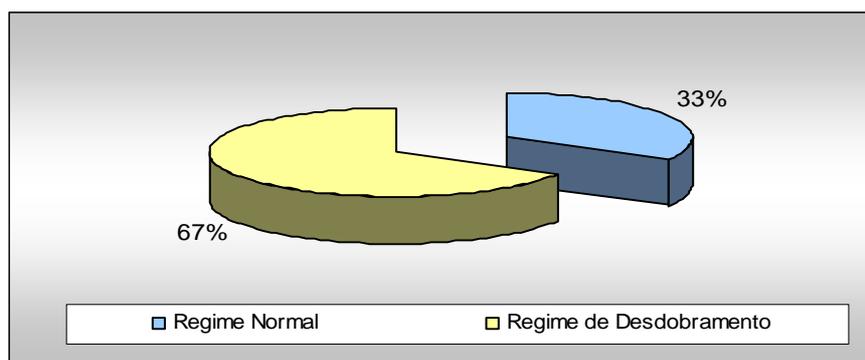
Fonte: CMA / Inquéritos Realizados às Escolas

Esta análise permite logo à partida que nos apercebamos de que este Concelho apresenta um défice de escolas a nível do 1.º ciclo do Ensino Básico.

No âmbito da reorganização da rede, todas as escolas do 1.º ciclo com apenas uma sala de aula, ou menos de 11 alunos, ou ainda a funcionarem em horário de desdobramento, serão alvo de atenção especial no sentido de avaliar a sua necessidade e de as integrar em redes de maior dimensão, melhorando as suas condições de funcionamento pedagógico.

Para além da evolução global do número de alunos, constata-se que 61 turmas, pertencentes à rede pública, funcionam em regime de desdobramento²¹. Tal situação representa 67% das turmas a funcionar neste regime, o que é claro indício de falta de salas de aula (Gráfico I.15).

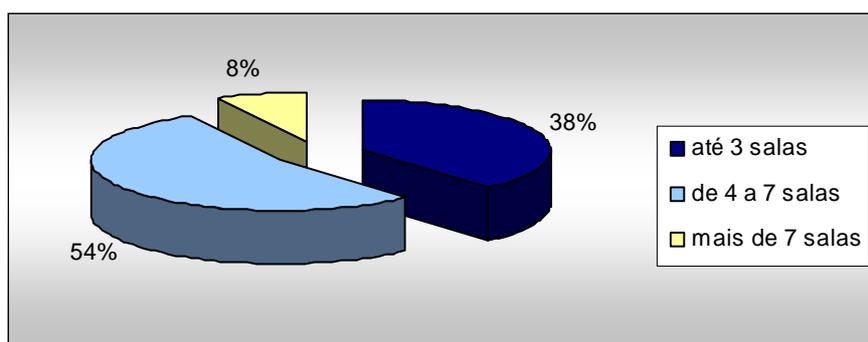
GRÁFICO I.15 – REGIME DE FUNCIONAMENTO DAS TURMAS (2002/03 – REDE PÚBLICA)



Fonte: C.M.A./ Inquéritos

No Concelho é possível encontrar uma única escola que apresenta 1 sala de aula, em contraste com outra, que tem 12 salas de aula. O modelo mais comum de escola no Município é o de duas salas de aula (4 EB1's). A escola de maior dimensão que se encontra em funcionamento neste Concelho localiza-se na freguesia de Albufeira (12 salas de aula). Mais de metade das escolas deste Município apresenta 4 a 7 salas de aula (Gráfico I.16).

GRÁFICO I.16 – DIMENSÃO DAS ESCOLAS DO 1.º CICLO PÚBLICO



Fonte: C.M.A./ Inquéritos

²¹ O Regime de Desdobramento traduz-se na ocupação de uma mesma sala de aulas por mais de uma turma em horários distintos, ou seja, existe uma turma a utilizar a infra-estrutura da parte da manhã e outra da tarde.

Para o 1.º ciclo do Ensino Básico, foram calculadas três taxas de ocupação, tendo em conta diferentes variáveis:

- Considerando a razão entre o número de turmas existentes e a capacidade inicial em turmas, obtém-se “ $TO_{(turmas)}$ ” – Taxa de Ocupação da Escola em função do Número de Turmas para a qual foi dimensionada:

$$TO_{(turmas)} = \frac{n^{\circ} \text{ turmas } _ \text{ existentes}}{\text{Capacidade } _ \text{ em } _ \text{ turmas}}$$

- Considerando a razão entre o número de alunos do corrente ano lectivo (2003/04) e o número aconselhável de alunos²² para a capacidade inicial em turmas, obtém-se “ $TO_{(alunos)}$ ” – Taxa de Ocupação da Escola em função do Número de Alunos para o qual a escola foi dimensionada:

$$TO_{(alunos)} = \frac{n^{\circ} \text{ alunos } _ \text{ existentes}}{\text{Capacidade } _ \text{ em } _ \text{ turmas} \times 25}$$

- Considerando a razão entre o número de alunos existentes e o número aconselhável de alunos nas turmas normais e nas turmas reduzidas²³ existentes, obtém-se “ $TO_{(actual)}$ ” - Taxa de ocupação actual das turmas:

$$TO_{(actual _ \text{ turmas})} = \frac{n^{\circ} \text{ alunos } _ \text{ existentes}}{n^{\circ} \text{ turmas } _ \text{ normais} \times 25 + n^{\circ} \text{ turmas } _ \text{ reduzidas} \times 20}$$

No que diz respeito à carência de salas de aula atrás referida, essa situação torna-se mais evidente quando analisadas as taxas de ocupação das escolas de 1.º ciclo do ensino básico públicas (Quadro I.26).

²² Desp. Conj. n.º 548-A/2001, de 20 de Junho: “As turmas nos ensinos básicos e secundário são constituídas por 25 alunos, não podendo ultrapassar esse limite no 1º ciclo do ensino básico e 28 alunos nos restantes níveis e ciclos de ensino”

²³ Ponto 5.3 do Despacho Conjunto n.º 548-A/2001 dos Gabinetes dos Secretários de Estado da Educação e da Administração Educativa: “As turmas do 1º ciclo do ensino básico, nas escolas de lugar único que incluam alunos dos quatro anos de escolaridade bem como as turmas com alunos de educação especial considerados nos termos definidos na alínea b) do n.º 3.2., serão constituídas por 20 alunos, não podendo incluir mais de dois alunos de educação especial”.

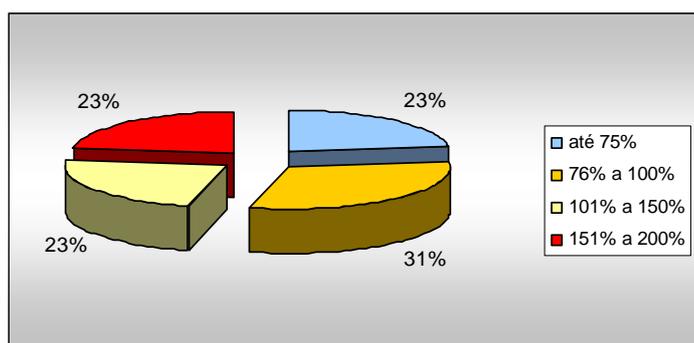
QUADRO I.26 – TAXAS DE OCUPAÇÃO DAS ESCOLAS DE 1.º CICLO (2003/04)

Código	Estabelecimento	Gestão	Alunos Mat. em 2003/04	Nº de turmas existentes	Nº de turmas com alunos com NEE's	Cap. Em turmas	Tx.Ocup. (alunos)	Tx.Ocup. (turmas)	Tx.Ocup. (actual)
0090	EB1 de Ferreiras	Público	163	8	3	5	130%	160%	88%
0412	EB1 de Paderne	Público	129	11	5	6	86%	183%	52%
0025	EB1 do Cerro do Ouro	Público	23	2	2	2	46%	100%	58%
0797	EB1 de Brejos	Público	188	8	5	4	188%	200%	107%
0584	EB1 de Olhos de Água	Público	147	6	4	7	84%	86%	113%
0931	EB1 de Fontainhas	Público	82	4	4	4	82%	100%	103%
0472	EB1 de Vale Carro	Público	73	4	1	4	73%	100%	77%
0291	EB1 nº 1 de Albufeira	Público	212	10	5	6	141%	167%	94%
0924	EB1 da Guia	Público	82	4	4	2	164%	200%	103%
0029	EB1 de Mouraria	Público	24	1	0	1	96%	100%	96%
0675	EB1 de Sesmarias	Público	37	2	1	2	74%	100%	82%
0541	EB1 de Vale Parra	Público	54	3	1	2	108%	150%	77%
0855	EB1 nº 2 de Albufeira (Caliços)	Público	540	24	0	12	180%	200%	90%
TOTAL			1754	87	35	57	123%	153%	88%

Fonte: C.M.A./ Inquéritos

Sendo aconselhável que a taxa de ocupação das escolas se situe aproximadamente entre 75% a 100%, não deixa de ser inquietante os 54% de escolas com taxas de ocupação superiores a 100%. Importa ainda referir a existência de uma escola que apresenta uma taxa de ocupação, ao nível de alunos matriculados, de apenas 46% (Gráfico I.17).

GRÁFICO I.17 – DISTRIBUIÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO 1.º CICLO POR CLASSES DE $TO_{(ALUNOS)}$ (2003/04)

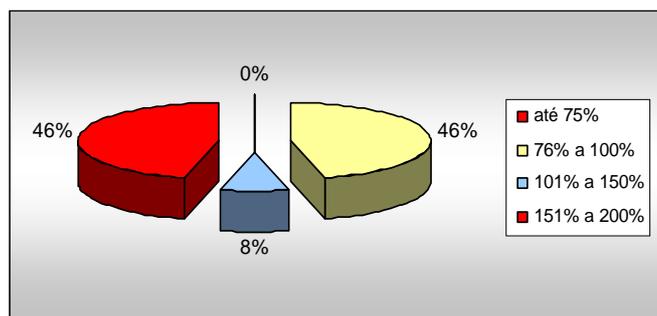


Fonte: C.M.A./ Inquéritos

Quando analisadas as taxas de ocupação das escolas em função do número de turmas para a qual foi dimensionada ($TO_{(turmas)}$), verifica-se que na sua maioria, estas apresentam ocupações acima dos 100% e que 46% das EB1's apresentam uma taxa de ocupação superior a 150%.

Estes valores verificam-se devido ao elevado número de escolas deste Concelho que funcionam em regime de desdobramento, o que conduz à existência de um maior número turmas do que aquele que seria recomendável.

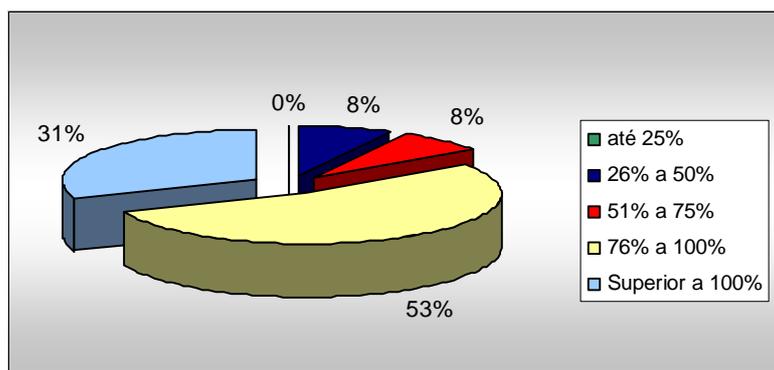
GRÁFICO I.18 – DISTRIBUIÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE 1.º CICLO POR CLASSES DE $TO_{(TURMAS)}$ DAS TURMAS (2002/03)



Fonte: C.M.A./ Inquéritos

Em relação à taxa de ocupação actual das turmas de 1.º ciclo, verifica-se uma distribuição equilibrada uma vez que 53% das escolas de 1.º ciclo apresentam turmas com a ocupação ideal (75% a 100%). Importa ainda referir que 31% das turmas apresentam uma taxa de ocupação superior a 100%.

GRÁFICO I.19 – DISTRIBUIÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS DE 1.º CICLO POR CLASSES DE $TO_{(ACTUAL)}$ DAS TURMAS (2002/03)



Fonte: C.M.A./ Inquéritos

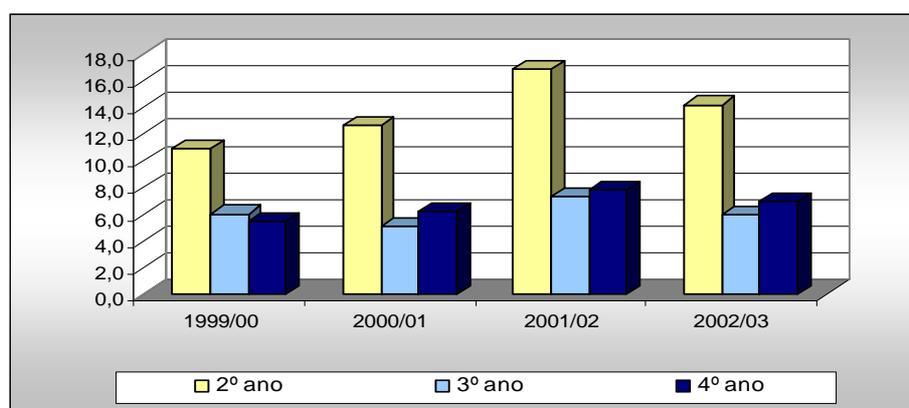
Refira-se ainda, a respeito da capacidade das escolas básicas de 1º ciclo, quanto ao número de turmas em funcionamento que:

- A EB 1 de Caliços passará de 12 para 14 salas de aula (mais duas de ATL).
- A EB 1 de Vale Carro passará de 4 para 5 salas de aula.
- A EB 1 de Brejos passará de 4 para 6 salas de aula.

Na Parte III serão considerados estes valores para a estimativa da capacidade potencial da rede escolar.

O Gráfico I.20 representa a evolução das taxas de retenção verificadas para o 1º Ciclo, da Rede Pública. Analisando os dados, torna-se evidente o desequilíbrio verificado quanto ao número de alunos que ficam retidos em cada ano, sendo claro que a maior retenção ocorre no 2º ano. É de mencionar que a taxa de retenção do 2º ano de escolaridade tem vindo a aumentar ao longo dos últimos anos, tendo chegado mesmo a atingir uma taxa de 16,9% no ano de 2001/02.

GRÁFICO I.20 – TAXA DE RETENÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE 1.º CICLO



Fonte: C.M.A./ Inquéritos

Comparando a taxa de retenção do concelho de Albufeira com outros concelhos (Quadro I.27), verifica-se que, com excepção do 2.º ano, os valores obtidos para este município são inferiores aos verificados para os demais. Ao nível do 1.º ciclo, a taxa de retenção sofreu um decréscimo no último ano lectivo (2002/03) de aproximadamente um ponto percentual.

Refira-se que a utilização destes concelhos para efeitos comparativos se prende exclusivamente com o facto de se dispor de informação sobre indicadores de desempenho escolar destes

concelhos, valores esses (detalhados ao ano de escolaridade) não disponíveis nas estatísticas publicadas pelo Ministério da Educação e INE. A comparação com concelhos vizinhos, a nível agregado (por limitações da informação estatística disponível), foi apresentada no ponto I.1.

QUADRO I.27 – COMPARAÇÃO DAS TAXAS DE RETENÇÃO DAS ESCOLAS DE 1.º CICLO (2003/04)

Taxa de Repetência e Abandono do Concelho de Albufeira						Concelho de Sesimbra	Concelho de Vila Franca de Xira	Concelho de Azambuja	Concelho de Abrantes	Concelho de Chaves	Concelho do Entroncamento
	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	Média	1997/98	1997/98	1997/98	1999/00	2001/02	2001/02
						Média					
2º ano	10,9	12,7	16,9	14,2	13,7	11,0	14,0	16,0	15,0	11,0	8,0
3º ano	6,0	5,1	7,4	6,0	6,1	10,0	8,0	13,0	10,0	8,0	7,0
4º ano	5,5	6,3	7,9	6,9	6,6	10,0	14,0	15,0	12,0	22,0	8,0
Média	8,8					10,0	12,0	15,0	12,0	14,0	8,0

Fonte: C.M.A./ Inquéritos

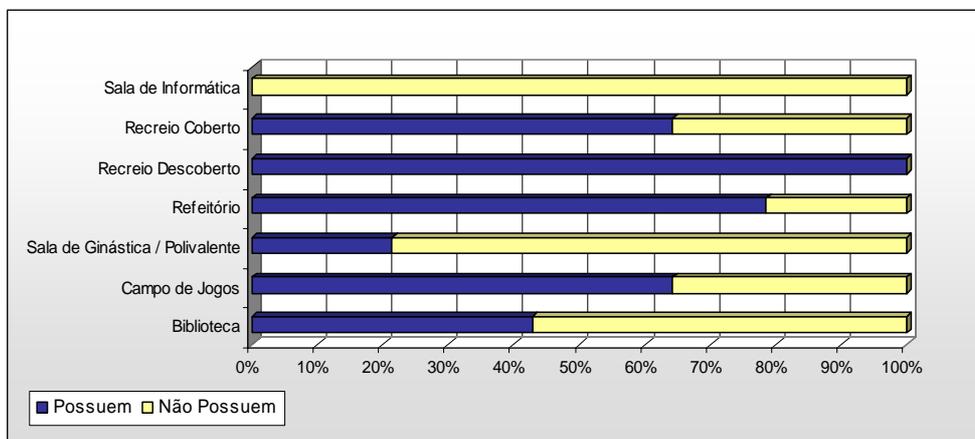
Finalmente, analisam-se as infra-estruturas disponíveis nos estabelecimentos escolares que oferecem o 1º Ciclo do Ensino Básico, da Rede Pública. Todas as escolas foram construídas de raiz para o ensino e, encontram-se em geral, em razoável estado de conservação quer a nível de edifício (interior e exterior) quer a nível de instalação eléctrica, água, e esgotos.

Com base no Gráfico I.21, que caracteriza as infra-estruturas das escolas é possível concluir o seguinte:

- Existe uma escassez ou mesmo inexistência de estruturas de apoio, tais como sala de música, sala de audiovisuais, bibliotecas ou centros de recursos e sala de informática;
- Verifica-se que todas as escolas têm recreio descoberto e a maior parte têm recreio coberto;
- Os recreios, na sua maioria, estão apetrechados com campo de jogos e espaço com equipamentos de lazer (com pavimento sintético).
- As situações mais críticas nos estabelecimentos de ensino existentes no Concelho prendem-se com os equipamentos desportivos, pois a maioria não dispõe de um espaço coberto (sala de ginástica/sala polivalente) para a prática desportiva.
- Mais de 70% dos estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo têm refeitório com serviço de refeições. Porém, é de referir que 100% das crianças beneficia deste serviço, dado que

os alunos da EB1 das Sesmarias utilizam a cantina do JI de Vale de Parra, enquanto os alunos da EB1 da Mouraria recorrem ao refeitório da EB1 da Guia.

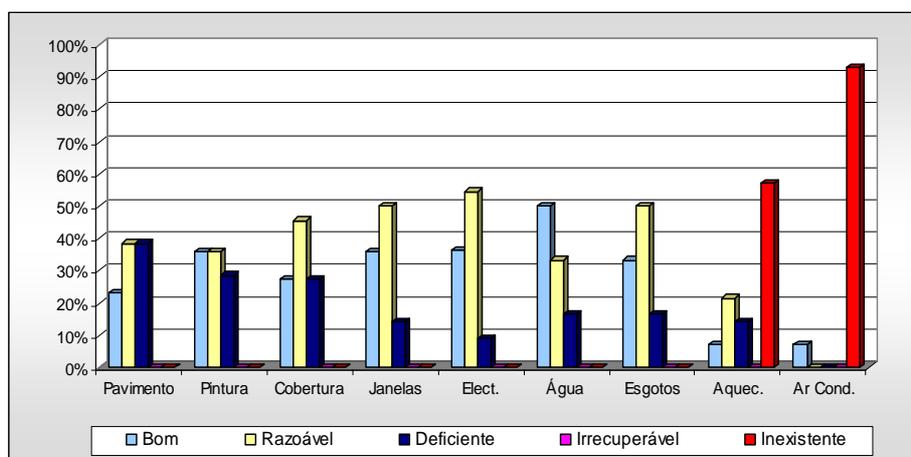
GRÁFICO I.21 – INFRA ESTRUTURAS DAS ESCOLAS PÚBLICAS COM 1.º CICLO



Fonte: C.M.A./ Inquéritos

Em relação ao estado de conservação das infra-estruturas das escolas de 1.º ciclo (Gráfico I.22), de um modo geral, encontram-se num razoável estado de conservação. Importa referir que aproximadamente 40% dos edifícios apresentam o pavimento em condições deficientes e que mais de 50% dos estabelecimentos de ensino do 1.º ciclo não têm aquecimento. É de referir que a EB1 dos Caliços está localizada numa zona de difícil acesso pedonal e que, conseqüentemente, apresenta dificuldades sérias à mobilidade dos alunos, sobretudo tendo em conta que serve maioritariamente crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 9 anos.

GRÁFICO I.22 – ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS INFRA ESTRUTURAS DAS ESCOLAS PÚBLICAS COM 1.º CICLO



Fonte: C.M.A./ Inquéritos

Relativamente ao serviço de almoços, convém frisar que apenas a EB1 da Mouraria e a EB1 de Sesmarias não oferecem este tipo de serviço (os alunos utilizam os refeitório da EB1 da Guia e do JI de Vale de Parra, respectivamente) que a EB1 de Paderne utiliza a cantina da EB23 de Paderne por estar integrada naquela escola. É ainda de referir que 4 dos estabelecimentos de ensino prestam serviço de almoços a crianças que frequentam o Jardim-de-Infância ou o Serviço de Apoio Técnico à Família.

QUADRO I. 28 SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO PRESTADO PELAS ESCOLAS DO 1.º CICLO

Código	Nome Curto	Modalidade	Refeitório	Estado de Conservação/ Dimensão (m ²)	Quantas refeições serve por dia (média)	Serve Refeições JI
0090	EB1 de Ferreiras	Público	Sim	Bom	80	Sim / JI Vale de Servas
0412	EB1 de Paderne	Público	Não / Utiliza a cantina da EB23 de Paderne	-	-	-
0025	EB1 do Cerro do Ouro	Público	Sim	Razoável	25	Não
0797	EB1 de Brejos	Público	Sim	Bom		Não
0584	EB1 de Olhos de Água	Público	Sim	Bom	120	Sim / JI dos Olhos D'Água
0931	EB1 de Fontainhas	Público	Sim	Bom	75	Não
0472	EB1 de Vale Carro	Público	Sim	Razoável		Sim / JI de Vale Carro
0291	EB1 nº 1 de Albufeira	Público	Sim	Bom	160	Não
0924	EB1 da Guia	Público	Sim	Razoável		Sim / JI da Guia
0029	EB1 de Mouraria	Público	Não / Utiliza a cantina da EB1 da Guia	-	-	-
0675	EB1 de Sesmarias	Público	Não / Utiliza a cantina do JI de Vale Parra	-	-	-
0541	EB1 de Vale Parra	Público	Sim	Razoável	37	Não
0855	EB1 nº 2 de Albufeira (Caliços)	Público	Sim	Bom		Não

Fonte: C.M.A./ Inquéritos

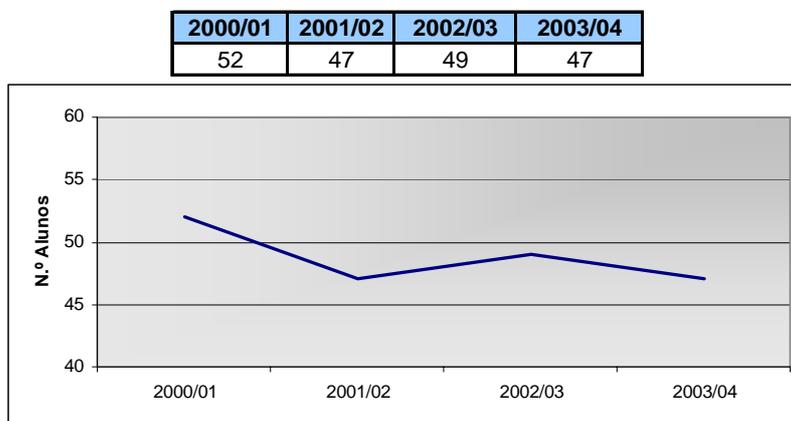
1.5.2. ENSINO BÁSICO 1.º CICLO – REDE NÃO PÚBLICA

O concelho de Albufeira, relativamente à oferta de 1º Ciclo ao nível da Rede Escolar, apenas dispõe um estabelecimento de ensino de pequena dimensão, o Colégio Vale de Montechoro.

Relativamente à evolução dos alunos matriculados, só foi possível determinar a partir do ano lectivo de 2000/01, por faltarem os dados de anos anteriores. Assim sendo, pode constatar-se que nestes últimos 4 anos, a evolução dos alunos matriculados tem sido muito uniforme, apesar

de se ter verificado um ligeiro decréscimo no número de alunos inscritos. Tal como se pode avaliar pelo Quadro I.29 e Gráfico I.23.

QUADRO I.29 E GRÁFICO I.23 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS NO 1.º CICLO (REDE PRIVADA)



Fonte: C.M.A./ Inquéritos

O Colégio Vale de Montechoro tem duas salas de aula para um total de 47 alunos, pelo que está a funcionar no limite da sua capacidade, com uma taxa de escolarização de 94%. Relativamente ao rácio alunos por professor, o valor encontrado é de 24, uma vez que existem 2 professores com funções lectivas. Em relação ao funcionamento das turmas, estas funcionam em regime normal.

QUADRO I.30 – RÁCIOS ALUNOS POR SALA, POR TURMA E POR PROFESSOR

Código	Estabelecimento	Gestão	Alunos Mat. em 2003/04	Nº de salas de aula	Nº de turmas	Nº de Prof. com funções lectivas	Nº de alunos/sala	Nº de alunos/turma	Nº de alunos/professor
0809	Colégio Vale de Montechoro	Privado	47	2	2	2	24	24	24

Fonte: C.M.A./ Inquéritos

Quanto às infra-estruturas, o edifício foi construído de raiz para o ensino, encontra-se em bom estado de conservação quer interior quer exterior (pintura, pavimento, cobertura, janelas, etc.) e oferece sala de ginástica, recreio descoberto e recreio coberto. É de referir que o estabelecimento de ensino não dispõe de serviço de almoços.

1.6. ENSINO BÁSICO 2º E 3º CICLOS

Numa perspectiva de sequencialidade do Ensino Básico, surge na continuação do 1º Ciclo, o 2º Ciclo (com 2 anos) e a fechar o período de ensino obrigatório (segundo a Lei de Bases do Sistema Educativo – LBSE) o 3.º Ciclo (com 3 anos). Estes dois últimos níveis de ensino podem ser ministrados em estabelecimentos de ensino com a tipologia EB23, EBI e ES/3. No concelho de Albufeira apenas existem Escolas Básicas de 2º e 3º ciclos (EB23) e uma Escola Básica Integrada (EBI), onde para além do ensino básico de 2º e 3º ciclos, é também ministrado o 1ºCiclo e, no caso concreto da EBI de Paderne, a educação pré-escolar.

No Anexo I B.4 apresenta-se a evolução da população escolar dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário Regular por estabelecimento de ensino desde o ano lectivo de 1997/98 até ao ano lectivo de 2002/03.

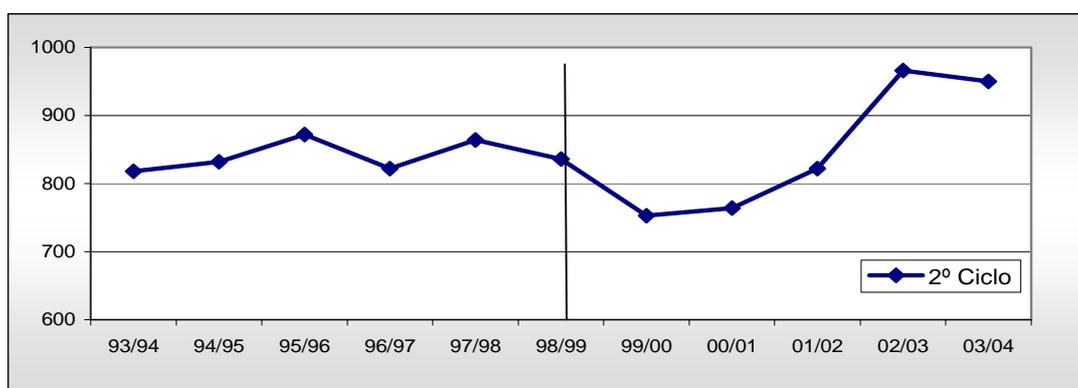
1.6.1. ENSINO BÁSICO 2º CICLO – REDE PÚBLICA

No concelho de Albufeira, o 2º ciclo do Ensino Básico é ministrado em 5 escolas da rede pública, conjuntamente com o 3º ciclo. O *Anexo I A.3* apresenta a lista dos estabelecimentos, ciclos de ensino ministrados, freguesia e endereço, respectivos.

O Quadro I.31 e GRÁFICO I.24 representam a evolução do número de alunos matriculados no 2.º ciclo nos diversos estabelecimentos onde este nível de ensino é ministrado. Apesar dos dados disponibilizados só estarem completos a partir do ano lectivo de 1998/99, é nítida a grande oscilação encontrada a nível de evolução do número de alunos matriculados no 2º ciclo, o que deixa transparecer uma certa inconstância na população escolar nos últimos anos. Esta tendência é reveladora da dinâmica migratória do Concelho na última década. É de referir o acentuado aumento verificado a partir de 1999/00, com especial incidência para o ano de 2002/03 que apresenta um crescimento de cerca de 200 alunos comparativamente ao ano lectivo de 2000/01.

QUADRO I.31 E
GRÁFICO I.24 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NO 2.º CICLO DO ENSINO BÁSICO ENTRE OS ANOS LECTIVOS DE 1993/94 E 2003/04

Código	Estabelecimento	93/94	94/95	95/96	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04
0596	Escola Básica do 2º e 3º ciclos de Ferreira		252	244	237	148	133	104	102	98	117	133
0121	Escola Básica do 2º e 3º ciclos de Paderne					86	85	70	64	83	91	85
0532	Escola Básica do 2º e 3º ciclos Prof.ª Diamantina Negrão						175	194	179	196	178	162
0667	Escola Básica do 2º e 3º ciclos D. Martim Fernandes	818	580	257	265	347	289	219	201	225	252	252
0790	Escola Básica do 2º e 3º ciclos Dr. Francisco Cabrita			371	320	283	154	166	218	220	328	318
Total		818	832	872	822	864	836	753	764	822	966	950



Fonte: Inquérito Realizado às Escolas / DREAlgarve (sempre que a informação não foi disponibilizada pelas escolas)

Nota: Até ao Ano Lectivo de 1998/99 existem escolas cujos dados sobre os alunos matriculados não são conhecidos.

O Quadro I.32 apresenta alguns indicadores que ajudam a caracterizar o 2.º Ciclo do Ensino Básico deste Concelho, constatando-se que, no ano lectivo de 2002/03, a frequência dos alunos neste nível de ensino é de 966 alunos, distribuídos por 41 turmas. Obtém-se assim um rácio de 24 alunos por turma, o qual tem margem de manobra para os valores máximos recomendados pelo Ministério da Educação (28). É de referir que os valores obtidos não entram em linha de conta com a existência de crianças com necessidades educativas especiais.

O cálculo do rácio alunos por sala (33) foi efectuado com base no total de alunos que frequenta a escola (2068), dado que aquelas são ocupadas pelos alunos quer do 2º ciclo quer do 3º ciclo. Neste nível de ensino é menos relevante calcular o rácio alunos por professor, uma vez que uma turma tem mais do que um professor e estes muitas vezes ministram mais do que uma disciplina.

QUADRO I.32 – NÚMERO DE ALUNOS/SALA, ALUNOS/TURMA E PROFESSORES NAS ESCOLAS COM 2º E 3º CICLOS DO ENSINO BÁSICO NO ANO LECTIVO DE 2002/03

Código	Nome Curto	Alunos Matriculados			Salas de Aula	N.º Alunos / N.º Salas	N.º Turmas 2002/03		N.º Alunos / Turma		Prof. c/ Funções Lectivas
		2º Ciclo	3º Ciclo	Tot			2º Ciclo	3º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	
0596	EB23 de Ferreiras	117	137	254	8	32	6	6	20	23	39
0121	EB23 de Paderne	91	119	210	7	30	4	6	23	20	31
0532	EB23 Prof.ª Diamantina Negrão	178	237	415	12	35	7	13	25	18	63
0667	EB23 D. Martim Fernandes	252	297	549	24	23	11	13	23	23	63
0790	EB23 Dr. Francisco Cabrita	328	312	640	11	58	13	13	25	24	64
Total		966	1102	2068	62	33	41	51	24	22	260

Fonte: Inquéritos Realizados às Escolas

Em relação à taxa de retenção, após análise dos quatro últimos anos, da qual resulta o Quadro I.33, conclui-se que a taxa média de retenção do 2º ciclo é de 14,4%. Por comparação com as taxas apresentadas noutros concelhos, para os quais se dispõe desta informação (ver Quadro I.33) conclui-se que a taxa obtida para Albufeira se aproxima dos valores dos concelhos com pior desempenho (Chaves e Azambuja), e cerca de 3 pontos percentuais acima dos restantes. Optou-se para efeitos de planeamento da rede do 2º ciclo o valor de 14% como taxa média de retenção.

QUADRO I.33 – TAXA DE RETENÇÃO DO 2º CICLO POR ANO DE ESCOLARIDADE DESDE 1999/00 ATÉ 2002/03. COMPARAÇÃO COM O CONCELHO DO ENTRONCAMENTO, CHAVES, FUNDÃO, ABRANTES E AZAMBUJA

Concelho de Albufeira						Concelho do Entronca mento (01/02)	Concelho de Chaves (01/02)	Concelho do Fundão (01/02)	Concelho de Abrantes (98/99)	Concelho de Azambuja (98/99)
	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	Média	Média da Taxa de Retenção e Abandono				
5º ano	12,5	8,3	12,0	21,8	13,7	9,2	13,2	10,8	13,0	15,0
6º ano	15,1	13,7	12,5	19,5	15,2	7,6	15,9	11,1	9,0	15,0
2º Ciclo	14,4					11,2	14,5	11,0	11,0	15,0

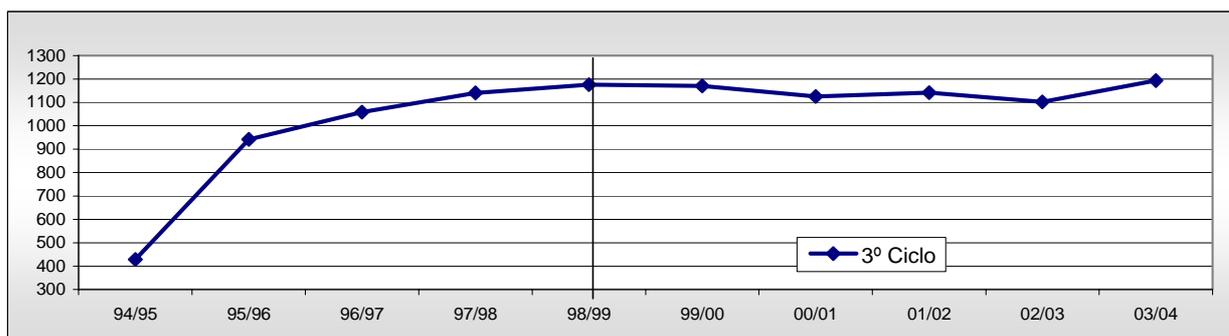
Fonte: Inquéritos às Escolas

1.6.2. ENSINO BÁSICO 3º CICLO – REDE PÚBLICA

Apresenta-se no Quadro I.34 e Gráfico I.25 a evolução do número de alunos do 3º ciclo do Ensino Básico, desde 1993/95 até 2003/04. Apesar de se verificar um aumento significativo no número de alunos matriculados entre 1994/95 e 1998/99, tal não deverá ser tomado em linha de conta uma vez que não se conseguiram compilar todos os dados. A partir do ano lectivo de 1998/99, todos os dados são conhecidos e, como tal, pode verificar-se um ligeiro aumento no número de alunos matriculados, sendo de admitir que a tendência deste nível de ensino seja no sentido de uma estabilidade de valores.

QUADRO I.34 E
GRÁFICO I.25 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NO 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO ENTRE OS ANOS LECTIVOS DE 1993/94 E 2003/04

Evolução do Número de Alunos Matriculados no 2º e 3º Ciclos Público em Regime Diurno											
Código	Estabelecimento	94/95	95/96	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03	03/04
		3º Ciclo	3º	3º	3º	3º	3º	3º	3º	3º	3º
0596	Escola Básica do 2º e 3º ciclos de Ferreira	341	310	313	248	231	207	177	169	137	151
0121	Escola Básica do 2º e 3º ciclos de Paderne				114	117	115	123	123	119	113
0532	Escola Básica do 2º e 3º ciclos Prof.ª Diamantina Negrão					171	271	269	275	237	271
0667	Escola Básica do 2º e 3º ciclos D. Martim Fernandes	87	222	348	383	327	285	291	302	297	297
0790	Escola Básica do 2º e 3º ciclos Dr. Francisco Cabrita		410	398	396	330	292	265	273	312	361
Total		428	942	1059	1141	1176	1170	1125	1142	1102	1193



Fonte: Inquéritos Realizados às Escolas / DREAlgarve (sempre que a informação não foi disponibilizada pelas escolas)

Nota: Até ao Ano Lectivo de 1998/99 existem escolas cujos dados sobre os alunos matriculados não são conhecidos.

O Quadro I.35 apresenta alguns indicadores que ajudam a caracterizar o 3º ciclo do Ensino Básico deste Concelho. Pode-se constatar que, no ano lectivo de 2003/04, a frequência dos alunos neste nível de ensino é de 1102 alunos, distribuídos por 51 turmas, o que dá um rácio de

22 alunos por turma. É de referir que este rácio não entra em linha de conta com as turmas reduzidas a 20 alunos, como consequência da existência de crianças com necessidades educativas especiais.²⁴

O cálculo do rácio alunos por sala (33) foi efectuado com base no total de alunos que frequentam as escolas (2068), dado que aquelas são ocupadas pelos alunos quer do 3.º ciclo quer do 2.º ciclo. O cálculo do rácio aluno/professor, neste nível de ensino, é menos relevante uma vez que cada turma tem mais do que um professor e estes muitas das vezes ministram mais do que uma disciplina.

QUADRO I.35 – NÚMERO DE ALUNOS/SALA, ALUNOS/TURMA E PROFESSORES NAS ESCOLAS COM 2º E 3º CICLOS (ANO LECTIVO 2003/04)

Código	Nome Curto	Alunos Matriculados			Salas de Aula	N.º Alunos / N.º Salas	N.º Turmas 2002/03		N.º Alunos / Turma		Prof. c/ Funções Lectivas
		2º Ciclo	3º Ciclo	Tot			2º Ciclo	3º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	
0596	EB23 de Ferreiras	117	137	254	8	32	6	6	20	23	39
0121	EB23 de Paderne	91	119	210	7	30	4	6	23	20	31
0532	EB23 Prof.ª Diamantina Negrão	178	237	415	12	35	7	13	25	18	63
0667	EB23 D. Martim Fernandes	252	297	549	24	23	11	13	23	23	63
0790	EB23 Dr. Francisco Cabrita	328	312	640	11	58	13	13	25	24	64
Total		966	1102	2068	62	33	41	51	24	22	260

Fonte: Inquéritos Realizados às Escolas

Em relação à taxa de retenção, após análise dos quatro últimos anos, e da qual resulta o Quadro I.36, conclui-se que a taxa média de retenção verificada para o 3.º ciclo do Ensino Básico é elevada (18%). Quando comparada com as taxas de retenção de outros concelhos, para os quais se dispõe desta informação (ver Quadro I.36), conclui-se que a média do concelho de Albufeira é superior (com excepção do concelho do Fundão), sendo de assinalar os níveis preocupantes de retenção no 7º ano de escolaridade.

Adoptou-se para efeitos de planeamento da rede do 3.º ciclo o valor de 18% como taxa média de retenção.

²⁴ Ponto 5.3 do Desp. Conj. 548-A 2001, de 20 de Junho, que refere que as turmas com alunos de educação especial serão constituídas por 20 alunos, não podendo incluir mais de 2 alunos de educação especial.

QUADRO I.36 – TAXA DE RETENÇÃO DO 3º CICLO, POR ANO DE ESCOLARIDADE DESDE 1999/00 ATÉ 2002/03. COMPARAÇÃO COM O CONCELHO DO ENTRONCAMENTO, CHAVES, FUNDÃO, ABRANTES E SESIMBRA

Concelho de Albufeira						Concelho do Entroncamento (01/02)	Concelho de Chaves (01/02)	Concelho do Fundão (01/02)	Concelho de Abrantes (98/99)	Concelho de Sesimbra (98/99)
	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	Média	Média da Taxa de Retenção				
7º Ano	27,2	16,2	25,8	33,7	25,7	11,5	22,8	17,7	18,0	19,0
8º Ano	21,4	15,4	14,5	9,6	15,2	10,1	21,8	19,2	18,0	14,0
9º Ano	21,7	8,3	8,5	13,6	13,0	8,2	16,0	18,8	12,0	8,0
Média	18,0					17,4	16,8	18,6	17,3	16,5

Fonte: Inquéritos às Escolas

1.6.3. FREQUÊNCIA E TAXAS DE OCUPAÇÃO DO 2º E 3º CICLOS

É possível detectar, através dos dados apresentados no Quadro I.37, que neste Concelho, a distância entre a idade “normal” de frequência de um ciclo é distante da a idade “real” dos indivíduos que o frequentam.

Comparando a composição etária dos vários ciclos do Ensino Básico, constata-se que é o 1.º ciclo que apresenta uma maior proximidade entre a idade própria de cada ciclo e a idade real dos seus alunos (85,9% das crianças do 1.º ciclo encontram-se em idade própria de frequência do mesmo).

O 2.º ciclo e o Secundário são os níveis de ensino que apresentam menor concentração de alunos na idade própria correspondente: apenas 69,2% e 68,5% dos alunos os frequentam em idade própria, respectivamente (alunos matriculados com 10 e 11 anos para o 2º ciclo e alunos matriculados com 15, 16 e 17 anos para o Secundário).

QUADRO I.37 – FREQUÊNCIA POR GRUPOS DE IDADES E POR CICLOS DE ENSINO

Níveis de Ensino	N.º Total de Alunos	Frequência por Grupos de Idades				
		6 - 9 anos	10 - 11 anos	12 - 14 anos	15 - 17 anos	+ 17 anos
1ºCiclo	1754	85,9%	8,7%	1,2%	0,0%	0,0%
2ºCiclo	950	6,2%	69,2%	25,6%	1,8%	0,0%
3ºCiclo	1193	0,0%	3,9%	71,4%	21,6%	0,0%
Secundário	861	0,0%	0,0%	0,2%	68,5%	22,9%

Fonte: CME - Inquérito realizado junto das Escolas

Com excepção do 1º ciclo (85,9%), a taxa média de frequência em idade própria encontrada ronda os 70% para os restantes níveis de ensino, significando isto que, em média, 30% dos alunos que os frequentam se encontram fora da idade própria, o que reflecte que a taxa de retenção tem, neste Concelho, alguma expressividade.

Entre as três variáveis a ter em consideração no percurso escolar – transição, retenção e abandono – o abandono escolar deixou, ao longo da última década, de ter um papel relevante. Porém, o binómio transição – retenção passou a marcar decisivamente a frequência escolar das várias fases do Ensino Básico.

Para o 2º e 3º ciclos do Ensino Básico foram calculadas três taxas de ocupação, tendo em conta diferentes variáveis:

- Considerando a razão entre o n.º de turmas existentes e a capacidade inicial em turmas, obtém-se "TO(turmas)" – Taxa de Ocupação da Escola em Função do Número de Turmas para a qual foi Dimensionada:

$$TO_{(turmas)} = \frac{n^{\circ} \text{ turmas}_{\text{ existentes}}}{\text{Capacidade}_{\text{ em}_{\text{ turmas}}}}$$

- Considerando a razão entre o número de alunos do corrente ano lectivo (2003/04) e o número aconselhável de alunos²⁵ para a capacidade inicial em turmas, obtém-se “TO(alunos)” – Taxa de Ocupação da Escola em função do Número de Alunos para o qual a Escola foi Dimensionada.

$$TO_{(alunos)} = \frac{n^{\circ} \text{ alunos_existentes}}{\text{Capacidade_em_turmas} \times 25}$$

- Considerando a razão entre o número de alunos matriculados e o número aconselhável de alunos nas turmas normais²⁵ e nas turmas reduzidas²⁶ existentes, obtém-se “TO(actual)” - Taxa de Ocupação da Escola nas Condições Actuais

$$TO_{(Actual_Turmas)} = \frac{n^{\circ} \text{ alunos_existentes}}{n^{\circ} \text{ turmas_normais} \times 25 + n^{\circ} \text{ turmas_reduzidas} \times 20}$$

As taxas de ocupação – TO(Turmas) e TO(Alunos) - podem não reflectir a realidade actual das escolas, uma vez que a capacidade em turmas dos estabelecimentos de ensino, com o passar dos anos, pode ter sido alterada devido essencialmente à necessidade de transformar antigas salas de aula em salas devidamente apetrechadas para outros fins (por ex. Salas de informática), ou através de ampliações posteriores à construção da escola. Outro factor que não foi considerado nestas duas taxas, foi o n.º de crianças com necessidades educativas especiais matriculadas na escola, que condicionam o n.º de alunos por turma e conseqüentemente a capacidade das escolas. Por forma a ter em conta as situações atrás mencionadas, foi calculada também a taxa de ocupação – TO (Actual) - que traduz a ocupação actual da escola, considerando o número de turmas existente no ano lectivo de 2003/04 e a capacidade em turmas máxima (actual) que garante o bom funcionamento do estabelecimento escolar.

²⁵ Desp. Conj. n.º 548-A 2001, de 20 de Junho: “As turmas nos ensinos básico e secundário são constituídas por 25 alunos, não podendo ultrapassar esse limite no 1º ciclo do ensino básico e 28 alunos nos restantes níveis e ciclos de ensino”

²⁶ Ponto 5.3 do Despacho Conjunto n.º 548-A/2001 dos Gabinetes dos Secretários de Estado da Educação e da Administração Educativa: “As turmas do 1º ciclo do ensino básico, nas escolas de lugar único que incluam alunos dos quatro anos de escolaridade bem como as turmas com alunos de educação especial considerados nos termos definidos na alínea b) do n.º 3.2., serão constituídas por 20 alunos, não podendo incluir mais de dois alunos de educação especial”.

O Quadro I.38 apresenta as taxas de ocupação das Escolas Básicas do 2º e 3º Ciclos, no ano lectivo de 2003/04, É facilmente constatável que as escolas EB23 estão na sua maioria a funcionar com o número máximo de turmas, embora se constate que as turmas não estão totalmente preenchidas.

QUADRO I.38 – TAXA DE OCUPAÇÃO DAS TURMAS DE 2º E 3º CICLOS EM 2003/04

Cód.	Nome Curto	Capacidade Teórica do Nº de Turmas*	Nº de Turmas (2003/04)			Alunos Matriculados (2003/04)		TO (turmas)	TO (alunos)	TO (alunos) com 28 alunos/turma	TO (actual)	TO (actual) com 28 alunos/turma
			Normais	Reduzidas	Total	2º e 3º ciclo	NEE's**					
0596	EB23 de Ferreiras	18	8	4	12	284	20	67%	63%	56%	101%	93%
0121	EB23 de Pademe	11	7	3	10	198	4	91%	72%	64%	84%	77%
0532	EB23 Prof.ª Diamantina Negrão	20	17	3	20	433	5	100%	87%	77%	89%	81%
0667	EB23 D. Martim Fernandes	24	20	4	24	549	10	100%	92%	82%	95%	86%
0790	EB23 Dr. Francisco Cabrita	25	23	3	26	679	3	104%	109%	97%	107%	96%
Total do ensino público		98	75	17	92	2143	42					

* Nº de turmas para a qual a escola foi dimensionada

** Alunos com necessidades educativas especiais, de acordo com os artigos 10º e 8º dos Decretos-Leis n.ºs 6/2001, de 18 de Janeiro e 7/2001 de 18 de Janeiro, respectivamente.

Fonte: CMA / Inquéritos Realizados às Escolas

Situação peculiar, e que traduz a problemática das turmas com alunos com necessidades educativas especiais, é a da EB23 de Ferreiras. Neste estabelecimento de ensino as TO_(Turmas) e TO_(Alunos) são relativamente baixas face às restantes escolas, mas apresenta uma taxa de ocupação actual superior a 100%. A funcionar acima do limite máximo aconselhável está também a EB23 Dr. Francisco Cabrita que é a maior escola de 2º e 3º Ciclos do Concelho. Este estabelecimento lecciona actualmente com mais uma turma que a sua capacidade base, tendo tido necessidade inclusive de adaptar uma parte do refeitório para sala de aula, com todos os inconvenientes que essa opção possa trazer (Figura I.1)

FIGURA I.1 – SALA ADAPTADA NO REFEITÓRIO DA EB23 DR. FRANCISCO CABRITA



1.6.4. CARACTERIZAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS DO 2º E 3º CICLOS

Na sequência do que tem vindo a ser feito, optou-se por apresentar a caracterização das infra-estruturas num ponto conjunto, uma vez que estas são comuns quer para o 2º ciclo quer para o 3º ciclo.

No que diz respeito às instalações escolares, as Escola Básicas do 2º e 3º ciclos existentes no concelho de Albufeira (Quadro I.39) funcionam em edifícios construídos de raiz para o ensino em anos bastante recentes.

QUADRO I.39 – EDIFÍCIOS DAS ESCOLAS DO 2º E 3º CICLOS DO CONCELHO

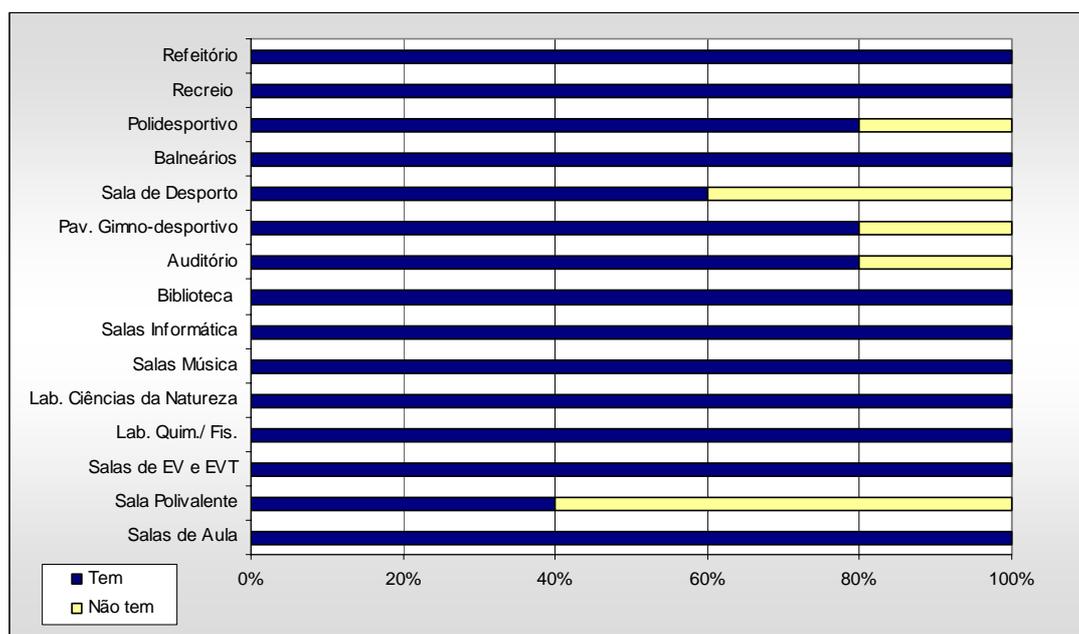
Código	Estabelecimento	Construído de Raiz para o Ensino	Data de Construção do edifício actual	Início de Funcionamento
0596	EB23 de Ferreiras	Sim	1994	1994
0121	EB23 de Paderne	Sim	1997	1997
0532	EB23 Prof.ª Diamantina Negrão	Sim	1998	1998
0667	EB23 D. Martim Fernandes	Sim	1994	1971
0790	EB23 Dr. Francisco Cabrita	Sim	1995	1995

Fonte: Inquéritos às Escolas

O nível de equipamento das escolas de 2º e 3º ciclos é bastante bom, reflexo do facto das instalações serem recentes e conseqüentemente os seus projectos de construção já contemplarem a maioria das infra-estruturas exigíveis actualmente aos equipamentos deste tipo.

No que concerne aos recursos educativos, pode-se verificar pelo Gráfico I.26 que na sua maioria as escolas do 2º e 3º Ciclos estão bem apetrechadas a nível de refeitório, recreio, biblioteca, equipamentos laboratoriais e oficiais, equipamentos para educação musical e plástica. Porém, no que concerne os equipamentos para educação física e desportos, verifica-se alguma carência.

GRÁFICO I.26 – ESTRUTURAS DE APOIO ÀS ESCOLAS EB23

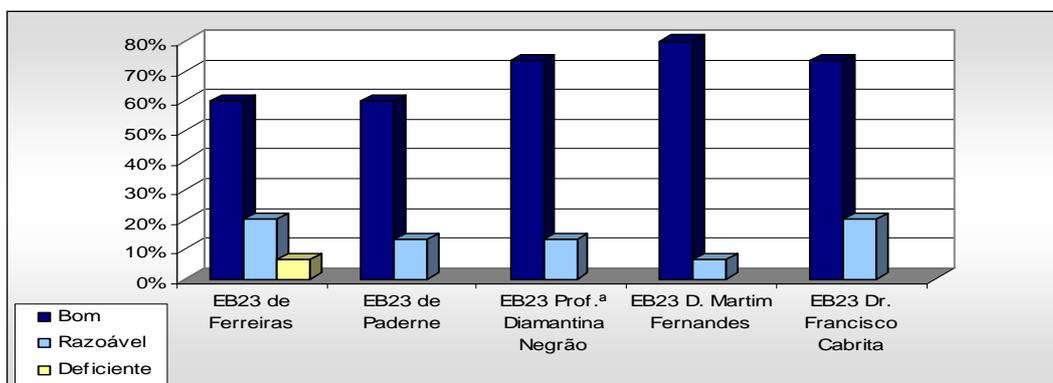


Fonte: Inquéritos às Escolas

No que respeita ao estado de conservação dos recursos, há que salientar o facto de num modo geral se encontrarem em bom estado, com excepção para o polidesportivo da EB23 de Ferreiras que se encontra a necessitar de obras de beneficiação.

No domínio quer da estrutura física (paredes, telhado e pavimento) quer de infra-estruturas (água, electricidade e esgotos), todas estas escolas EB23 encontram-se em razoável ou bom estado de conservação.

GRÁFICO I.27 – ESTADO DE CONSERVAÇÃO DAS ESTRUTURAS DE APOIO ÀS ESCOLAS EB23



Fonte: Inquéritos às Escolas

Há, no entanto, uma situação que merece alguma atenção, verificada na Escola Básica de 2º e 3º Ciclos D. Martim Fernandes e que se prende com o facto desta escola se localizar numa zona bastante acidentada e consequentemente estar implantada em sistema de patamares – a transição entre patamares é feita através de escadas com pendente acentuado e que por várias vezes têm sido motivo de acidentes. Adicionalmente, alunos e professores com dificuldades de mobilidade só têm acesso (através de rampa) a um dos blocos de aula desta escola.

FIGURA I.2 – PORMENOR DO DECLIVE NA ESCOLA EB23 D.MARTIM FERNANDES



1.7. ENSINO SECUNDÁRIO

O ensino secundário é um ciclo de estudos com características próprias, integrando percursos orientados para o prosseguimento de estudos no ensino superior e outros mais vocacionados para a integração no mercado de trabalho. Relativamente a estes últimos, o ensino secundário prepara técnicos intermédios, habilitados com uma qualificação profissional de nível 3, que poderão exercer a sua actividade profissional de forma autónoma e com responsabilidades de enquadramento e coordenação.

Ao nível do ensino secundário, existe uma diversidade de cursos que, dando resposta às diferentes expectativas e necessidades, são ministrados em estabelecimentos de ensino público, particular ou cooperativo. Estes cursos designam-se em duas vertentes:

- Cursos predominantemente Orientados para o Prosseguimento de Estudos (CSPOPE) ou Cursos Gerais, os quais proporcionam uma formação de base no respectivo domínio de conhecimento e visam, prioritariamente, o acesso ao ensino superior. Estes cursos têm a duração de 3 anos lectivos, correspondentes aos 10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade.
- Os Cursos Tecnológicos predominantemente Orientados para a Vida Activa (CSPOVA) ou Cursos Tecnológicos, dada a sua natureza técnica e tecnológica, proporcionam a aprendizagem de competências profissionalmente qualificantes e visam, prioritariamente, o ingresso no mercado de trabalho, permitindo também o prosseguimento de estudos no ensino superior.

As exigências pedagógicas em termos de instalações, material didáctico e recursos humanos, aconselham a criação destas escolas em centros que, pela sua acessibilidade e áreas de irradiação, permitam uma abrangência maior da população a escolarizar e a fixação de um corpo docente especializado.

1.7.1. ENSINO SECUNDÁRIO – REDE PÚBLICA

A oferta do ensino secundário no município de Albufeira restringe-se a uma única escola secundária pura – *ES de Albufeira*. Esta acolhe 861 alunos, número mais reduzido do que os que frequentam o 3º ciclo, o que é reflexo, por um lado, do facto do Ensino Secundário (ainda) não ser obrigatório, o que leva ao não prosseguimento de estudos após conclusão do ensino obrigatório por parte de muitos jovens em prol de busca de um emprego e consequente inserção no mercado de trabalho, e ainda, eventualmente, da saída do Concelho em busca de ofertas de cursos que se coadunem com o prosseguimento de estudos que os alunos pretendem fazer.

A ES de Albufeira foi construída de raiz para o ensino no ano de 1986. De um modo geral, encontra-se razoavelmente apetrechada, quer a nível de equipamento didáctico, quer a nível de estrutura física (paredes, pavimentos e telhado). É de referir que a nível de electricidade e água o seu está de conservação é deficiente.

Quanto aos recursos educativos – laboratórios, salas de EV, salas de EVT, salas de informática, pavilhão desportivo, etc. – verifica-se que esta escola oferece um equipamento muito aceitável, quer em termos quantitativos, quer qualitativos (Quadro I.40). A caracterização detalhada das infra-estruturas encontra-se no *Anexo I.A.3*.

QUADRO I.40 – CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS EDUCATIVOS DA ES DE ALBUFEIRA

Cód.	Estabelecimento	Gestão	N.º de Salas de Aula	Sala Polivalente	N.º de Salas de Informática	N.º de Salas de Música	N.º de Salas de EV e de EVT	N.º Lab. de Física/ Química	N.º Lab. de Ciências da Natureza
0853	Escola Secundária de Albufeira	Público	29	0	4	0	2	4	3
Estado de Conservação dos Equipamentos			Bom	-	Bom	-	Bom	Bom	Bom

Cód.	Estabelecimento	Biblioteca	Auditório	Campo de Jogos	Refeitório	Pavilhão Desportivo	Polidesportivo	Recreio Descoberto	Balneários
0853	Escola Secundária de Albufeira	Sim	Sim	Não	Sim Cozinha e Copa	Sim	Sim	Sim	Sim
Estado de Conservação dos Equipamentos		Bom	Bom	-	Bom	Razoável, Piso Sintético	Deficiente, asfalto	Bom	Razoável

Fonte: CMA / Inquéritos realizados às Escolas

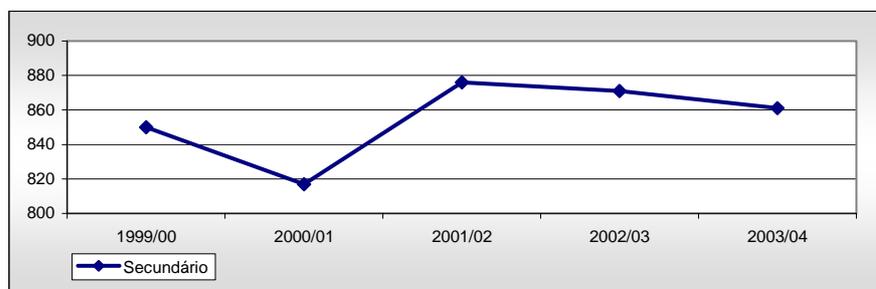
No que diz respeito às infra-estruturas, apesar de ter sido construída há 18 anos, esta escola encontra-se, de um modo geral, em boas condições. As salas de informática e a biblioteca

encontram-se bem apetrechadas e em bom estado de conservação, os laboratórios encontram-se bem equipados e, ao nível de condições para a prática desportiva, possui um pavilhão desportivo devidamente equipado e um polidesportivo.

Da análise do QUADRO I.41 e GRÁFICO I.28, constata-se que na transição do ano de 2000 para o de 2001 houve um incremento de 50 alunos no ensino secundário, embora nos dois anos seguintes verifica-se um decréscimo no número de alunos matriculados.

QUADRO I.41 E GRÁFICO I.28 EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SECUNDÁRIO ENTRE OS ANOS LECTIVOS DE 1997 E 2002

Código	Estabelecimento	Gestão	1999/00	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04
0853	Escola Secundária de Albufeira	Público	850	817	876	871	861



Fonte: CMA / Inquéritos Realizados às Escolas

Nos *Anexos I.B.4 e Anexo I.B.5* apresenta-se a evolução da população escolar dos 2.º, 3.º Ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário Regular por estabelecimento de ensino desde o ano lectivo de 1997/98 até ao ano lectivo de 2002/03.

No Quadro I.42, apresenta-se a taxa de ocupação da escola do Ensino Secundário, com base na população escolar do ano lectivo de 2003/04.

QUADRO I.42 – TAXA DE OCUPAÇÃO DA ESCOLA SECUNDÁRIA DE ALBUFEIRA

Código	Estabelecimento	Gestão	Alunos Mat. em 2003/04	Nº de turmas existentes	Nº de turmas com alunos com NEE's**	Cap. Em turmas*	TO (alunos)*	TO (turmas)	TO (actual)
0853	Escola Secundária de Albufeira	Público	861	43	1	42	82%	102%	80%

* Nº de turmas para a qual a escola foi dimensionada

**De acordo com o Desp. Conj. 548 - A/2001, de 20 de Junho, foram considerados 25 alunos por turma para o ens. secundário. As turmas que integrem alunos com NEE's têm um número máximo de 20 crianças por turma e não devem incluir mais de 2 alunos com NEE's.

Fonte: CMA – Inquérito Realizado às Escolas

A escola ES de Albufeira encontra-se a funcionar abaixo da sua capacidade. Tendo em conta que existem 861 alunos do secundário neste estabelecimento e que este se encontra a funcionar com 43 turmas, é possível chegar a um rácio de 20 alunos por turma. Logo, daqui se depreende que se as turmas estivessem constituídas por um número aconselhável²⁷ de 25 alunos ou pelo número máximo de 28 alunos, estas estão subaproveitadas, tal como ilustra o Quadro I.42, através da taxa de ocupação da escola.

Relativamente à sua dimensão, a escola ES/3 de Albufeira foi inicialmente constituída para uma tipologia de 42 turmas (capacidade máxima de turmas em funcionamento). Esta encontra-se actualmente a funcionar para além do limite máximo da sua capacidade (43T). Para calcular a taxa de ocupação das escolas, é necessário, para além da tipologia da escola, entrar em linha de conta com os alunos com necessidades educativas especiais, que pela sua deficiência, obrigam a que as turmas sejam reduzidas para um número máximo de 20 alunos.

A escola ES de Albufeira acolheu um jovem com necessidades educativas especiais, integrado numa turma do secundário. Com base nestes dados, foi calculada a TO(actual), representada no QUADRO I.42, onde se verifica que a taxa de ocupação actual das turmas, no ano lectivo de 2003/04, tendo em conta as turmas em funcionamento com 25 alunos e o número de crianças com necessidades educativas especiais, é de 80% o que significa que a escola se encontra a funcionar abaixo da sua capacidade.

Em relação à taxa de retenção, os dados disponibilizados apenas reflectem a situação do ano lectivo de 2002/03. A taxa obtida (ver Quadro I.43) leva à conclusão que a média da retenção dos 3 anos de escolaridade do Ensino Secundário no concelho de Albufeira é elevada (39.8%). Para efeitos comparativos, apresentam-se no Quadro I.43 as taxas de retenção obtidas para outros concelhos para os quais se dispõe desta informação, constatando-se que a taxa obtida para o concelho de Albufeira é consideravelmente superior. Ainda assim, e conforme apresentado no ponto I.1, as estatísticas globais disponibilizadas pelo Ministério da Educação (relativas a 2001), indicam que a taxa de transição (aproveitamento) do Ensino Secundário, no

²⁷ Despacho Conjunto n.º 548-A/2001, de 20 Jun – as turmas são constituídas por 25 alunos, não podendo ultrapassar o limite máximo de 28. Adoptou-se, portanto, o valor 25 alunos por turma.

concelho de Albufeira, são comparáveis às de outros concelhos do Algarve, estando a média desta região cerca de 7 pontos percentuais abaixo da média nacional.

QUADRO I.43 – TAXAS DE RETENÇÃO DO SECUNDÁRIO NO ANO LECTIVO DE 2002/03. REPRESENTAÇÃO DAS TAXAS OBTIDAS PARA O CONCELHO DO ENTRONCAMENTO, CHAVES, FUNDÃO E ABRANTES

Ano de Escolaridade	Escola Secundária de Albufeira	Média da Taxa de Retenção			
	Retenção e Abandono referentes ao Ano de 2003/04	Concelho do Entroncamento (01/02)	Concelho de Chaves (01/02)	Concelho do Fundão (01/02)	Concelho de Abrantes (99/00)
10º Ano	45,3	19,3	14,9	18	18,0
11º Ano	17,3	6,9	10,7	10,3	18,0
12º Ano	56,7	45,9	16,9	26,3	12,0
Média	39,8	24,0	14,2	18,2	16,0

Fonte: DREAlgarve

Uma das razões possíveis para a elevada taxa de retenção encontrada para o 10º ano é que os alunos tendem a inscrever-se no 10.º ano para prosseguirem os seus estudos, mas dada a dificuldade que sentem, acabam por desistir, uns seguindo para o mercado de trabalho e outros a via de ensino profissional. Em relação ao 12.º ano, voltamos a depararmo-nos com elevadas taxas de retenção.

A frequência dos alunos em idade própria é outro dos indicadores capaz de nos permitir avaliar o efeito da retenção no Concelho. Analisando o Quadro I.37, da página 75 deste documento, verificamos que o Ensino Secundário apresenta cerca de 68% de alunos em idade própria de frequência do mesmo.

O ensino secundário de uma região deve ser organizado de forma a oferecer a maior diversidade possível de cursos, tendo em conta os interesses regionais e locais. No concelho de Albufeira, tal como ilustra o Quadro I.44, a oferta privilegia Cursos predominantemente Orientados para o Prosseguimento de Estudos (CSPOPE) com 700 alunos inscritos, e ainda Cursos Tecnológicos predominantemente Orientados para a Vida Activa (CSPOVA) que representam alguma expressão (171 alunos). Os cursos ministrados são: Informática e Administração.

QUADRO I.44 CURSOS MINISTRADOS NO ENSINO SECUNDÁRIO NO CONCELHO DE ALBUFEIRA NO ANO LECTIVO DE 2002/03

Código	Estabelecimento	Modalidade	CSPOPE (1)				CSPOVA (2)			Total de Alunos (2)
			N.º Alunos				Cursos Ministrados e N.º Alunos			
			10º Ano	11º Ano	12º Ano	Total	10º Ano	11º Ano	12º Ano	
0853	Escola Secundária de Albufeira	Público	330	200	170	700	Informática.....68 Administração.....26	Informática.....37 Administração.....15	Informática.....17 Administração...8	171

(1) - Cursos Secundários Predominantemente Orientados para o Prosseguimento de Estudos

(2) - Cursos Secundários Predominantemente Orientados para a Vida Activa

Fonte: DREAlgarve

Ao analisar o Quadro I.45 verifica-se qual a predominância de escolha dos alunos no Concelho, relativamente ao tipo de agrupamento²⁸.

QUADRO I.45 – ALUNOS MATRICULADOS NOS CSPOVA E CSPOPE POR AGRUPAMENTO NO ANO LECTIVO DE 2002/03

Código	Estabelecimento	Modalidade	Agrupamento 1			Agrupamento 2			Agrupamento 3			Agrupamento 4		
			CIENTIFICO-NATURAL			ARTES			ECONÓMICO-SOCIAL			HUMANIDADES		
			10º Ano	11º Ano	12º Ano	10º Ano	11º Ano	12º Ano	10º Ano	11º Ano	12º Ano	10º Ano	11º Ano	12º Ano
0853	Escola Secundária de Albufeira	Público	225	153	110	56	30	25	81	37	24	62	32	36

Fonte: DREAlgarve

I.8. ENSINO PROFISSIONAL

O Ensino Profissional é uma das soluções que se afiguram aos alunos como possível escolha após o término do ensino obrigatório. O facto deste ensino proporcionar uma aprendizagem visando uma melhor inserção na vida profissional, é hoje em dia, uma das opções com expressão em termos de prosseguimento de estudos.

Os Cursos Profissionais têm a duração de 3 anos e proporcionam o desenvolvimento de competências específicas para o exercício de uma profissão, o que possibilita o ingresso no

²⁸ Agrupamentos dos Cursos segundo a dominante do Conhecimento Científico

Agrupamento 1		Agrupamento 2		Agrupamento 3		Agrupamento 4	
CIENTIFICO-NATURAL		ARTES		ECONÓMICO-SOCIAL		HUMANIDADES	
Cursos Gerais CSPOPE	Carácter Geral	Cursos Gerais CSPOPE	Carácter Geral	Cursos Gerais CSPOPE	Carácter Geral	Cursos Gerais CSPOPE	Carácter Geral
Cursos Tecnológicos CSPOVA	. Química . C.Civil . Electrotec./Electrónica . Mecânica . Informática	Cursos Tecnológicos CSPOVA	. Design . Artes e Ofícios	Cursos Tecnológicos CSPOVA	. Administração . Serviços Comerciais	Cursos Tecnológicos CSPOVA	. Comunicação . Animação Social

mercado de trabalho, a par de uma habilitação académica que permite a candidatura ao ensino superior.

Os Cursos Profissionais destinam-se, principalmente, a jovens que, tendo concluído o 3.º ciclo do ensino básico ou equivalente, pretendam obter uma qualificação profissional que lhes possibilite o ingresso no mercado de trabalho.

No concelho de Albufeira apenas existe um estabelecimento de ensino profissional - Associação Agostinho Roseta – Escola Profissional - localizado na freguesia de Paderne, o qual pertence à rede não pública. Esta escola encontrava-se localizada no concelho de Faro, mas no presente ano lectivo foi transferida para as antigas instalações da EB1 de Paderne. Tem um total de 108 alunos distribuídos por 5 salas, o que dá um rácio de 22 alunos por sala.

Em termos de infra-estruturas – electricidade, água, esgotos e aquecimento – e de conservação do edifício – paredes, pavimento, cobertura, etc. – o estabelecimento de um modo geral está em bom estado de conservação.

Quanto aos recursos educativos (Quadro I.46) dispõe de 3 salas de aula, 1 sala polivalente, 2 salas de informática e refeitório. Não tem quaisquer condições para a prática desportiva.

QUADRO I.46 – CARACTERIZAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS DOS ESTABELECIMENTOS DO ENSINO PROFISSIONAL

Cód.	Estabelecimento	N.º de Salas de Aula	Sala Polivalente	N.º de Salas de Informática	Biblioteca	Refeitório
4466	Associação Agostinho Roseta Escola Profissional	3	1	2	Sim	Sim Cozinha
	Estado de Conservação	Bom	Bom	Bom	Razoável	Bom Refeitório Razoável Cozinha

Fonte: CMA – Inquéritos realizados às Escolas

É sabido que no ano lectivo de 2002/03 a Escola Profissional funcionava no pólo de Faro e que recebeu 102 alunos. No entanto, também foi estabelecida no Concelho de Albufeira no ano

lectivo de 2003/04, razão pela qual os dados representados no Quadro I.47 se referem apenas a este ano.

QUADRO I.47 – CURSOS TÉCNICOS DA ESCOLA PROFISSIONAL

Código	Estabelecimento	Gestão	10º Ano			11º Ano	12º Ano
			Curso Técnico de Turismo	Curso de Informática de Gestão	Curso de Informática Fundamental	Curso de Informática de Gestão	Curso de Informática de Gestão
4466	Associação Agostinho Roseta - Escola Profissional	Privada	21	23	22	20	22
Total por Ano de Escolaridade			66			20	22
Total			108				

Fonte: CME – Inquéritos realizados às Escolas

Como se pode observar no Quadro I.47, nesta escola profissional são leccionados três cursos:

- Técnico de Turismo – 1 turma;
- Técnico de Informática de Gestão – 3 turmas;
- Técnico de Informática Fundamental – 1 turma.

Estes Cursos dão equivalência escolar (12º ano de escolaridade) e o grupo alvo é os jovens. Estão inseridos no Sistema de Aprendizagem, que tem o objectivo de garantir a integração dos jovens no mercado de trabalho através da formação profissional sem esquecer a formação escolar. Neste sentido, a formação ministrada inclui formação socio-cultural e tecnológica, mas também formação em posto de trabalho. Os Cursos ministrados são também destinados a quem quiser iniciar a actividade num determinado sector ou para quem, já sendo profissional do sector, queira progredir na carreira.

1.9. ENSINO RECORRENTE E EDUCAÇÃO EXTRA – ESCOLAR

O Ensino Recorrente define-se como um subsistema que se destina a um público específico e pretende garantir a todos os cidadãos o acesso à Educação, direito previsto e consignado na Constituição da República Portuguesa.

O sistema educativo oferece dois tipos de respostas institucionais de formação para adultos: o Ensino Recorrente (ER) e a Educação Extra-Escolar (EEE), previstos nos artigos 20º e 23.º, respectivamente, na Lei Bases do Sistema Educativo.

O Ensino Recorrente e a Educação Extra-Escolar podem funcionar em Instalações Escolares, Associações Locais, Juntas de Freguesia e, apesar das suas acções serem coordenadas pelo Ministério da Educação, articulam-se em parcerias com outros organismos da Administração Central que tutelam outras áreas (Instituto de Emprego e Formação Profissional, Saúde, Segurança Social, Solidariedade, Justiça e Indústria), Autarquias Locais e empresas. Todas as acções de Educação de Adultos referentes ao Ministério da Educação são implementadas e acompanhadas localmente pela Coordenações Concelhias do Ensino Recorrente e Extra-Escolar.

O Ensino Recorrente considerado “uma modalidade especial de educação especial”, destina-se aos indivíduos que ultrapassem a idade normal de frequência dos ensinos básicos e secundário sem o(s) haverem frequentado, ou que o fizeram sem sucesso (ao nível do ensino básico a partir dos 15 anos e ao nível do secundário a partir dos 18 anos). Os cursos de ensino recorrente ao nível do ensino básico, organizam-se em três ciclos que visam:

- A eliminação/redução do analfabetismo (1.º Ciclo);
- Proporcionar a obtenção da escolaridade obrigatória e a preparação para o prosseguimento de estudos para além do ensino básico (3.º Ciclo);
- Desenvolvimento de competências profissionais, para além de proporcionar formação sócio – cultural para uma melhor inserção social (2º e 3º ciclos).

O Ensino Secundário Recorrente caracteriza-se pela flexibilidade e adaptabilidade aos ritmos de aprendizagem, à disponibilidade, aos conhecimentos e às experiências dos alunos, traduzindo-

se num sistema de unidades capitalizáveis (UC). Assim, a duração dos cursos depende do itinerário individual dos alunos. Enquadram-se nesta modalidade de ensino o Curso Geral e os Cursos Técnicos, assim como o Curso Geral e os Cursos Tecnológicos do ensino artístico especializado (vertente Artes Visuais). Estes cursos conferem o diploma de conclusão do ensino secundário, possibilitando a candidatura ao ensino superior. Os Cursos Técnicos e Tecnológicos conferem, cumulativamente, um diploma de qualificação profissional de nível 3.

Os Cursos do Ensino Secundário Recorrente proporcionam uma segunda oportunidade de formação para os que não usufruíram dela na idade própria, ou que abandonaram a escola precocemente. Destinam-se a indivíduos com o 9.º ano de escolaridade ou equivalente e com idade igual ou superior a 18 anos.

Por outro lado, a Educação Extra-Escolar “abrange o conjunto de actividades, formais ou não formais que se processam fora do sistema de ensino, distinguindo-se do Ensino Recorrente pela amplitude dos programas e conteúdos e por não constituir um processo dirigido à obtenção de um diploma escolar”.

Os seus principais objectivos são:

- O combate ao analfabetismo literal e funcional;
- A promoção do desenvolvimento e a actualização de conhecimentos e de competências, em substituição ou em complemento da educação escolar;
- A promoção da ocupação criativa e formativa dos tempos livres.

As acções da Educação Extra-Escolar em Albufeira destinam-se, prioritariamente, a adultos com baixos níveis de escolaridade.

1.9.1. ENSINO RECORRENTE

No concelho de Albufeira, tal como ilustra o Quadro I.48, o Ensino Recorrente é ministrado em 3 escolas e em 4 Associações locais, abrangendo todos os níveis de ensino e perfazendo um total de 468 alunos. É de referir o número significativo de alunos que frequentam este tipo de ensino com especial incidência para o 1º ciclo (109) e o Secundário (256).

QUADRO I.48 – FREQUÊNCIAS DO ENSINO RECORRENTE POR NÍVEIS DE ENSINO

	Estabelecimento	1º Ciclo e Alfabetização	2º Ciclo	3º Ciclo	Sec.
Instalações Escolares	Escola Básica do 2º e 3º ciclos de Ferreira			6	
	Escola Básica do 2º e 3º ciclos de Paderne			14	
	Escola Secundária de Albufeira	44	32	43	256
Associações Locais	Associação da 3ª Idade de Ferreira	16			
	Casa de Repouso Sr.ª da Guia	18			
	Lar Fundação António Silva Leal	16			
	Santa Casa Mesericórdia	15	8		
Total		109	40	63	256

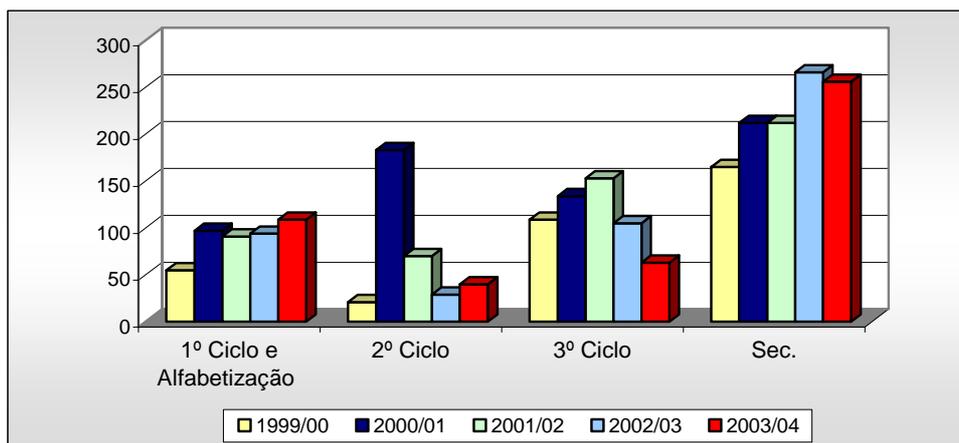
Fonte: C.M.A./ Inquéritos Realizados às Escolas / DREAlgarve

É visível pela análise do Quadro I.49 e Gráfico I.27 que, no decorrer destes últimos 5 anos, quer o 1º ciclo quer o Secundário, apresentam uma frequência crescente de alunos que frequentam este tipo de ensino. Já no 2º ciclo, observa-se um crescimento acentuado de 1999 para 2000, logo seguido de um grande decréscimo (menos 113 alunos) no ano de 2001; nos anos precedentes a variação na população escolar foi pouco significativa.

No 3º ciclo verifica-se um crescimento até ao ano lectivo de 2001/02, mas é mencionar o decréscimo verificado nos anos seguintes (da ordem dos 60%).

QUADRO I.49 E GRÁFICO I.27 – EVOLUÇÃO DO ENSINO RECORRENTE

Ano Lectivo	1º Ciclo e Alfabetização	2º Ciclo	3º Ciclo	Sec.
1999/00	55	21	109	165
2000/01	97	183	134	212
2001/02	91	70	153	212
2002/03	94	29	105	266
2003/04	109	40	63	256



Fonte: C.M.A./ Inquéritos Realizados às Escolas / DREAlgarve

I.9.2. ENSINO EXTRA-ESCOLAR

No concelho de Albufeira, no ano lectivo de 2002/03, o ensino extra-escolar acolhe 80 formandos, distribuídos por quatro estabelecimentos de ensino, nas seguintes freguesias: Albufeira, Ferreiras, Olhos de Água e Paderne (Quadro I.50).

QUADRO I.50 – ENSINO EXTRA-ESCOLAR

Estabelecimento	Freguesia	N.º Alunos	N.º Turmas
ES de Albufeira	Albufeira	20	1
EB 2,3 de Paderne	Paderne	20	1
EB 2,3 das Ferreiras	Ferreiras	20	1
EB1 de Olhos de Água	Olhos de Água	20	1
TOTAL		80	4

Fonte: DREAlgarve

I.10. ENSINO ESPECIAL

“A Educação Especial consiste na adaptação das condições em que se processa o ensino – aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais, que frequentam os estabelecimentos públicos dos níveis básicos e secundário.”

O apoio fornecido às crianças com necessidades educativas especiais processa-se sobretudo através da sua integração nas escolas do ensino regular, tomando tal situação a designação de Escola Inclusiva, ou seja, *“o desenvolvimento de uma educação apropriada para todos os alunos com necessidades especiais”*. Porém, para os casos de deficiência mais graves, existem escolas especiais dependentes de associações diversas, mas tuteladas pelo Ministério da Educação.

Actualmente, o concelho de Albufeira conta com 175 crianças que se enquadram no estatuto de “Aluno com Necessidades Educativas Especiais” (NEE), os quais frequentam os estabelecimentos públicos do Educação pré-escolar, Básico e Secundário, que funcionam como escolas inclusivas, distribuindo-se de acordo com o Quadro I.51.

O facto de existirem crianças com necessidades educativas especiais nas escolas conduz à necessidade de constituição de turmas reduzidas. Deste modo, e ao abrigo do *Decreto Lei de 319/91 de 23 Agosto, artigo 9.º*, turmas com alunos que detenham NEE’s em determinado grau, só poderão funcionar com um máximo de 20 indivíduos e, por outro lado, não é permitida a colocação de mais de dois alunos com NEE’s em cada turma reduzida.

Pela análise do Quadro I.51, detecta-se que de um modo geral as escolas públicas do Ensino Básico se encontram pouco adaptadas a deficientes motores, em contraste com as escolas da Educação pré-escolar e Secundário.

QUADRO I.51 – ALUNOS COM NEE’S DISTRIBUÍDOS POR NÍVEIS DE ENSINO NO ANO LECTIVO 2003/04

Estabelecimento	Gestão	Nº de crianças c/ NEE's	N.º de Escolas que recebem NEE's	Escolas Adaptadas a Deficientes Motores
Pré-Escolar	Público	13	71%	43%
1º Ciclo	Público	144	85%	23%
2º e 3º Ciclos	Público	17	100%	20%
Secundário	Público	1	100%	100%
Total		175		

Fonte: CMA / Inquérito Realizado às Escolas

I.1 1. TRANSPORTE ESCOLAR

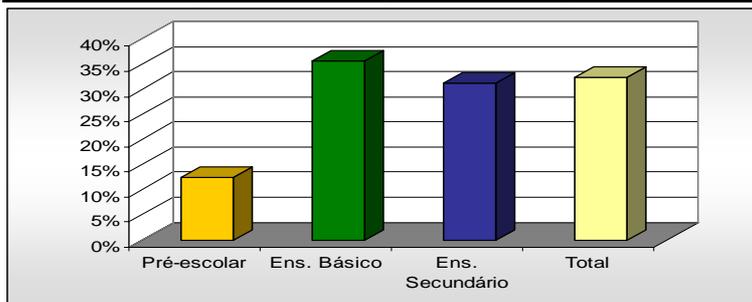
Segundo a Lei n.º 159/99 de 14 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no que se refere à rede pública, assegurar os transportes escolares no Concelho. Porém, o facto do Governo Central ter transferido para as Câmaras a responsabilidade dos transportes escolares, o esforço financeiro por parte destas é muito grande, não sendo por vezes suficiente para oferecer um serviço de qualidade, uma vez que a contrapartida financeira disponibilizada fica aquém das expectativas.

No concelho de Albufeira, o transporte escolar é oferecido através de veículos camarários disponibilizados pela Autarquia. Às crianças que utilizam o transporte público é atribuído um subsídio de forma a compensar os gastos inerentes à sua deslocação casa – escola – casa.

Como se pode observar no Quadro I.52 e Gráfico I. 29, a incidência do transporte escolar, através de veículos camarários, é reduzida (264 alunos) e apenas 32% dos alunos matriculados nos estabelecimentos públicos beneficiam de transporte camarário.

QUADRO I.52 E GRÁFICO I. 29 – PERCENTAGEM DE ALUNOS QUE BENEFICIAM DE TRANSPORTE ESCOLAR E DE SUBSÍDIO DE TRANSPORTE

	Nº de Alunos Matriculados 2003/04	Beneficiam de Subsídio de Transporte	Beneficiam de Veículo Camarário
Pré-escolar	570	0	71
Ens. Básico	3897	1195	193
Ens. Secundário	861	269	0
Total	5328	1464	264



Fonte: C.M.A/ Inquéritos

I.12. ENSINO SUPERIOR

O município de Albufeira não dispõe este tipo de oferta é, contudo, intenção da Autarquia progredir nesse sentido, estando mesmo em estudo a hipótese de implementação de cursos nas áreas de Saúde, Serviços e Marítimas. Tal aposta traria dinamização ao próprio Concelho atraindo população jovem e, conseqüentemente, ao aumento de procura de habitação.

PARTE II - PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS E PROCURA DE ENSINO

II.1 INTRODUÇÃO

A projecção demográfica para o concelho de Albufeira, nomeadamente para o horizonte temporal de 2013 (idade ano a ano, ao nível da freguesia), é baseada em modelos de “cohort survival”, mas tomando em consideração os elementos sobre PMOT's (nomeadamente sobre o PDM) e informação e opiniões recolhidas junto da Câmara Municipal de Albufeira, nomeadamente sobre licenças de habitação e loteamentos.

A partir desta projecção da população residente, é identificado o número de crianças e jovens nos escalões etários correspondentes às idades próprias de frequência de cada nível de ensino que servirá para estimar a procura de ensino.

No presente relatório, o capítulo 2 é dedicado à caracterização socio-demográfica do concelho, sendo depois apresentados no capítulo 3 os principais indicadores demográficos utilizados no modelo demográfico utilizado para definir o cenário base, cuja metodologia e resultados surgem no capítulo 4. O capítulo final é dedicado às previsões do número de residentes em idade própria para a frequência dos diferentes níveis de educação e ensino.

II.2 TENDÊNCIAS SOCIO-DEMOGRÁFICAS RECENTES

Albufeira é um dos dezasseis municípios do distrito de Faro. A sede de concelho é a cidade de Albufeira, a qual dista cerca de 39 km da capital de distrito (Faro), cerca de 250 km de Lisboa e fica a aproximadamente 70 km da fronteira com a Espanha (Ayamonte). O concelho confina a Oeste com o concelho de Silves, a Norte e Este com o município de Loulé e a Sul com o Oceano Atlântico.

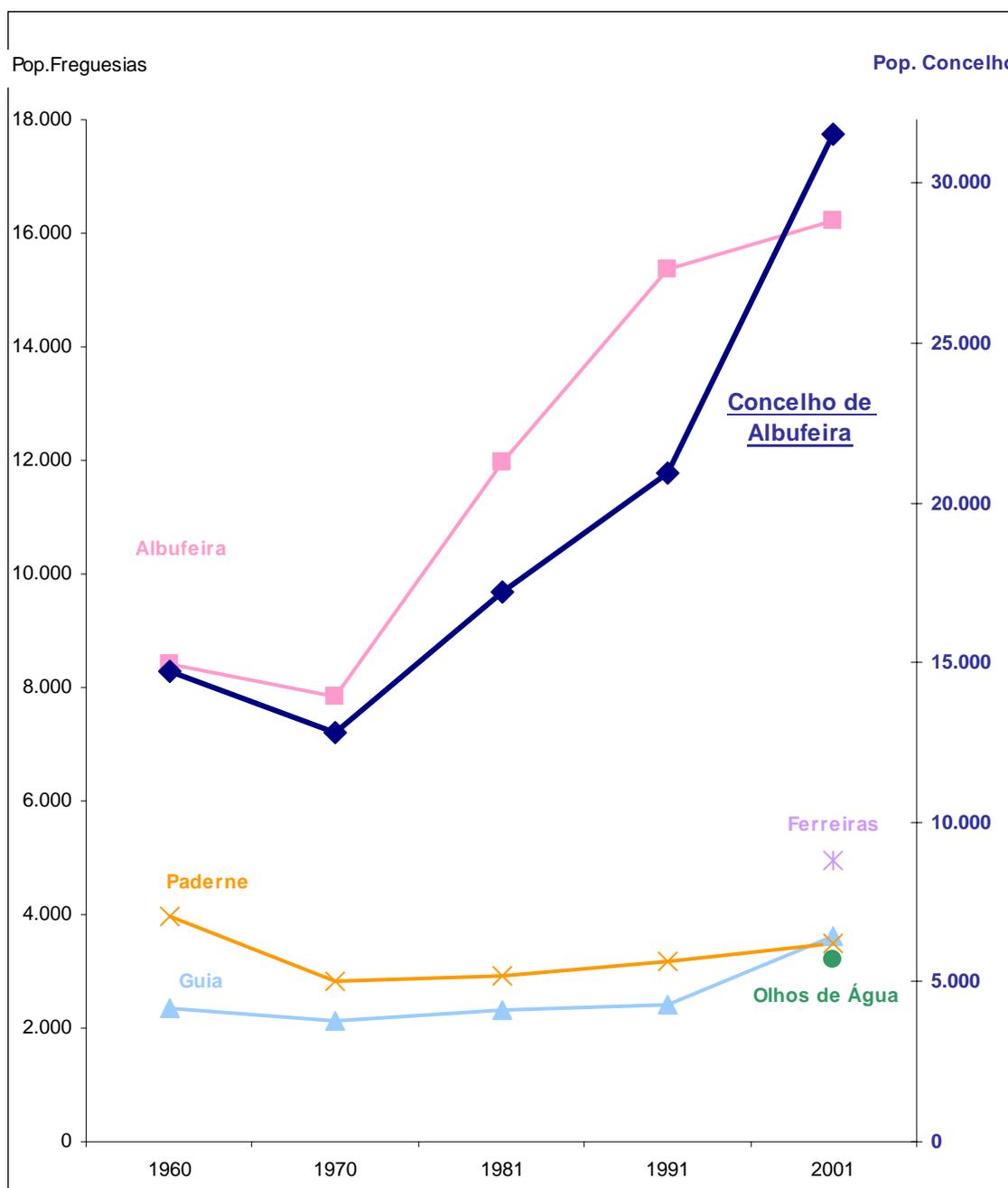
Este município abrange uma área de aproximadamente 140 km², é composto por 5 freguesias (Albufeira, Guia, Paderne, Ferreiras e Olhos de Água) e tinha em 2001 uma população residente de 31543 habitantes e uma população presente de 42357 habitantes (Censo 2001). Havia, portanto, além dos residentes, cerca de 34% de não residentes, isto é, população flutuante constituída essencialmente por turistas.

Após uma quebra na década de 60, provocada pela forte emigração para a Europa que caracterizou o período 1964/73, o concelho retomou um crescimento populacional regular (Figura II.1²⁹). Mostra-se em relação a outros concelhos algarvios um concelho atractivo, tendo-se assistido desde 1970 a um crescimento acentuado dos lugares que formam o cordão de estâncias balneares do litoral.

O concelho de Albufeira tem uma distribuição da população pelo seu território bastante desigual, sendo evidente o contraste entre as freguesias do litoral, densamente ocupadas e com grande expressão da população urbana, e as áreas interiores do concelho, de cariz rural e povoamento mais disperso.

²⁹ As freguesias de Ferreiras e Olhos de Água foram criadas na década de noventa apresentando apenas população em 2001

FIGURA II.1 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NO CONCELHO DE ALBUFEIRA POR FREGUESIA (1960-2001)



Fonte: INE

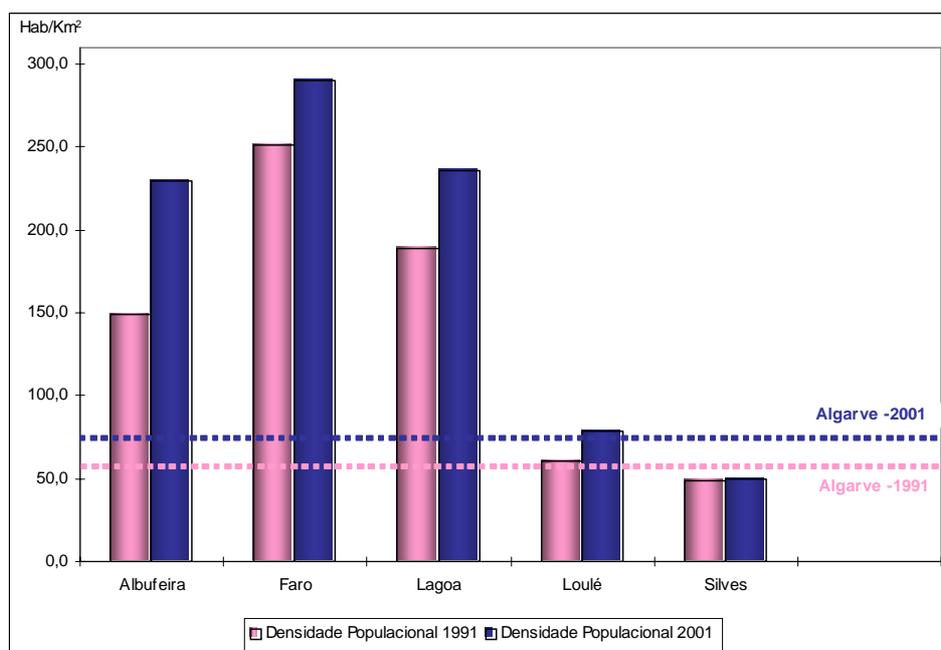
Inserido num âmbito regional, este contraste de zonas urbanas/litorais e áreas rurais/interiores é característica de toda a região do Algarve. No Quadro II.1 e Figura II.2 apresentam-se algumas estatísticas do território e população de Albufeira e concelhos vizinhos.

QUADRO II.1 - ESTATÍSTICAS GEOGRÁFICAS DO ALGARVE, ALBUFEIRA E CONCELHOS VIZINHOS

	População 2001	Área (Km ²)	Densidade Populacional (hab/Km ²)	Nº de Freguesias
Algarve	395218	4995,2	79,1	84
Albufeira	31543	140,7	224,2	5
Faro	58051	202,1	290,1	6
Lagoa	20651	88,9	236	6
Loulé	59160	765	78,6	11
Silves	33830	679,2	49,9	8

Fonte: INE

FIGURA II.2 – EVOLUÇÃO DA DENSIDADE POPULACIONAL NO CONCELHO DE ALBUFEIRA E CONCELHOS LÍMITROFES (1991-2001)



Fonte: INE

Verifica-se pela análise dos valores da densidade populacional apresentados no Quadro II.1 que Albufeira se encontra numa posição intermédia entre o concelho mais denso e populoso (Faro) e os concelhos mais rurais e com menor densidade populacional (casos de Loulé e Silves). Todos os municípios apresentados, incluindo a região do Algarve, apresentam na década de noventa um crescimento deste indicador.

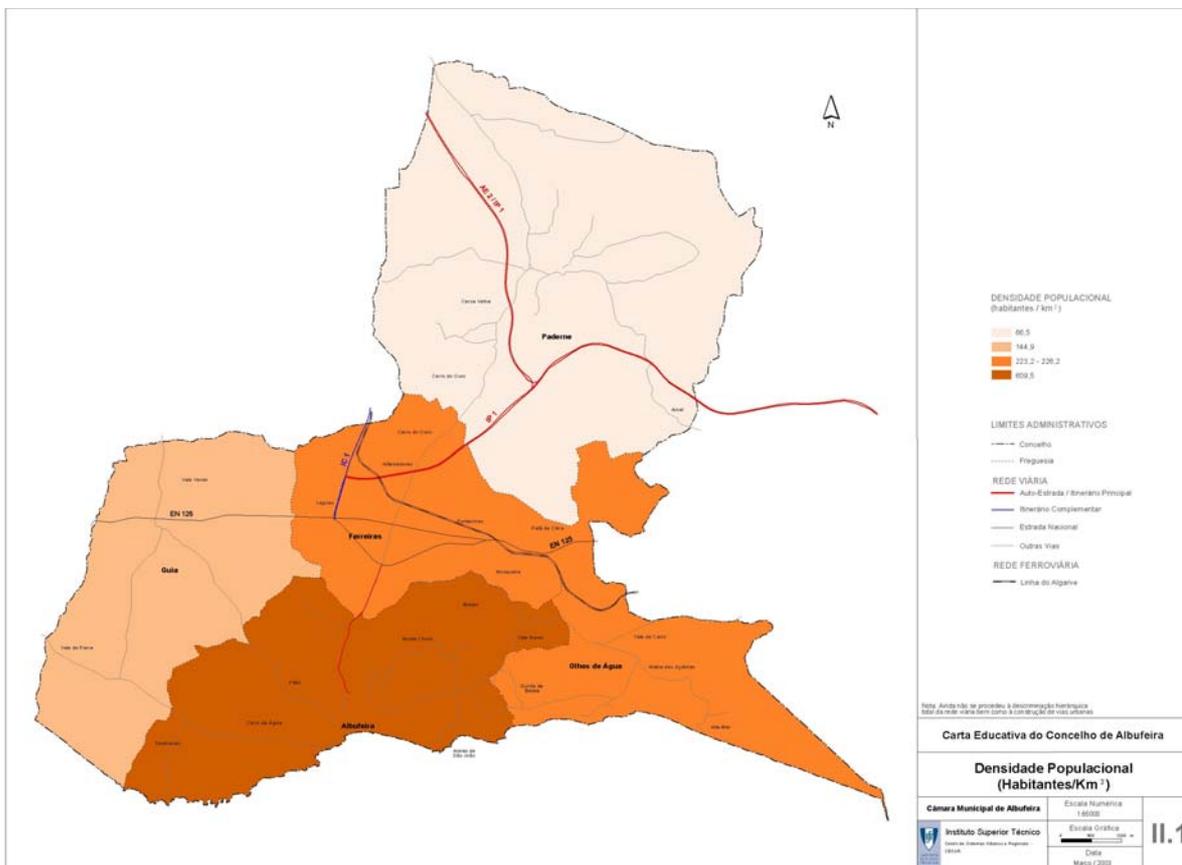
As freguesias que apresentam uma maior densidade populacional são Albufeira (com mais do dobro da densidade de qualquer outra freguesia), Olhos de Água e Ferreiras (Carta II.1 e Quadro II.2). A sede do concelho em 2001 abrangia 52% do total da população. Este município conserva ainda áreas de cariz marcadamente rural, nomeadamente na freguesia de Paderne (a mais interior do concelho) que se caracteriza por uma ocupação algo dispersa do território, com maior aglomeração junto da sede de freguesia.

QUADRO II.2 – ÁREAS E DENSIDADES POPULACIONAIS DAS FREGUESIAS DE ALBUFEIRA

Freguesia	Habitantes (Censo 2001)	Área (Km ²)	Densidade Populacional (Hab./Km ²)
Total do Concelho	31 543	140,7	224,2
Albufeira	16 237	26,6	610,4
Ferreiras	4 951	21,9	226,1
Guia	3 630	25,1	144,6
Olhos de Água	3 221	14,4	223,7
Paderne	3 504	52,7	66,5

Fonte: INE – XIV Recenseamento Geral da População 2001

Este modelo de ocupação não é, contudo, o espelho do que se passa no restante território municipal, onde o crescimento de Albufeira dos últimos anos é evidente e está bem marcado na paisagem que possui. Quer isto dizer que a fácil acessibilidade que desfruta em relação a quem chega do Norte e mais recentemente o facto de ter “ganho” a auto-estrada, se traduz num canal aberto entre os grandes centros urbanos fornecedores de turistas nacionais (e também estrangeiros, já que há muitos que chegam por terra).



O resultado prático desta ligação é uma rede de aglomerados urbanos que apresentam uma densidade habitacional significativa.

Relativamente à evolução da população nas últimas duas décadas por aglomerado urbano com mais de quatrocentos habitantes, da análise do Quadro II.3 e Figura II.3 constata-se que:

- i) Todos os aglomerados apresentam dinâmica positiva entre os censos de 1981 e 2001. Destes, dois apresentam diminuição da população na década de oitenta e um na década de noventa. Algumas inversões de tendência verificadas nas duas últimas décadas devem resultar, pela sua singularidade (como no caso da freguesia de Albufeira) de alguma falha na recolha ou tratamento dos dados provenientes do Censo de 91;
- ii) De realçar o crescimento superior a 100% verificado na década de noventa em sete dos dezanove aglomerados com mais de quatrocentos habitantes;
- iii) Sublinhe-se o caso de Montechoro, com um crescimento de 238% na década de noventa e saltou da 12ª posição em 1981 para a 2ª posição em 2001. O seu peso relativo (expresso em termos de percentagem da população total do concelho) subiu de 2% em 1981 para 8% em 2001. A sede do concelho, embora cresça em termos de número absoluto de habitantes, mantém os 27% da população total do concelho;
- iv) Outros aglomerados, como Caliços e Tavagueira, também apresentam altas taxas de crescimento de população (136% e 149%, respectivamente, na década de noventa) e sobem de forma significativa na hierarquia dos centros urbanos;
- v) Em sentido oposto, há lugares que perderam peso relativo e posição na ordenação dos aglomerados, como é por exemplo o caso de Branqueira (4º aglomerado populacional em 1981, mas apenas 17º na ordenação de 2001);

QUADRO II.3 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO POR LUGAR DO CONCELHO DE ALBUFEIRA E TAXA DE VARIAÇÃO INTERCENSITÁRIA (1981-1991- 2001)

Lugar	População Residente			Freguesia	Nº Ordem 1981/1991 /2001	Variação Intercensitária		% População do Concelho			% Acumulada		
	1981	1991	2001			1991/ 1981	2001/ 1991	1981	1991	2001	1981	1991	2001
Albufeira	4.595	4.324	8.459	Albufeira	1/1/1	-6%	96%	27%	21%	27%	27%	21%	27%
Montechoro	259	721	2.440	Albufeira	12/4/2	178%	238%	2%	3%	8%	28%	24%	35%
Areias de São João	453	777	1.387	Albufeira	3/2/3	72%	79%	3%	4%	4%	31%	28%	39%
Vale de Serves	570	745	807	Ferreiras	2/3/4	31%	8%	3%	4%	3%	34%	31%	42%
Sesmarias	394	555	603	Albufeira	5/5/5	41%	9%	2%	3%	2%	36%	34%	43%
Calicos	59	255	602	Albufeira	18/16/6	332%	136%	0%	1%	2%	37%	35%	45%
Tavagueira	84	233	581	Guia	17/17/7	177%	149%	0%	1%	2%	37%	36%	47%
Roja Pé	113	267	570	Olhos de Água	16/15/8	136%	113%	1%	1%	2%	38%	38%	49%
Lagoas	159	268	548	Ferreiras	15/14/9	69%	104%	1%	1%	2%	39%	39%	51%
Cerro do Ouro	295	343	539	Paderne	10/12/10	16%	57%	2%	2%	2%	41%	41%	52%
Vale da Parra	360	420	519	Guia	7/7/11	17%	24%	2%	2%	2%	43%	43%	54%
Vale Rebelho	248	394	505	Guia	13/8/12	59%	28%	1%	2%	2%	44%	44%	56%
Paderne	370	388	484	Paderne	6/9/13	5%	25%	2%	2%	2%	46%	46%	57%
Cortelhas	263	272	459	Guia	11/13/14	3%	69%	2%	1%	1%	48%	48%	59%
Vale de Carro	296	343	452	Olhos de Água	9/11/15	16%	32%	2%	2%	1%	49%	49%	60%
Guia	306	360	449	Guia	8/10/16	18%	25%	2%	2%	1%	51%	51%	62%
Branqueira	405	493	425	Albufeira	4/6/17	22%	-14%	2%	2%	1%	54%	53%	63%
Vale da Azinheira	0	174	420	Olhos de Água	19/19/18		141%	0%	1%	1%	54%	54%	64%
Fontainhas	226	177	400	Ferreiras	14/18/19	-22%	126%	1%	1%	1%	55%	55%	65%
Outros lugares <400 hab	7.405	9.380	10.823					43%	45%	34%	98%	99,7%	99,8%
Isolados	358	60	71					2%	0,3%	0,2%	100%	100%	100%

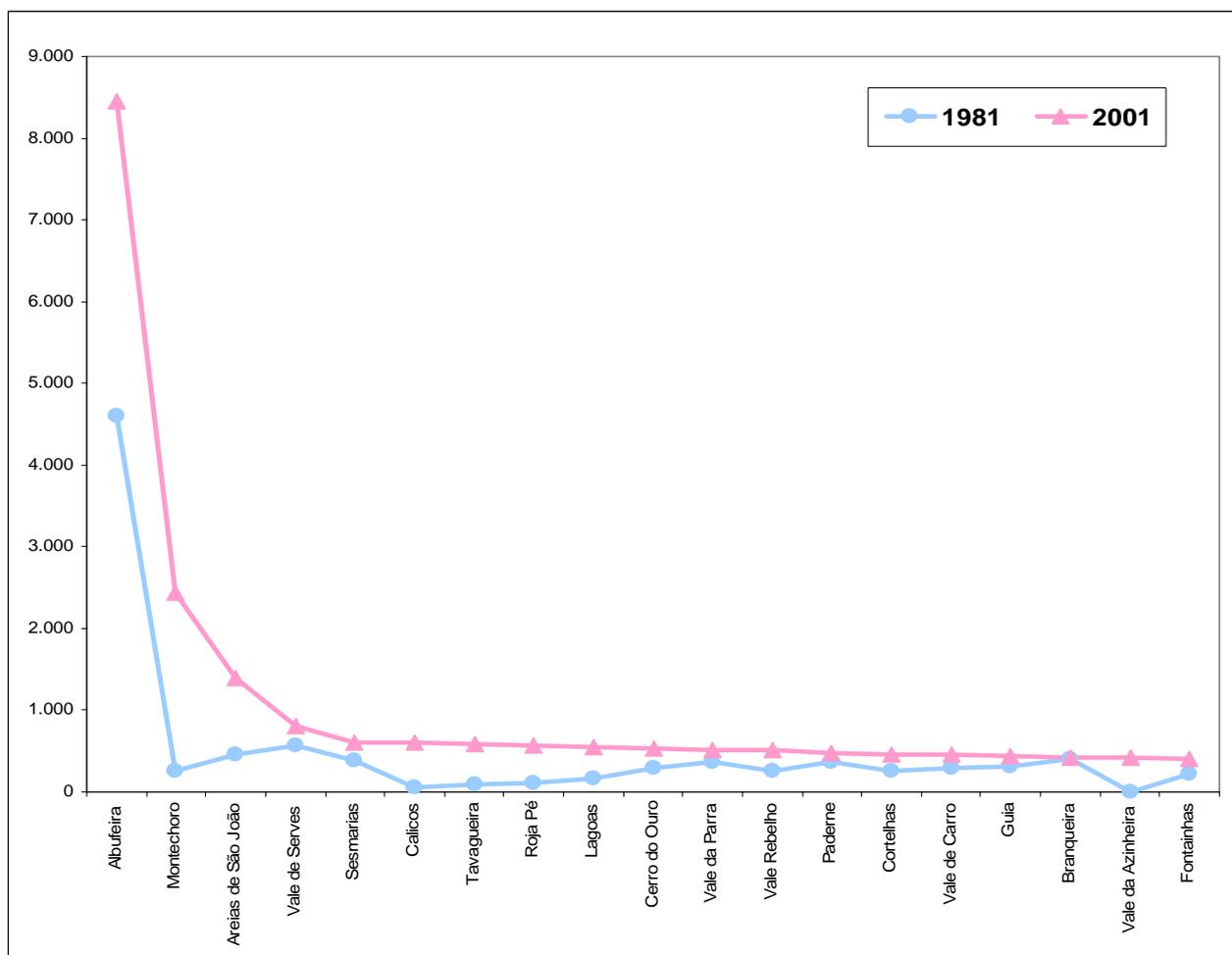
Fonte: INE

vi) Concentração: em 1981, 50% da população do concelho concentra-se nos 16 aglomerados urbanos mais populosos, enquanto que em 2001 essa mesma percentagem se concentra em apenas 8 pólos.

vii) A Figura II.3 evidencia uma forte tendência de concentração da população nos dois principais aglomerados urbanos (Albufeira e Montechoro). Estes representam em 2001 já mais de um terço da população total do concelho e nos oito principais (o menor dos quais com cerca de 600 habitantes) concentra-se quase metade da população concelhia, o que mostra que, apesar da tendência crescente de urbanização o povoamento do concelho é ainda bastante disperso;

viii) A população residente em outros lugares com menos de quatrocentos habitantes reduziu-se também neste período, o mesmo se passando com a população isolada (em conjunto, o peso relativo caiu de 45% em 1981 para 34% em 2001), o que evidencia também o grau crescente de urbanização do concelho.

FIGURA II.3 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO POR LUGAR DO CONCELHO DE ALBUFEIRA (1981-2001)



Fonte: INE

O processo de “densificação” urbana de Albufeira terá tido início após a década de 60, altura em que a indústria turística “descobriu” os 30 quilómetros de costa divididos em 23 praias de areia branca que este município possui. Desde então, os laços que ainda se mantinham com as actividades primárias (como a agricultura e as pescas) e secundárias foram progressivamente quebrados, dando lugar a uma sociedade eminentemente virada para o turismo, tanto a nível das profissões exercidas pelos habitantes locais como também do parque edificado.

A questão do Turismo no Algarve e particularmente em Albufeira conduz inevitavelmente à problemática da sazonalidade que, sobretudo em alturas de Verão traz ao concelho uma população temporária dez vezes superior à residente. Contudo, o turismo fora de época tem vindo a crescer e o centro de Albufeira é hoje um cosmopolita emaranhado de ruas onde, todo o ano, convivem gentes de culturas diversas. A existência de segundas residências no Concelho e a entrada em funcionamento da auto-estrada e ligação a Lisboa contribuem de forma crescente para o turismo fora de época, nomeadamente aos fins-de-semana durante praticamente todo o ano, ainda que com maior incidência na Primavera e Verão.

O concelho de Albufeira segue a mesma tendência verificada na região do Algarve e no país no que respeita à evolução na última década das taxas de natalidade e mortalidade (Quadro II.4).

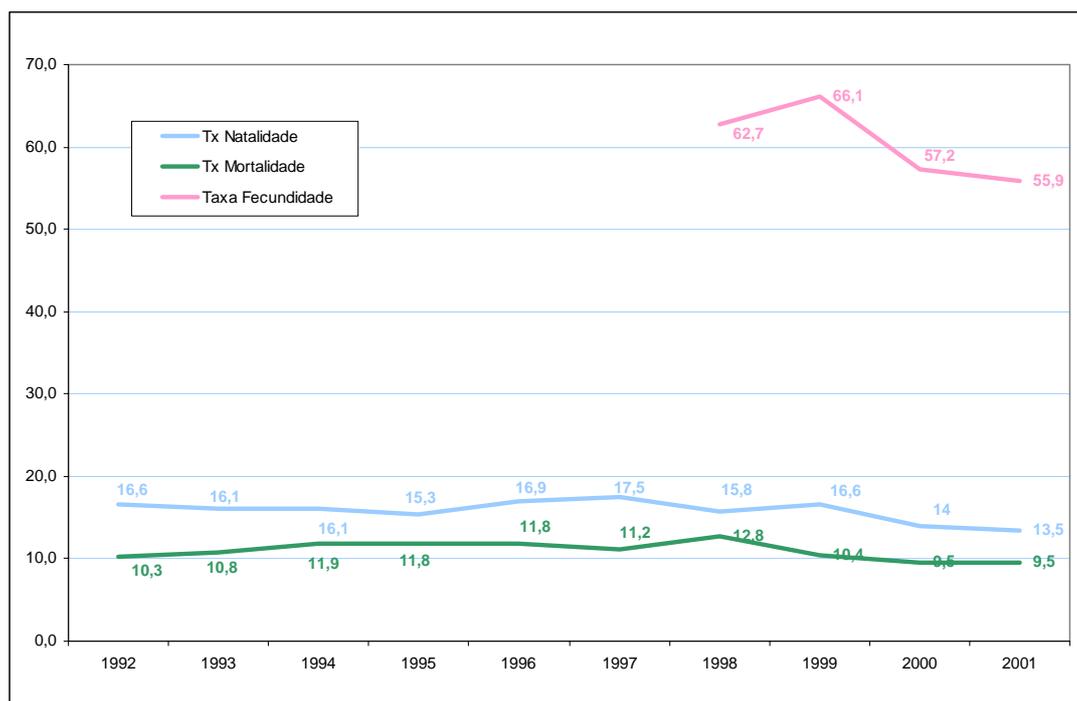
Nos últimos anos, observou-se a estabilização da taxa de mortalidade e da taxa de natalidade, apresentando esta última valores mais elevados que conduzem a um saldo fisiológico sempre positivo (Figura II.4). A taxa de fecundidade tem vindo a apresentar nos últimos anos tendência decrescente.

QUADRO II.2 – EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES DEMOGRÁFICOS NO CONCELHO DE ALBUFEIRA, ALGARVE E PORTUGAL

Zona Geográfica	Taxa de Natalidade ‰		Taxa de Mortalidade ‰	
	1991	2001	1991	2001
Albufeira	16,6	13,5	10,3	9,5
Algarve	11,3	10,6	12,2	11,6
Portugal	11,7	10,9	10,2	10,2

Fonte: INE

FIGURA II.4 – EVOLUÇÃO DE ALGUNS INDICADORES DEMOGRÁFICOS NO CONCELHO DE ALBUFEIRA (1992-2001)



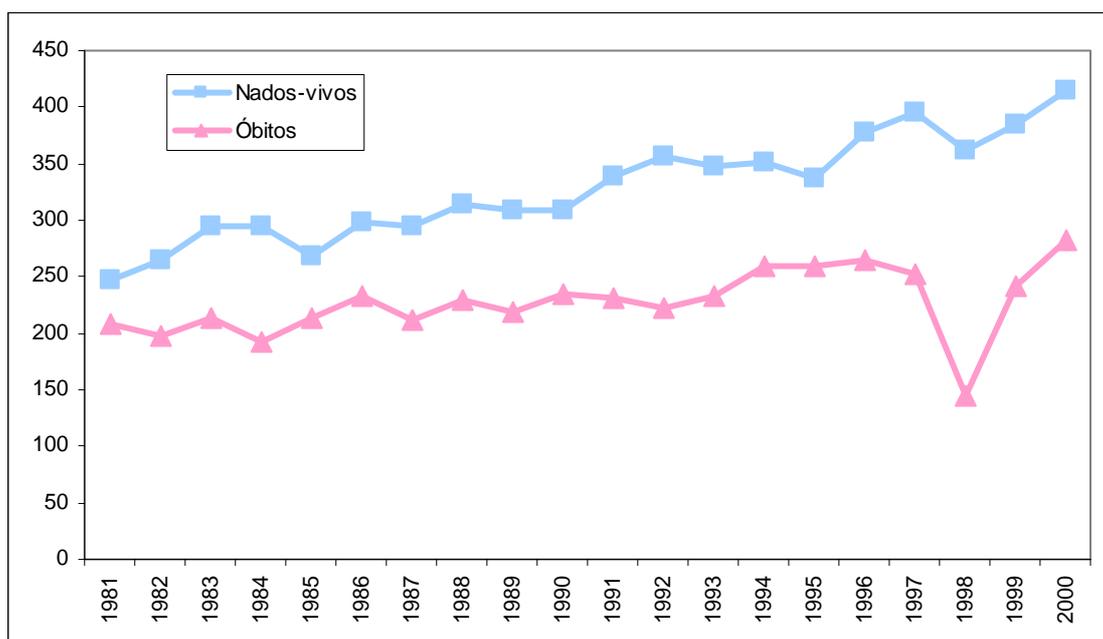
Fonte: INE

II.3 INDICADORES DEMOGRÁFICOS

II.3.1 TAXA DE FECUNDIDADE

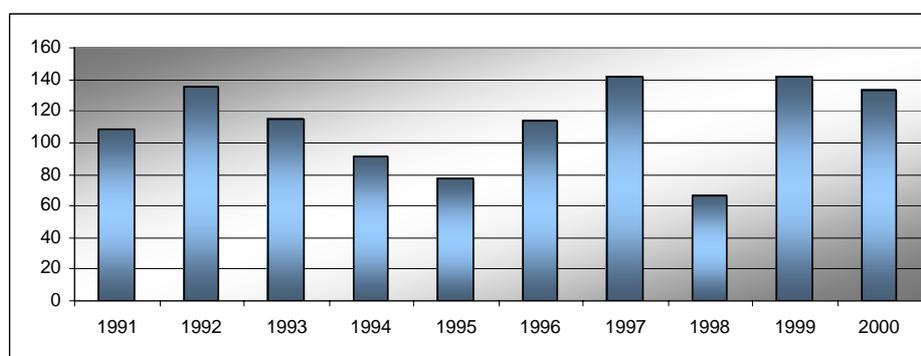
Na Figura II.5, apresenta-se a evolução do número de nados vivos e do número de óbitos no Concelho de Albufeira, entre 1991 e 2000, podendo verificar-se que quer os nascimentos quer os óbitos, apesar de algumas oscilações erráticas (de que é caso singular o número de óbitos em 1998), apresentam uma ligeira tendência crescente. O saldo demográfico resultante (Figura II.6), embora seja sempre positivo, não apresenta uma tendência definida. Apresentam-se no Anexo II.1 os mesmos valores discriminados à freguesia.

FIGURA II.5 – EVOLUÇÃO DO Nº DE NADOS-VIVOS, DO Nº ÓBITOS NO CONCELHO DE ALBUFEIRA ENTRE 1991 E 2000



Fonte: INE

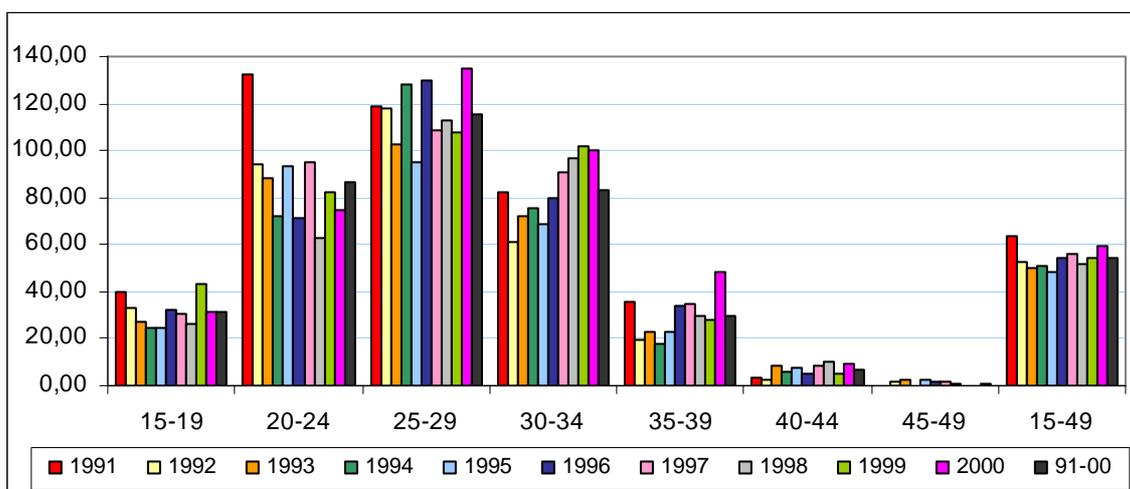
FIGURA II.6 – EVOLUÇÃO DO SALDO DEMOGRÁFICO NO CONCELHO DE ALBUFEIRA ENTRE 1991 E 2000



Fonte: INE

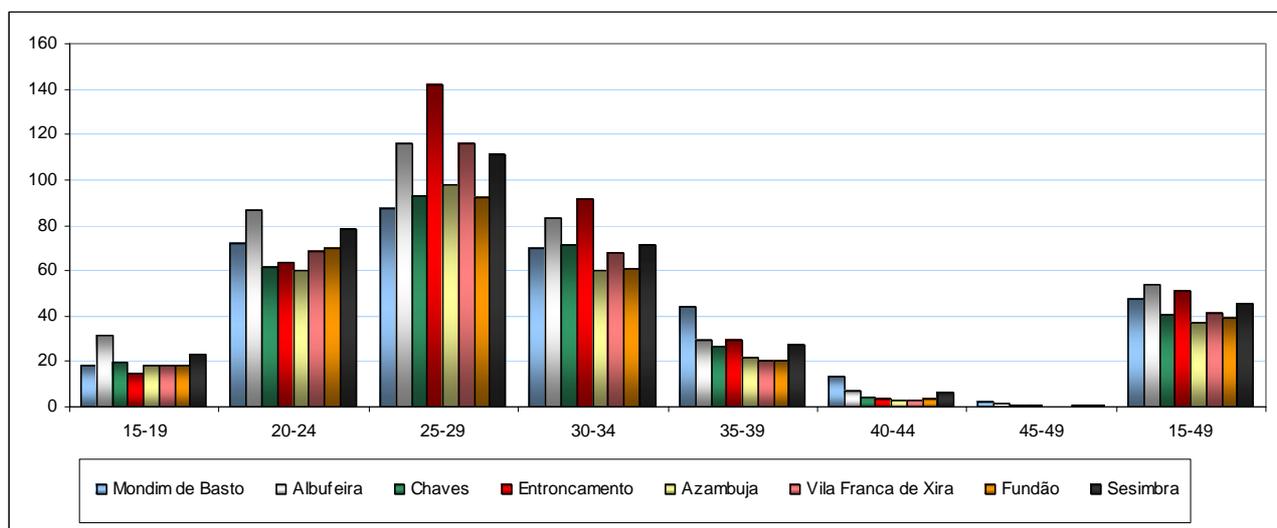
Na Figura II.7 apresenta-se a evolução da taxa de fecundidade para o Concelho entre 1991 e 2000, segundo a idade da mãe, verificando-se que o número médio de crianças nascidas de mães entre os 15 e 49 anos tem vindo a crescer apartir de 1998.

FIGURA II.7 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE FECUNDIDADE SEGUNDO A IDADE DA MÃE NO CONCELHO DE ALBUFEIRA ENTRE 1991 E 2000



Ao comparar o concelho de Albufeira, com outros concelhos já analisados pelo CESUR, verifica-se que apresenta globalmente a taxa de fecundidade mais elevada e é o grupo etário dos 25 aos 29 anos aquele que revela maior fertilidade (Figura II.8). De salientar, no entanto, o elevado valor verificado no grupo etário das mães entre os 15 e 24 anos quando comparado com os outros concelhos.

FIGURA II.8 – COMPARAÇÃO DA TAXA DE FECUNDIDADE SEGUNDO A IDADE DA MÃE NO CONCELHO DE ALBUFEIRA E OUTROS CONCELHOS (MÉDIA DE 1991/2000)



Se se alargar a análise aos concelhos limítrofes e à própria região do Algarve e Portugal, verifica-se que o concelho em estudo, apresenta os valores mais elevados de taxa de

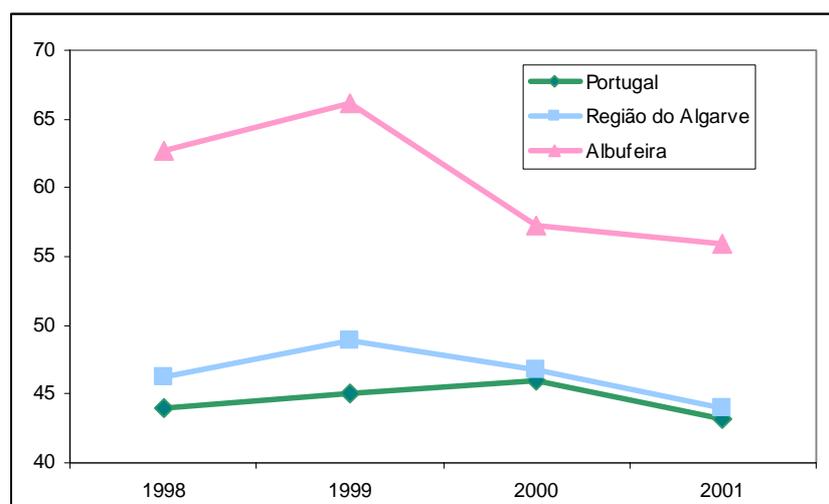
fecundidade desde 1998 até 2001. No entanto, as evoluções verificadas nestes anos não são homogéneas (Figura II.9 e Quadro II.3). Albufeira e Faro seguem a mesma evolução da região do Algarve, isto é, a taxa de fecundidade cresce em 1999 voltando a diminuir até 2001. Portugal e Silves, que apresentavam crescimento, sofrem em 2001 uma queda de 3%. Lagoa inverte a tendência decrescente no ano de 2000, seguida de queda acentuada em 2001 (ano em que se retomou praticamente o valor de 1998). Loulé, surge finalmente como o concelho mais consistente, apresentando uma diminuição gradual deste indicador, que chega a atingir uma diferença de 8% em quatro anos.

QUADRO II.3 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE FECUNDIDADE EM PORTUGAL, REGIÃO DO ALGARVE E CONCELHOS LIMÍTROFES DO CONCELHO DE ALBUFEIRA (1998/2001)

	1998	1999	2000	2001
Portugal	44,0	45,1	46,0	43,2
Região do Algarve	46,3	48,9	46,8	44,0
Albufeira	62,7	66,1	57,2	55,9
Faro	42,6	47,0	46,2	41,0
Lagoa	48,4	47,5	55,5	48,0
Loulé	57,7	57,6	51,1	48,9
Silves	36,0	35,9	40,3	37,1

Fonte: INE

FIGURA II.9 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE FECUNDIDADE EM PORTUGAL, REGIÃO DO ALGARVE E CONCELHO DE ALBUFEIRA (1998/2001)



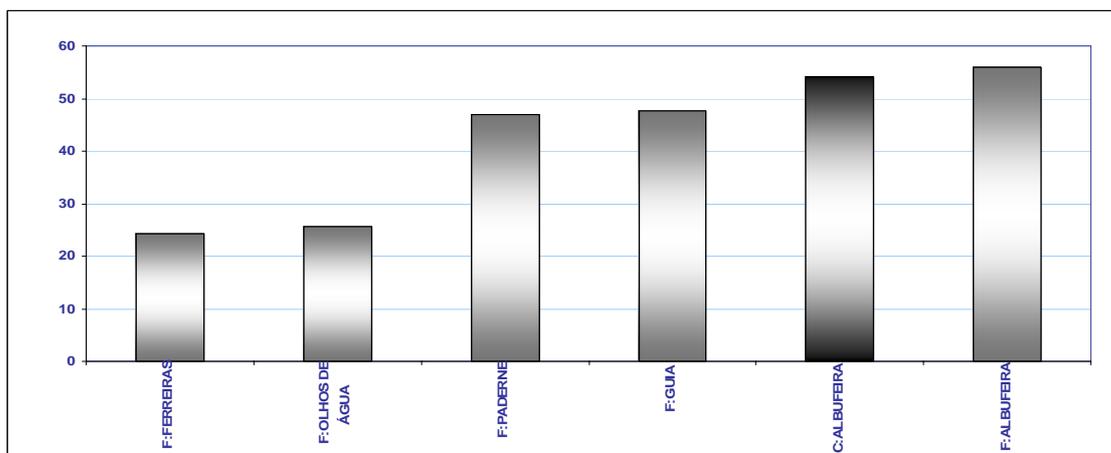
Fonte: INE

No cenário adoptado, admitiu-se que a taxa de fecundidade do concelho de Albufeira, por grupo etário, se manterá estável na próxima década, rondando a média de 1991 a 2000.

A taxa de fecundidade foi estimada à freguesia, por grupo etário das mães, com base nos dados vivos dos anos de 1991 a 2000 e nas mulheres residentes nos mesmos anos, calculadas com base nos dados dos censos de 1991 e 2001. Numa outra perspectiva de abordagem das taxas de fecundidade, estimou-se, para cada freguesia, a evolução da taxa global de fecundidade – dos 15 aos 49 anos de idade das mães – entre o ano de 1991 e o ano de 2000, apresentando-se os resultados de forma detalhada nos Anexos II.2 e II.3.

A taxa de fecundidade média da década de noventa apresenta valores muito diferentes espacialmente, destacando-se a freguesia de Albufeira como a que apresenta taxa de fecundidade mais elevada (Figura II.10). Ferreiras e Olhos de Água surgem com os valores mais reduzidos (cerca de metade do verificado na média do concelho), fenómeno não explicável e que se julga decorrente de problemas nas estatísticas de base associadas à separação destas freguesias da de Albufeira. Deste modo, adoptaram-se taxas diferenciadas à freguesia no caso de Guia e Paderne, e adoptou-se a taxa de fecundidade média do concelho para as freguesias de Albufeira, Ferreiras e Olhos de Água.

FIGURA II.10 – TAXA DE FECUNDIDADE MÉDIA DA DÉCADA DE NOVENTA POR FREGUESIA DO CONCELHO DE ALBUFEIRA



Obteve-se assim, para cada freguesia, e para o concelho no seu conjunto, uma visão a duas dimensões: na dimensão temporal 1991 – 2000, a taxa global de fecundidade, e na dimensão dos grupos etários das idades das mães, a taxa de fecundidade em cada grupo.

Para os anos de 1991 a 2000 utilizaram-se os valores dos nados vivos, por freguesia, efectivamente observados. Apartir do ano de 2000, os valores dos nados-vivos foram estimados, considerando a migração das mulheres em idade fértil para o concelho de Albufeira.

II.3.2 TAXA DE MORTALIDADE

A evolução do número de óbitos no concelho de Albufeira, entre 1991 e 2000, pode observar-se na Figura II.5.

Observando o Quadro II.4 e a Figura II.11, verifica-se que no concelho de Albufeira e em Faro, a taxa de mortalidade apresentou uma tendência decrescente entre 1996 e 2000, com um acréscimo pontual em 1998. Lagoa segue a tendência do país, com um aumento da taxa no período de 1997 a 1999 seguido de decréscimo, enquanto que Silves e a região do Algarve se caracterizam pela diminuição deste indicador nos últimos anos, contrariada apenas pela singularidade verificada em 1999. Loulé não apresenta tendência definida, particularizando-se no entanto por obter os valores mais elevados praticamente em todos os anos. Nos dois últimos anos, o valor da taxa de mortalidade no concelho de Albufeira manteve-se constante e inferior ao verificado na maioria dos concelhos.

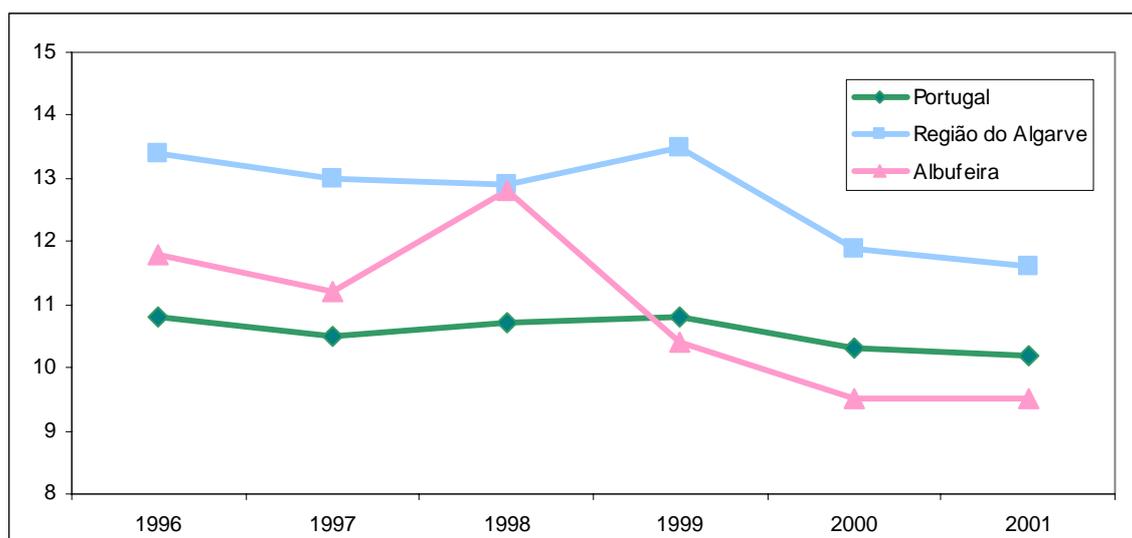
Admitiu-se que a taxa de mortalidade não tem variação espacial significativa dentro do concelho, e admitiu-se também que irá apresentar uma diminuição pouco significativa na próxima década. Os valores utilizados são, portanto, para todas as freguesias, iguais ao valor médio ponderado dos anos desde 1991 até 2000. Encontram-se no Anexo II.4 as taxas de mortalidade por grupo etário e média ponderada para o concelho de Albufeira.

QUADRO II.4 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE MORTALIDADE EM PORTUGAL, REGIÃO DO ALGARVE E CONCELHOS LIMÍTROFES DO CONCELHO DE ALBUFEIRA (1996/2001)

	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Portugal	10,8	10,5	10,7	10,8	10,3	10,2
Região do Algarve	13,4	13,0	12,9	13,5	11,9	11,6
Albufeira	11,8	11,2	12,8	10,4	9,5	9,5
Faro	12,5	11,5	12,3	11,4	10,8	9,9
Lagoa	11,3	9,1	9,2	10,0	9,2	8,1
Loulé	14,6	14,8	14,0	15,2	12,7	12,2
Silves	13,1	13,1	12,6	14,1	13,7	13,5

Fonte: INE

FIGURA II.11 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE MORTALIDADE EM PORTUGAL, REGIÃO DO ALGARVE E CONCELHO DE ALBUFEIRA (1996/2001)



Fonte: INE

II.3.3 TAXA MIGRATÓRIA

A taxa migratória no período intercensitário foi estimada com base na diferença entre a população recenseada em 2001 e a população em crescimento natural (introduzindo os correspondentes números de nados-vivos e falecimentos ocorridos em cada ano), com avaliação à freguesia.

Como já referido anteriormente, quer globalmente, quer na totalidade das freguesias, a taxa de variação da população revelou-se positiva em ambas as décadas anteriores (Quadro II.5 e Figura II.13). De salientar que, na década de noventa, a taxa de variação positiva chega a ultrapassar o dobro da verificada na década de oitenta quer no concelho quer na sua sede (considerando a população de Ferreiras e Olhos de Água). Na freguesia da Guia o crescimento atinge o máximo, passando de 4,50% para 50,19%.

No entanto, estas constatações merecem as reservas que a pouca credibilidade dos resultados do Censo de 1991 no Concelho de Albufeira justificam.

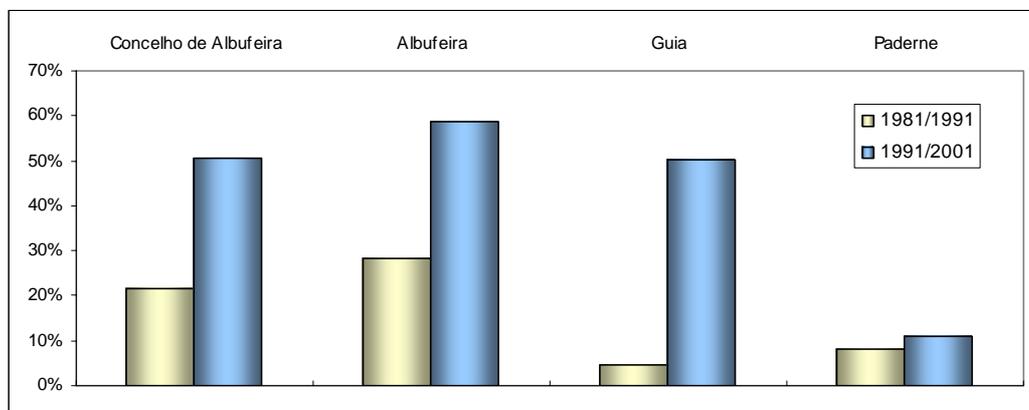
QUADRO II.5 – POPULAÇÃO RESIDENTE E TAXA DE VARIAÇÃO INTERCENSITÁRIA POR FREGUESIA DO CONCELHO DE ALBUFEIRA (1981-1991-2001)

	População Residente			Taxa de Variação		
	1981	1991	2001	81-91	91-01	81-01
Concelho de Albufeira	17218	20949	31543	21,67%	50,57%	41,60%
Albufeira	11979	15373	16237	28,33%	58,78%*	17,77%
Guia	2313	2417	3630	4,50%	50,19%	28,47%
Paderne	2926	3159	3504	7,96%	10,92%	9,88%
Ferreiras			4951			
Olhos de Água			3221			

Fonte: INE

* inclui os valores das freguesias de Ferreiras e Olhos de Água

FIGURA II.13 – TAXA DE VARIAÇÃO INTERCENSITÁRIA POR FREGUESIA DO CONCELHO DE ALBUFEIRA (1981-1991-2001)



Fonte: INE

De seguida, face aos valores estimados, fizeram-se projecções ano a ano para todas as freguesias, que foram confrontadas com as estatísticas disponíveis. Destas confrontações resultaram pequenos ajustamentos que levaram aos valores das taxas migratórias estimadas nos vários cenários prospectivos construídos e discutidos com a Câmara Municipal de Albufeira.

Assumida uma taxa migratória para cada uma das freguesias, passou-se ao cálculo das taxas migratórias por grupo etário. Estas taxas consideraram-se constantes dentro do mesmo grupo etário. As taxas migratórias estimadas para a década de noventa, para cada freguesia, são apresentadas no Quadro II.6.

QUADRO II.6 – TAXAS MIGRATÓRIAS VERIFICADAS NAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

	<u>Concelho de Albufeira</u>	Albufeira	Guia	Paderne
Taxa Migratória 1991-2001	0.04	0.04	0.04	0.02

II.4 PROJEÇÕES DEMOGRÁFICAS 2013

II.4.1. METODOLOGIA ADOPTADA PARA A PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO

A metodologia utilizada para obter as projecções demográficas afasta-se da tradicional análise de simples projecção de tendências para se fixar na construção de cenários prospectivos, o que parece muito mais adequado face às dinâmicas populacionais dos nossos tempos e à realidade concreta dos concelhos do nosso país.

II.4.1.1 DADOS DE PARTIDA

Dados oficiais do Instituto Nacional de Estatística:

- ◆ Censo da População de 1981, residente no concelho de Albufeira, por idade ano a ano (dos 0 aos 100 anos de idade), para a totalidade do concelho e por freguesia;
- ◆ Censo da População de 1991, residente no concelho de Albufeira, por idade ano a ano (dos 0 aos 100 anos de idade), para a totalidade do concelho e por freguesia;
- ◆ Censo da População de 2001, residente no concelho de Albufeira, por idade ano a ano (dos 0 aos 100 anos de idade), para a totalidade do concelho e por freguesia;
- ◆ Nados vivos e óbitos por idades, em particular de crianças com menos de um ano de idade, por freguesia, entre 1981 e 2000;
- ◆ Publicação “Caracterização do Parque Habitacional do Algarve”

Outros dados:

- ◆ Plano de Urbanização da Frente de Mar da Cidade de Albufeira
- ◆ Plano de Pormenor da Zona de Comércio, Indústria e Serviços da Guia e do Porto de Recreio

II.4.1.2. PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO EM CRESCIMENTO NATURAL E COM TAXAS MIGRATÓRIAS

As projecções em crescimento natural realizadas no âmbito da Carta Educativa do Concelho de Albufeira foram feitas utilizando os pressupostos de crescimento natural admitidos, a saber:

- ◆ Taxas de fecundidade constantes e iguais às verificadas na década de noventa para cada uma das freguesias (consideraram-se as taxas médias para os anos de 1991-2000);
- ◆ Taxa de mortalidade constante e igual à taxa média verificada entre 1991 e 2000 para o concelho (ver valores considerados no Anexo II.4).

Metodologia seguida em cada freguesia para a população discriminada por idades dos 0 aos 100 anos e posteriormente agregada em grupos etários de 10 anos em cada grupo:

a) Cálculo da população em 2001 em crescimento natural

Partindo da população em 1991, faz-se o seguimento da *cohort* ano a ano, introduzindo os nados vivos e subtraindo os óbitos. A partir de 2000, uma vez que não dispomos de informação sobre nados vivos, nem óbitos, adoptamos os seguintes critérios:

- i) Estimativa dos nados vivos a partir das taxas de fecundidade médias entre 1991 e 2000;
- ii) Estimativa dos óbitos a partir da taxa de mortalidade média de 1991 a 2000.

b) Cálculo das taxas migratórias, por comparação com os valores do Censo de 2001

Partindo da população do Censo de 2001 e comparando com a população obtida em a), obtêm-se as taxas migratórias ocorridas na década de noventa, à freguesia e por grupo etário.

c) Cálculo da população em 2013 em crescimento natural

Partindo da população do Censo de 2001, faz-se o seguimento da *cohort* ano a ano, introduzindo os nados vivos e subtraindo os óbitos. Estes valores são estimados tal como em a).

d) Cálculo da população em 2013, considerando as taxas migratórias

Aplicam-se as taxas migratórias admitidas à população em 2013 com o crescimento natural.

O CESUR do Instituto Superior Técnico desenvolveu uma metodologia própria de cálculo das taxas migratórias admitidas, a que chamou Cenários Demográficos Prospectivos, onde intervêm várias componentes:

- ◆ engloba toda a informação disponível sobre variáveis populacionais, a nível local, regional e nacional;
- ◆ atende aos planos habitacionais com impacto real no período em análise;
- ◆ valida os resultados com outro tipo de informação - número de fogos ocupados e vazios, número de eleitores inscritos em eleições recentes, número de crianças a frequentar os ensinos público e privado nos vários ciclos;
- ◆ discute com técnicos e autarcas os vários cenários que se apresentam, fazendo intervir a Teoria da Decisão ao nível de estimativas subjectivas.

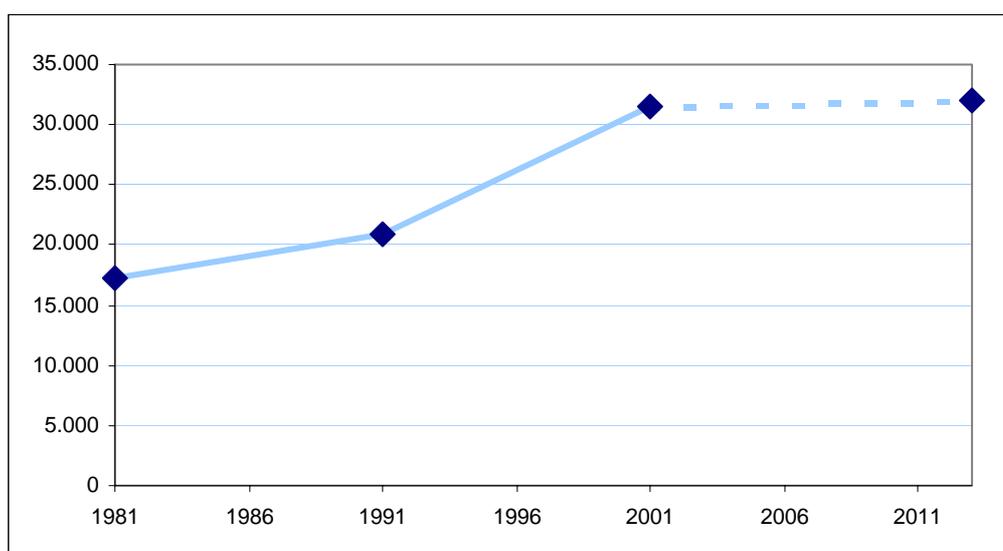
No final de todo este processo chega-se a três cenários (Quadro II.8) que permitem estimar as taxas migratórias por freguesia e por idade ano a ano da população residente na freguesia. Um

desse cenários é adoptado para estimar um subconjunto constituído pelas idades próprias que correspondem aos diferentes níveis de ensino, o que permite estimar as carências ou excesso de estabelecimentos de ensino, ao nível dos territórios educativos.

II.4.2. PROJEÇÕES EM CRESCIMENTO NATURAL

Face ao verificado, o concelho de Albufeira ganhará população (1,3%), considerando apenas o crescimento natural. Efectivamente, a projecção em crescimento natural e utilizando os pressupostos referidos nos dois pontos anteriores relativos às taxas de fecundidade e mortalidade admitidas, conduziu a valores para a projecção da população em crescimento natural para 2013 superiores aos obtidos no censo de 2001 (Figura II.14).

FIGURA II.14 – PROJEÇÃO EM CRESCIMENTO NATURAL PARA 2013 DO CONCELHO DE ALBUFEIRA



II.4.3. PROJEÇÕES COM TAXAS MIGRATÓRIAS

De seguida, consideraram-se vários cenários, de acordo com os dados disponíveis, sujeitando esses cenários ao confronto com outras fontes de informação independentes, sem qualquer tipo de correlação com os dados de onde se partiu para construir os cenários (Quadro II.7 e mais

detalhadamente no Anexo II.5). Trata-se, pois, de uma metodologia eminentemente construtiva de cenários prospectivos.

QUADRO II.7 – CENÁRIOS PROSPECTIVOS-RESUMO PARA O CONCELHO DE ALBUFEIRA

	2001		2013	
	Crescimento Natural	Crescimento Natural e Migratório	Crescimento Natural	Crescimento Natural e Migratório
Cenário Conservador	22342	31543	31412	39756
Cenário Base	22342	31543	31412	51086
Cenário Crescimento Acentuado	22342	31543	31412	78217

O passo seguinte foi reunir com a Câmara Municipal de Albufeira, no sentido de dar maior suporte às estimativas subjectivas, incorporando os conhecimentos de especialistas, não só de natureza quantitativa, mas também de natureza qualitativa. Dessa reunião resultou um cenário demográfico alternativo, situado entre as propostas conservadora e intermédia, tendo sido apresentadas as seguintes justificações³⁰:

- ◆ “ ...a tendência de diminuição do índice de fecundidade e da taxa de natalidade em Albufeira constitui motivo de preocupação, e como tal deverá ser acautelado, mesmo sendo superior aos valores da região e do país.”
- ◆ “ ... no caso dos imigrantes, há que considerar as previsíveis políticas de restrição à imigração, consubstanciadas em apertadas medidas e critérios de legalização, que poderão dificultar a sua entrada no nosso país, e por consequência a sua fixação.”

³⁰ Câmara Municipal de Albufeira

- ◆ *“A estrutura etária da população concelhia, sendo das mais jovens da região, reflecte já algumas tendências de duplo envelhecimento, embora ténues.”*

- ◆ *“... há que reflectir sobre o número de fogos necessários para dar resposta aos cenários traçados...Face ao ritmo de crescimento da construção no concelho, às restrições impostas pelo Plano Director Municipal em vigor, à disponibilidade de zonas que permitam a edificação, e atendendo à elevada percentagem de alojamentos familiares clássicos destinados a segundas residências, ...torna-se impraticável nos próximos 10 anos observar um crescimento tão acentuado, pelo que dificilmente se atingirão os patamares indicados nos dois últimos cenários.”*

As taxas migratórias estimadas para a década de noventa e adoptadas para o horizonte de projecto, para cada freguesia, são apresentadas no Quadro II.8. Assumida uma taxa migratória para cada uma das freguesias, passou-se ao cálculo das taxas por grupo etário.

Para efeito do planeamento da Rede Escolar, adoptou-se o cenário apresentado no Quadro II.9 pois crê-se que ele é adequado para estimar o número de crianças que entrarão no sistema educativo até 2013, ou seja, as crianças que em cada ano completam 6 anos, todas elas nascidas até 2006.

QUADRO II.8 – TAXAS MIGRATÓRIAS ESTIMADAS PARA AS FREGUESIAS DO CONCELHO DE ALBUFEIRA

	Taxa Migratória 1991-2001	Taxa Migratória 2001-2013
C: Albufeira	0.04	0.03
F: Albufeira	0.04	0.04
F: Guia	0.04	0.03
F: Paderne	0.02	0.02
F: Ferreiras	-	0.03
F: Olhos de Água	-	0.02

QUADRO II.9 – CENÁRIO ADOPTADO PARA O CONCELHO DE ALBUFEIRA

Zona geográfica	Censo 1991	População 2001 Crescimento Natural	Taxa Migratória 2001	Censo 2001	Saldo Migratório 2001-1991	População 2013 Crescimento Natural	Taxa Migratória 2013	População estimada para 2013	Saldo Migratório 2013-2001
C: ALBUFEIRA	20949	22039	0,04	31543	10594	31953	0,03	44324	12781
F: ALBUFEIRA	15373	16670	0,04	16237	9036*	17056	0,04	25131	8894
F: GUIA	2417	2386	0,04	3630	1213	3490	0,03	4713	1083
F: PADERNE	3159	2983	0,02	3504	345	3127	0,02	3771	267
F: FERREIRAS				4951		4991	0,03	6687	1736
F: OLHOS DE ÁGUA				3221		3299	0,02	4022	801

* Inclui Ferreiras e Olhos de Água

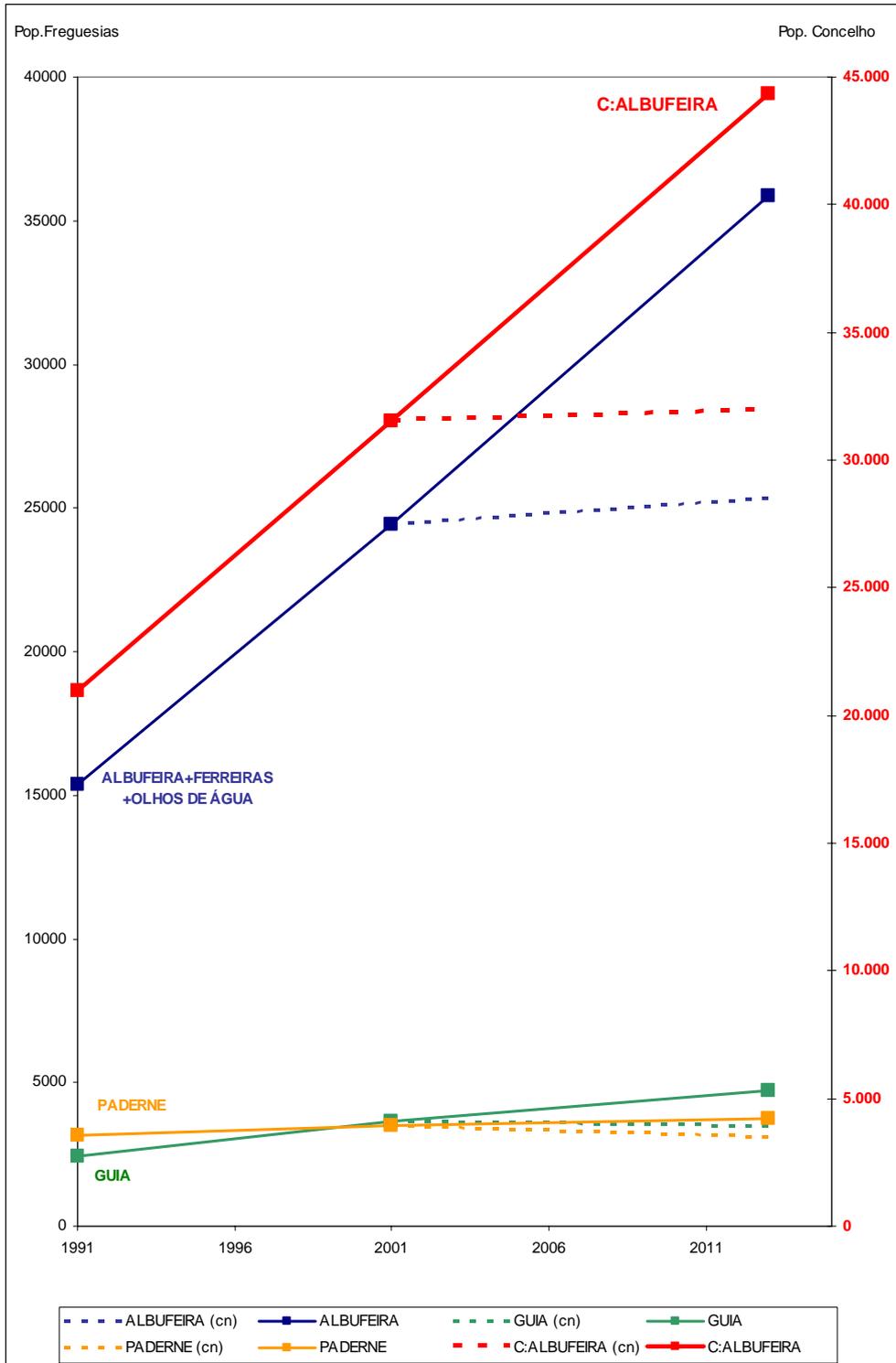
No Anexo II.6 apresentam-se, para o cenário adoptado, as projecções demográficas, para 2013, para o concelho e freguesias, por grupo etário.

Na Figura II.15 apresenta-se a projecção para 2013, global e por freguesia. Nesta é possível comparar dois cenários de evolução da população:

- ◆ População em crescimento natural (cn);
- ◆ População resultante da aplicação da taxa migratória admitida

Apresentam-se no Anexo II.7, em dez quadros-resumo, as projecções da população do concelho de Albufeira, por freguesia e idade ano a ano, desde 2004 até 2013.

FIGURA II.15 – PROJEÇÃO DEMOGRÁFICA PARA 2013 POR FREGUESIA



II.5 PROCURA DE ENSINO

II.5.1. POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR

Apresenta-se neste capítulo o resultado das projecções demográficas para 2013 ao nível da freguesia para o educação pré-escolar, básico e secundário (isto é, cobrindo 12 anos de escolaridade, para além do pré-escolar) permitindo aferir qual a população-alvo a considerar para estimar a procura de ensino no curto/médio prazo (próxima década).

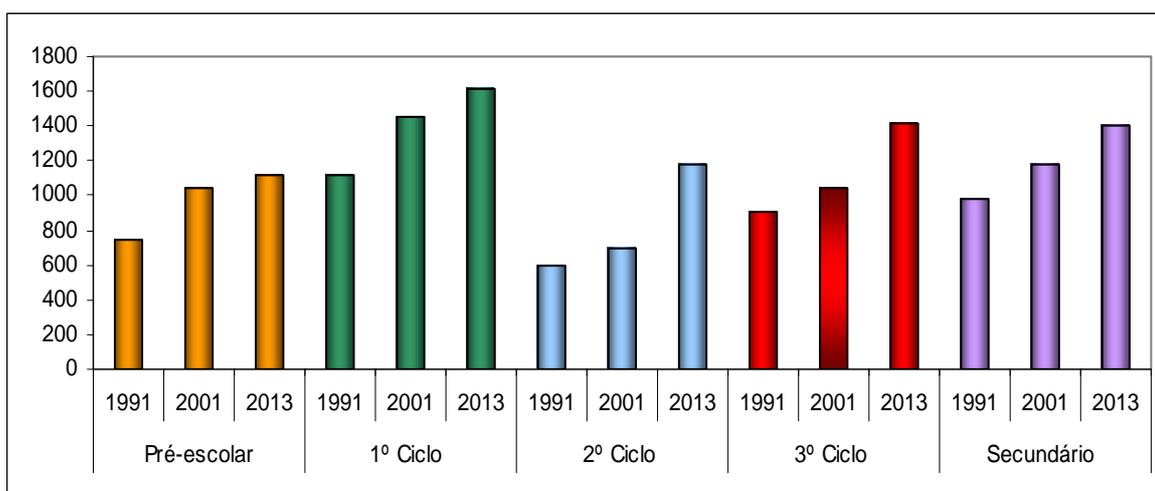
Como as idades dos vários ciclos de estudos não coincidem com os grupos etários usualmente utilizados em projecções demográficas, aplicou-se o modelo do *cohort survival* e taxas migratórias correspondentes para obter estimativas dos jovens que em 2013 terão entre 3 e 17 anos. Os resultados obtidos são apresentados no Anexo II.8.

No Quadro II.10 e Figura II.16 apresenta-se um resumo da projecção da população na idade correspondente a cada um dos ciclos de estudos em 2013, bem como a percentagem relativamente à população total. Embora o total da população do concelho e em idade escolar aumente em 2013, a percentagem da população em idade escolar apresenta sinais de tendência negativa no caso do 1º Ciclo e Secundário, sendo os valores percentuais da estimativa para 2013 inferiores aos verificados em 2001. Os restantes ciclos mantêm essa percentagem com excepção do 2º Ciclo que é o único a apresentar um aumento percentual de 1% relativamente à década de noventa.

QUADRO II.10 – POPULAÇÃO NA IDADE PRÓPRIA DE CADA CICLO NO CONCELHO

	Pré-escolar			1º Ciclo			2º Ciclo			3º Ciclo			Secundário		
	1991	2001	2013	1991	2001	2013	1991	2001	2013	1991	2001	2013	1991	2001	2013
Nº de Indivíduos	743	1037	1113	1113	1450	1614	594	691	1181	909	1048	1412	981	1180	1404
% da População Total	4%	3%	3%	5%	5%	4%	3%	2%	3%	4%	3%	3%	5%	4%	3%

FIGURA II.16 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NA IDADE PRÓPRIA DE CADA CICLO NO CONCELHO DE ALBUFEIRA



II.5.2. PROCURA DE ENSINO

As projecções da procura de ensino para 2013, por nível de ensino (desde o pré-escolar até ao secundário) são baseadas nas projecções demográficas para os escalões etários correspondentes às idades próprias de frequência de cada nível de ensino. Estas últimas são corrigidas por factores que, como resultado da retenção, reflectem o facto de haver crianças/jovens que frequentam ciclos diferentes dos correspondentes à sua idade e, portanto, a população escolar de cada nível de ensino inclui proporções mais ou menos significativas de alunos fora da idade própria respectiva.

Aqueles factores correctivos foram estimados com base nos dados de frequências, por idade dos alunos, recolhidos através dos inquéritos às escolas e ainda dos dados fornecidos pelo DAPP (ME) para o ano lectivo de 1999/2000 (último ano para o qual o DAPP tem estes elementos disponíveis).

Deste modo, a metodologia adoptada para estimar a procura de ensino assenta nas seguintes hipóteses de base:

- i) ausência de abandono no ensino obrigatório;

- ii) manutenção das taxas de retenção verificadas no concelho nos anos lectivos mais recentes e, portanto, estabilização das proporções de alunos fora da idade própria do ciclo de estudos que frequentam;
- iii) em 2013, a escolaridade obrigatória a 12 anos estará plenamente implementada.
- iv) ausência de “migração” de alunos de/para outros concelhos (ou balanço equilibrado entre “importações” de alunos residentes em outros concelhos para escolas da Albufeira e “exportações” de residentes da Albufeira para escolas de outros municípios).

A hipótese ii) merece um comentário no caso do (futuro) secundário, até porque ela resulta de duas considerações contraditórias. Por um lado, a implementação da escolaridade obrigatória a 12 anos e conseqüente manutenção do sistema dos jovens que, nas condições actuais, não prosseguem estudos após o 9º ano de escolaridade, tenderão a aumentar as actuais taxas de retenção no secundário (nomeadamente, face à menor propensão para os estudos, tipicamente associada a uma pior preparação, dos alunos que actualmente saem da escola após o 9º ano). Por outro lado, aquele alargamento da escolaridade obrigatória não deixará por certo de ser acompanhado de medidas diversas de combate àquela tendência. Deste modo, e em balanço, admite-se que as taxas de retenção (e conseqüente proporção de alunos no futuro ensino secundário fora da idade própria de frequência deste nível de ensino) em 2013 se mantenham da mesma ordem de grandeza das verificadas em anos recentes.

Aplicando a metodologia descrita, as projecções da procura de ensino (expressas em número potencial de alunos de cada nível de ensino) para 2013 são apresentadas no Quadro II.11, por freguesia e para o concelho.

QUADRO II.11 – PROJEÇÃO DA PROCURA DE ENSINO PARA CADA CICLO NO CONCELHO DE ALBUFEIRA (2013)

	Pré-Escolar		1º ciclo		2º ciclo		3º ciclo		Secundário		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Albufeira	588	54%	1 030	56%	785	63%	979	62%	794	59%	4 176	59%
Guia	179	17%	281	15%	162	13%	194	12%	181	14%	996	14%
Paderne	99	9%	169	9%	116	9%	168	11%	148	11%	701	10%
Ferreiras	120	11%	210	11%	110	9%	130	8%	114	9%	685	10%
Olhos d'Água	95	9%	149	8%	78	6%	112	7%	98	7%	532	8%
Concelho	1 082	100%	1 839	100%	1 252	100%	1 583	100%	1 335	100%	7 090	100%

II.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos pontos anteriores da Parte II deste relatório apresentou-se a metodologia utilizada bem como os resultados obtidos para o concelho de Albufeira, desde o ano de 2004 a 2013. Crê-se que os referidos valores são uma boa base de trabalho para efeito de planeamento da Carta Educativa. No entanto, devem ser apenas considerados como valores indicativos a corrigir, no âmbito da monitorização da Carta.

PARTE III – PLANO DE REORGANIZAÇÃO DA REDE EDUCATIVA**III.1 NOTA PRÉVIA**

Na Parte III do presente relatório são apresentadas as delimitações dos Territórios Educativos, bem como as propostas de Reorganização da Rede Escolar do Concelho (que contemplam apenas o cenário seleccionado de entre os apresentados em relatório anterior, conforme consenso estabelecido com a Câmara Municipal de Albufeira (CMA)). Assim, o presente documento está estruturado como se indica de seguida.

No Capítulo III.1 são definidos os princípios orientadores que nortearam a elaboração das propostas apresentadas, tomando como ponto de partida o quadro legislativo actual e perspectivas da sua evolução.

No Capítulo III.2 é apresentado o conceito de Território Educativo e a proposta da sua delimitação que, no caso do concelho de Albufeira são apresentadas duas alternativas, em que a primeira é baseada na actual Lei de Bases do Sistema de Ensino – LBSE, e a segunda vai ao encontro do previsível alargamento da escolaridade obrigatória a 12 anos, numa perspectiva futura.

No Capítulo III.3 são apresentadas as projecções da procura de ensino para 2013, reproduzindo os resultados do modelo de projecções descrito na Parte II deste relatório.

Finalmente, no Capítulo III.4 são apresentadas as propostas de reconfiguração da rede escolar na sequência das reuniões havidas com a CMA e a apresentação pública realizada em Outubro.

III.2 CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS: PRINCÍPIOS ORIENTADORES

Estabelecem-se neste capítulo as bases estratégicas e princípios que servem de vectores orientadores do ordenamento da rede de equipamentos de educação e ensino e do seu planeamento, começando-se por tecer algumas considerações sobre o quadro legislativo e orientador que serve de enquadramento geral.

III.2.1. ENQUADRAMENTO GERAL

Em qualquer processo de planeamento, há sempre que lidar com fontes diversas de incerteza e indeterminação que, no caso do planeamento das redes de equipamentos de ensino e educação no momento actual, são acrescidas face a expectáveis alterações significativas no quadro legislativo e orientador que enquadra o sistema educativo. Esta carta foi elaborada num contexto em que o 15º Governo Constitucional tinha elaborado uma proposta de uma nova Lei de Bases da Educação (LBE) que foi aprovada pela Assembleia da República em 2004, já na vigência do 16º Governo Constitucional, mas que não chegou a ser promulgada pelo Presidente da República.

Ainda que a nova Lei de Bases da Educação não tenha chegado a ser promulgada, ela continha elementos que se julgam consensuais (como o alargamento da escolaridade obrigatória a 12 anos) cuja implementação no horizonte de projecto (a 10 anos) é altamente provável.

No contexto actual, a Lei de Bases do Sistema de Ensino (LBSE) contempla um Ensino Básico obrigatório (de 9 anos, dividido em 3 ciclos) e um Ensino Secundário, não obrigatório, de 3 anos.

Neste contexto, o elemento estruturante do ordenamento das redes escolares é o **Território Educativo**, que permite organizar o espaço geográfico concelhio em áreas nas quais se assegura o cumprimento da escolaridade obrigatória, contendo uma vertente de carácter pedagógico e outra de ordenamento territorial e urbanístico. Cada Território Educativo é servido por uma Escola Nuclear, que funciona como um centro de dinamização e apoio, tanto pedagógico como de instalações, às restantes escolas que se encontram articuladas na sua área de influência. A Escola Nuclear que serve o Território Educativo pode ser, de acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo em vigor, uma Escola Básica do 2º e 3º ciclos (EB 2,3) ou uma

Escola Básica Integrada (EBI), podendo haver escolas apenas com o 1º ciclo (EB1), eventualmente com Jardim de Infância (EB01).

Entretanto, e no âmbito da política de reforma estrutural do Ministério da Educação e do sistema educativo, o Governo (particularmente na sequência do Despacho nº 13313/2003 de 8 de Julho) veio dar novo impulso à criação de Agrupamentos de Escolas, tendo nomeadamente em vista a criação de condições de gestão das escolas, de racionalização dos meios e de aumento da qualidade das aprendizagens. O **Agrupamento de Escolas** (D.L. nº 115/98, de 4 de Maio) “é uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão, constituída por estabelecimentos de educação pré-escolar e de um ou mais níveis e ciclos de ensino, a partir de um projecto pedagógico comum, com vista à realização das finalidades seguintes:

- f) Favorecer um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória numa dada área geográfica;
- g) Superar situações de isolamento de estabelecimentos e prevenir a exclusão social;
- h) Reforçar a capacidade pedagógica dos estabelecimentos que o integram e o aproveitamento racional dos recursos;
- i) Garantir a aplicação de um regime de autonomia, administração e gestão, nos termos do presente diploma;
- j) Valorizar e enquadrar experiências em curso.”

A constituição de agrupamentos escolares “considera critérios relativos à existência de projectos pedagógicos comuns, à construção de percursos escolares integrados, à articulação curricular entre níveis e ciclos educativos, à proximidade geográfica, à expansão da educação pré-escolar e à reorganização da rede educativa”. O referido Despacho, tendo em vista o objectivo expresso em a), vem ainda privilegiar os agrupamentos verticais, apenas admitindo agrupamentos horizontais (isto é, de escolas de um mesmo nível de ensino) em casos excepcionais.

Face a esta orientação (preconizando uma lógica de verticalização), é de toda a conveniência que se fundam os conceitos de Território Educativo (que servia primordialmente objectivos de ordenamento da rede e, portanto, de planeamento da mesma) e de Agrupamento de Escolas

(vertical), constituindo-se assim unidades estruturantes únicas para efeitos de planeamento e também de gestão da rede em todas as suas vertentes (administrativa, pedagógica, etc.)

III.2.2. ENQUADRAMENTO FUTURO

O alargamento da escolaridade obrigatória a 12 anos reúne consensos muito alargados e é considerada uma medida urgente para elevar os níveis de qualificação da população portuguesa a padrões internacionais, sendo a sua implementação a médio prazo (antes de 10 anos) muito provável, até por estar contemplada no Programa do XVII Governo Constitucional.

O alargamento da escolaridade obrigatória a 12 anos implica necessariamente um reforço da oferta de ensino e, portanto, da rede de escolas públicas do Ministério da Educação (adiante designada apenas por “rede pública”), tanto na vertente quantitativa como qualitativa. Nesta última vertente, haverá necessidade de reconfigurar a oferta de ensino secundário com um leque mais abrangente de opções, particularmente nas vertentes vocacionais / profissionalizantes, do que o actualmente existente na rede pública, uma vez que é expectável que os estratos de jovens que actualmente não prosseguem estudos após o 9.º ano (ou desistem durante o actual secundário) venham no futuro a enveredar maioritariamente por essas vertentes.

Não está ainda configurado pelo Ministério da Educação este modelo de oferta, embora seja de admitir que venha a contemplar parcerias público-privadas para o desenvolvimento de uma oferta de ensino para as opções vocacionais/profissionalizantes tirando partido de capacidades e “know-how” de escolas profissionais/centros de formação existentes que, com os cortes de financiamento de fundos comunitários, também se verão confrontados com um novo quadro de dificuldades acrescidas. Embora a configuração de oferta do futuro ensino secundário seja em boa parte uma incógnita e exija uma análise de âmbito geográfico alargado (até mesmo de âmbito supra-municipal), é certo que implicará um reforço da rede de escolas públicas do Ministério da Educação, pelo que se entende que o planeamento da rede escolar para 2013 deve visar essencialmente um dimensionamento indicativo de capacidades dos novos equipamentos necessários para cobrir as necessidades (quantitativas) projectadas para 2013.

Ainda assim, mesmo nos aspectos quantitativos há incógnitas no que respeita aos níveis de retenção (e de abandono precoce) do futuro secundário e à repartição da oferta entre a rede de escolas secundárias públicas e outros tipos de ofertas, públicas ou privadas (escolas profissionais, etc.).

No que se refere aos princípios estruturantes de ordenamento da rede escolar, o previsto alargamento da escolaridade obrigatória a 12 anos vem pôr em causa a configuração actual dos Territórios Educativos ou Agrupamentos Escolares, em que a escola nuclear é uma EB23 ou uma EBI, deixando de fora as actuais escolas secundárias (mesmo as que já acolhem o 3º ciclo). Com a plena implementação da escolaridade obrigatória a 12 anos, a escola nuclear do (futuro) Território Educativo será presumivelmente uma escola secundária.

III.2.3. PRINCÍPIOS ORIENTADORES

Neste enquadramento, o planeamento da rede de equipamentos de ensino no horizonte temporal adoptado (a 10 anos) foi baseado nos seguintes princípios orientadores:

- a) As previsões da procura de ensino contemplem desde já o alargamento da escolaridade obrigatória a 12 anos.
- b) No âmbito geográfico de cada Território Educativo, a rede escolar pública programada deverá dar cobertura integral à procura (para essa rede pública, projectada para 2013) de todos os níveis de ensino da escolaridade obrigatória dentro desses âmbitos geográficos.
- c) Na estimação de procura de ensino para a rede pública se considere uma taxa de cobertura a 100% da procura gerada pela população residente no concelho de Albufeira (projectação para 2013), mas se retire a oferta dos estabelecimentos da rede não pública (IPSS, particulares e cooperativos) quantificada pelas suas capacidades actuais. De referir que, havendo indícios de que há actualmente residentes de outros concelhos a frequentar escolas de Albufeira, a Câmara Municipal de Albufeira assumiu taxas de cobertura de 110% para o Pré-escolar e 1º Ciclo, de modo a acolher essa procura adicional.

Em última análise, entende-se que o planeamento da rede escolar para o horizonte de estudo (2013) deve estar estrategicamente voltado para um dimensionamento indicativo de capacidades dos novos equipamentos necessários para cobrir as necessidades (quantitativas) projectadas para o horizonte de estudo e a identificação de áreas de terreno para a implantação desses equipamentos de ensino, criando para tal uma reserva estratégica de terrenos. Não deve, portanto, no âmbito das suas atribuições, prender-se excessivamente a CMA com aspectos qualitativos, seja na vertente de oferta qualitativa de ensino (sobretudo no que respeita ao futuro Ensino Secundário), ou das tipologias das escolas, importando que se adoptem soluções flexíveis e com capacidade de adaptação dos espaços e equipamentos a evoluções diversas, quer do quadro legislativo e orientador, quer das dinâmicas urbanas, sociológicas e demográficas que importa monitorizar tendo em vista as necessárias alterações do plano estabelecido.

III.3 DELIMITAÇÃO DE TERRITÓRIOS EDUCATIVOS

O elemento estruturante das novas redes escolares é o Território Educativo (TE), que permite organizar o espaço geográfico concelhio em áreas que asseguram o cumprimento da escolaridade obrigatória em funcionamento vertical, contendo assim uma vertente de carácter pedagógico e outra de ordenamento territorial e urbanístico.

Cada Território Educativo é servido por uma Escola Nuclear, que funciona como um centro de dinamização e apoio, tanto pedagógico como de instalações, às restantes escolas que se encontram articuladas na sua área de influência. É na Escola Nuclear que se realizam certas funções e actividades que não são possíveis de desenvolver em escolas mais pequenas e menos equipadas.

A Escola Nuclear que serve o Território Educativo pode ser, de acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo em vigor, uma Escola Básica 2,3 (EB 2,3) ou uma Escola Básica Integrada (EBI³¹). Todavia, a nova Lei de Bases da Educação introduzia substanciais alterações na forma

³¹ Escola onde é ministrada a educação pré-escolar e os três ciclos do ensino básico (EPE + EB1,2,3). Uma EBI pode ser constituída num único edifício ou num conjunto de edifícios fisicamente separados,

de estruturar os territórios educativos, uma vez que estabelecia uma escolaridade obrigatória de 12 anos. Deste modo, a escola nuclear passaria a ser uma Escola Secundária³².

No âmbito deste trabalho, irá ser tido em consideração o estabelecido pelo Programa do Governo, particularmente no que respeita ao alargamento da escolaridade obrigatória a 12 anos, embora obviamente sem ignorar a legislação ainda em vigor (Lei 46/86 - LBSE).

III.3.1. CARACTERÍSTICAS DO TERRITÓRIO EDUCATIVO

O território educativo é o espaço geográfico onde se assegura o cumprimento da escolaridade obrigatória em funcionamento integrado, contendo assim, uma vertente de carácter pedagógico e outra de ordenamento territorial e urbanístico. A característica principal do Território Educativo é garantir que os alunos que integram aquele espaço geográfico, tenham assegurado o cumprimento da escolaridade obrigatória, através da existência de uma Escola Nuclear, que funciona como um centro de dinamização e apoio, tanto pedagógico como de instalações, das restantes escolas que o compõem.

O Território Educativo também pode ser encarado *“como o conjunto de unidades educativas que têm em vista o prosseguimento de acções, actividades ou projectos educativos de interesse comum que lhe permitam encontrar melhores soluções pedagógicas, administrativas e financeiras”*.

Para efeitos de delimitação dos Territórios Educativos foram consideradas como fundamentais as seguintes características:

- a) Conter população a escolarizar que, segundo os critérios de dimensionamento da rede pública de equipamento escolar, justifique a existência de instalações escolares de educação pré-escolar, dos ciclos do ensino básico e do ensino secundário;

mas cuja utilização (sob o ponto de vista de gestão pedagógica e de gestão dos recursos físicos) é feita de forma interdependente e complementar.

³² O Ensino Secundário seria, segundo a nova Lei de Bases da Educação, constituído pelo actual 3.º ciclo e pelo actual ensino secundário, constituindo-se em 1.º e 2.º ciclo do ensino secundário, respectivamente, o que significa que a Escola Secundária seria uma instalação que ministraria do 7.º ao 12.º ano de escolaridade.

- b) Conter instalações escolares públicas destinadas à educação pré-escolar, ao ensino básico e ensino secundário, com capacidades suficientes face à respectiva população a escolarizar;
- c) Conter uma escola que, pelas suas características físicas, possa desempenhar as funções de Escola Nuclear;
- d) Nas zonas urbanas densamente habitadas, ter uma dimensão compatível com a distância que se considere aceitável os alunos de cada grupo etário percorrerem a pé, nas suas deslocações diárias entre a casa e a escola. Nas zonas menos urbanas, existir um sistema de transporte escolar que permita uma fácil (sobretudo a nível de tempo de percurso) ligação casa-escola;
- e) Não ser atravessada por barreiras físicas que dificultem ou tornem inseguras as deslocações pedonais de acesso às escolas. Estas barreiras físicas são fundamentalmente:
- a rede viária principal;
 - a rede ferroviária de superfície,
 - situações topográficas que dificultem as deslocações pedonais (por exemplo declives muito acentuados ou vales muito marcados),
 - grandes áreas de usos não habitacionais ou de atravessamento inseguro (por exemplo instalações industriais);
- f) Coincidir, sempre que possível, com os limites administrativos das freguesias.

III.3.2. METODOLOGIA DE DELIMITAÇÃO DOS TERRITÓRIOS EDUCATIVOS

A metodologia a utilizar para a delimitação dos Territórios Educativos desenvolve-se em dois níveis.

Num primeiro nível, a análise é efectuada à escala do concelho, tendo como aspectos mais relevantes o ordenamento do território, a rede ferroviária, a rede viária principal, o relevo e os limites administrativos das freguesias, bem como as projecções da procura de ensino.

Num segundo nível, cada território educativo é estudado a uma escala maior, para testar a sua funcionalidade face a aspectos mais pormenorizados, como por exemplo, a sua população por escalão etário, as características físicas e equipamentos das escolas candidatas a Escola Nuclear, a localização das restantes escolas, a existência de barreiras físicas não detectadas à escala do concelho, etc.

Os territórios educativos traçados coincidem praticamente com os limites administrativos das freguesias do concelho. Dentro de cada um deles, a maior parte da população concentra-se nas sedes de freguesia, observando-se alguns núcleos dispersos sobretudo nas freguesias de Paderne, Guia e Olhos de Água. Nas duas últimas e também em Albufeira, observa-se a dispersão de empreendimentos turísticos e núcleos residenciais contíguos, sendo difícil medir onde começa e termina cada um deles. Porém, cada vez mais, estes afirmam-se como pólos de concentração de população residente, em idade activa, normalmente com filhos, e por esse motivo com necessidades em termos de oferta de estabelecimentos de ensino. A crescente procura de Albufeira, não só para fins turísticos, como para fins residenciais, quer por população nacional quer estrangeira, muito tem contribuído para cimentar esta tendência e para promover o mercado imobiliário paralelo de alugueres de longa duração, invés dos alugueres temporários (semanais ou quinzenais) nos meses de Verão, não sendo fácil quantificar de forma exacta a sua expressão no território concelhio. Pretende-se com esta delimitação criar bases para que cada Território Educativo cumpra eficazmente a sua oferta de níveis de ensino, evitando sempre que possível a deslocação de alunos, sabendo-se de antemão, da precariedade da informação associada ao fenómeno presente.

III.3.2.1. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Relativamente ao ordenamento do território, atendeu-se aos Planos Municipais de Ordenamento do Território, nomeadamente o Plano Director Municipal (P.D.M.).

O P.D.M. classifica o espaço urbano em categorias de uso de solo (isto é, espaços onde um dado uso de solo deverá ser dominante) e define, para cada uma delas, as regras de ocupação, uso e transformação do solo.

As categorias de uso do solo identificadas no Regulamento do P.D.M. permitem perceber onde se localizam os usos de solo determinantes para a delimitação dos territórios educativos, especialmente as zonas de concentração da habitação, as localizações preferenciais para os equipamentos escolares ou as barreiras físicas às deslocações pedonais.

Importa ainda que o planeamento da rede escolar e a delimitação das Territórios Educativos na qual aquele se apoia estejam articulados com os vectores estratégicos de desenvolvimento do concelho e constituam um dos elementos de suporte dessas estratégias.

III.3.2.2. LIMITES ADMINISTRATIVOS DAS FREGUESIAS

Na elaboração da Carta Educativa não pode ser ignorada a importância das freguesias, tanto ao nível do planeamento como ao nível da gestão da rede de infra-estruturas (a freguesia é a menor divisão administrativa territorial).

Neste sentido, é conveniente que um território educativo corresponda a uma freguesia, a um número inteiro de freguesias ou a uma parte de uma única freguesia.

Tendo em conta que cada território educativo se deve articular em torno de uma Escola Nuclear e deve conter população a escolarizar que justifique a existência de instalações escolares, é possível identificar as freguesias onde a população a escolarizar é insuficiente para constituir um território educativo, as que podem corresponder a um único território educativo e aquelas que deverão ser divididas em vários territórios educativos.

Um indicador da necessidade de agregação ou de divisão das freguesias é a relação entre o número de jovens com idades até 18 anos residentes na freguesia e o número de alunos aceitável para uma escola nuclear.

III.3.3. GESTÃO EDUCATIVA

Para além dos aspectos referentes às infra-estruturas, a gestão da rede escolar tem uma vertente de carácter pedagógico/administrativo que convém acautelar aquando da constituição dos territórios educativos.

O Decreto-Lei n.º 115-A/98 de 4 de Maio veio criar o conceito de Agrupamento Escolar, propiciando assim a articulação do funcionamento da rede educativa. A constituição destes Agrupamentos Escolares, visou permitir a implementação do Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário. Existe uma grande liberdade na forma de constituição desses agrupamentos de natureza vertical, os quais integram níveis complementares de ensino. Deste modo, o funcionamento da rede será facilitado se os agrupamentos de escolas coincidem com os territórios educativos, permitindo que os alunos completem a escolaridade obrigatória em escolas localizadas na sua área de influência.

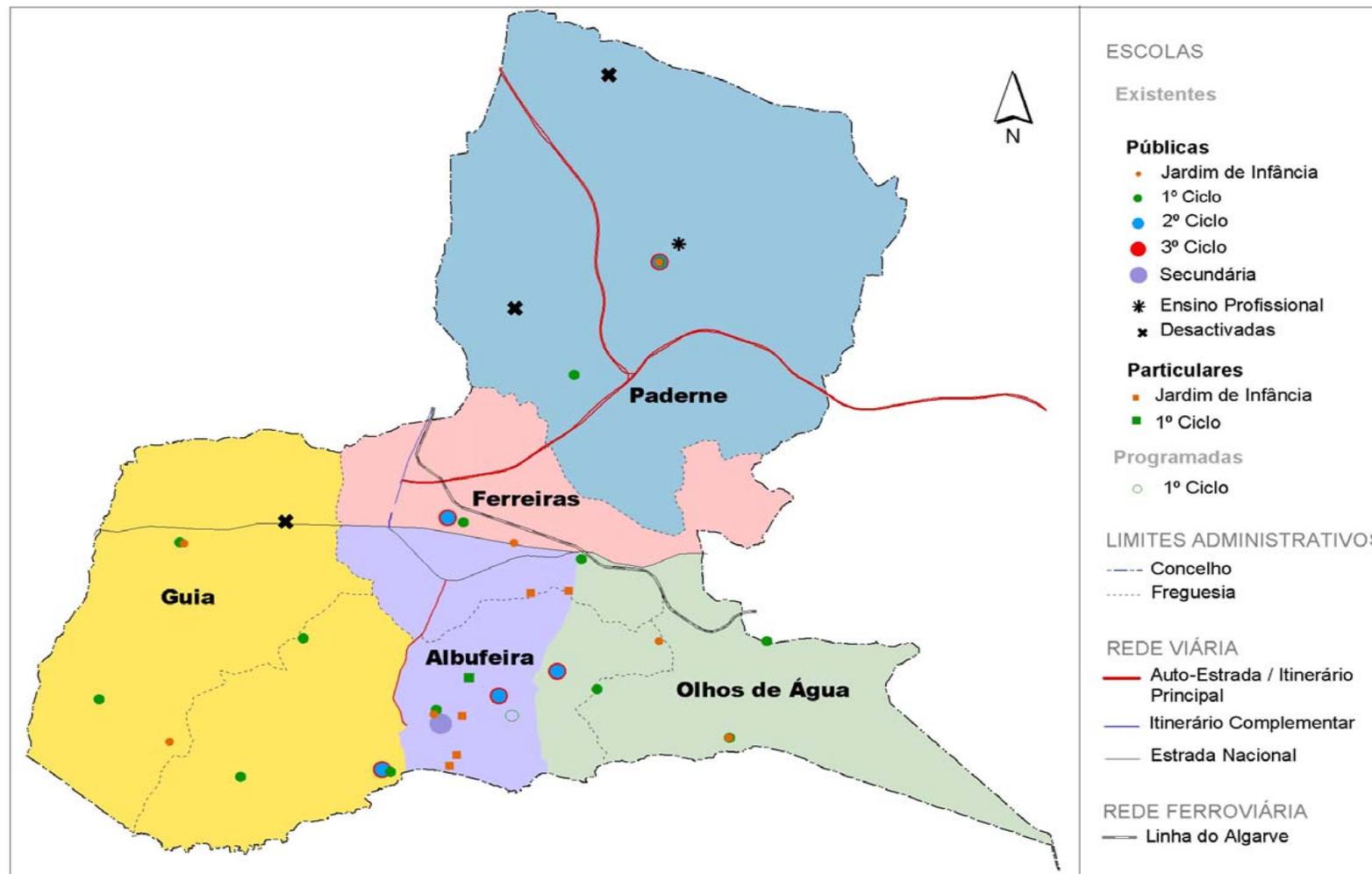
No Concelho de Albufeira, existem actualmente quatro agrupamentos escolares de articulação vertical, designadamente os Agrupamentos de Ferreiras (que engloba a EB23 de Ferreiras), de Paderne (englobando a EB23 de Paderne), da Escola Profª. Diamantino Negrão (incluindo a EB 23 Profª. Diamantino Negrão) e o da Escola D. Martim Fernandes (que inclui a EB 23 D. Martim Fernandes). De referir que os referidos agrupamentos cobrem todos os níveis de ensino de 1.º, 2º e 3º ciclos, e que os jardins-de-infância estão também inseridos nos Agrupamentos.

III.3.4. DELIMITAÇÃO DOS TERRITÓRIOS EDUCATIVOS

Tendo em conta a análise aprofundada ao concelho de Albufeira, a nível de ordenamento do território, rede viária principal, relevo e limites administrativos, bem como, a nível do parque escolar e das projecções da procura de ensino, considera-se que no âmbito da actual Lei de Bases do Sistema Educativo – LBSE, que considera a EB 23 como tipologia de escola nuclear, os Territórios Educativos que reflectem a situação actual coincidem com os Agrupamentos Escolares existentes no concelho de Albufeira. De notar que actualmente existem escolas no Concelho (incluindo a EB 23 Francisco Cabrita), localizadas nas freguesias de Albufeira e Ferreiras, que não estão inseridas em nenhum Agrupamento. Considera-se que os referidos estabelecimentos escolares irão integrar um novo Território Educativo.

Deste modo, e para a situação actual, considera-se que o concelho de Albufeira pode ser decomposto em cinco Territórios Educativos, que se encontram descritos (em termos das escolas abrangidas) no Quadro III.1 e cuja delimitação se apresenta na Figura III.1.

Figura III. 1 - Territórios Educativos (situação actual)

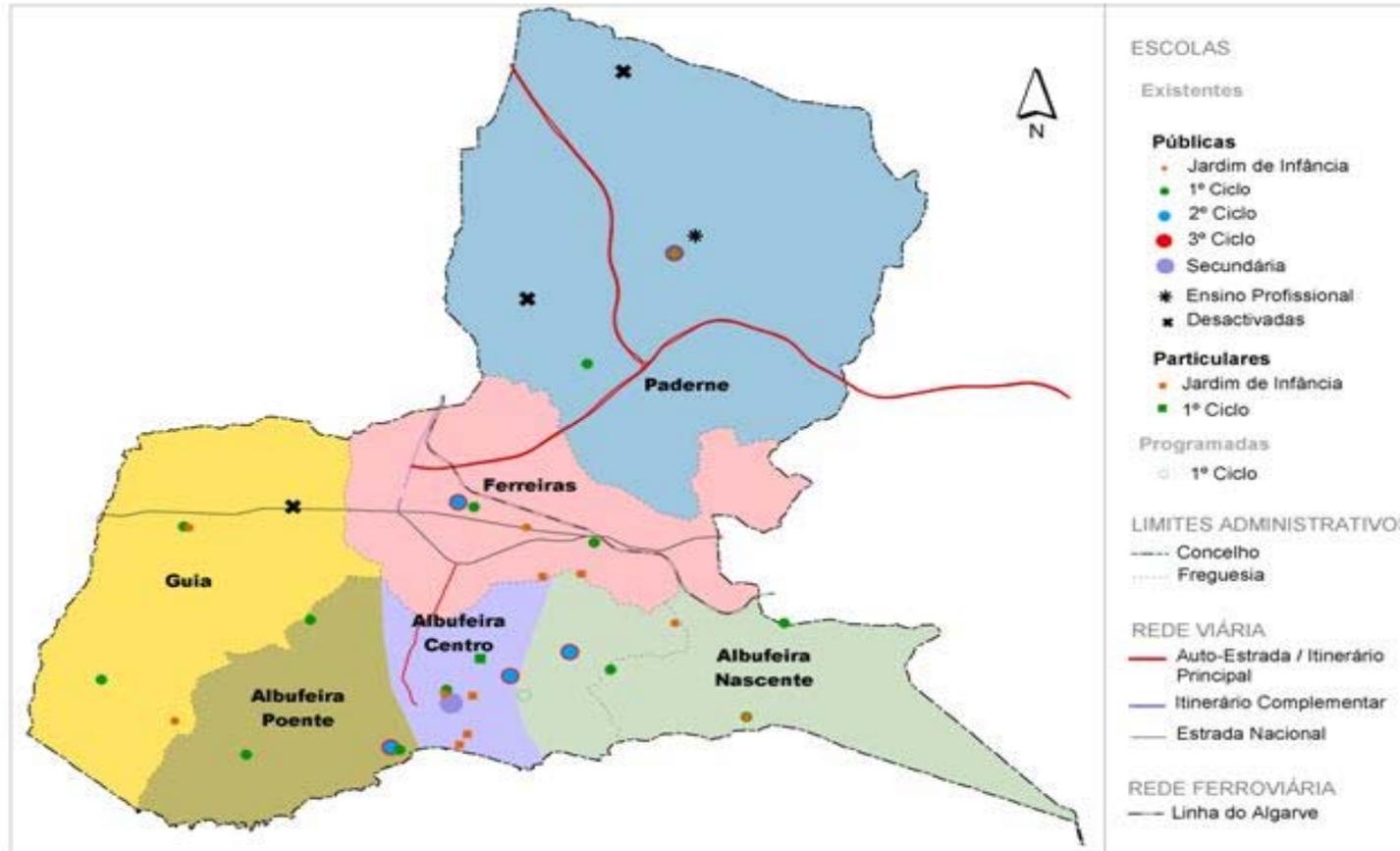


Quadro III. 1 – Territórios Educativos (situação actual)

Território Educativo	Freguesia	Escolas que compõem o Território Educativo
Ferreiras	Ferreiras	Jl de Vale Serves + Jl de Ferreiras
		EB1 de Ferreiras
		EB23 de Ferreiras
Paderne	Paderne	Jl de Paderne
		EB1 de Paderne
		EB1 do Cerro do Ouro
		EB 23 de Paderne
Escola Prf^a Diamantina Negrão	Olhos d'Água	Jl dos Olhos d'Água
		EB1 de Brejos
		EB1 de Olhos d'Água
	Ferreiras	EB1 de Vale Carro
	Albufeira	EB1 de Fontainhas
Escola D. Martim Fernandes	Guia	Jl de Vale Carro
		EB23 Prf ^a Diamantina Negrão
		Jl de Guia
	Albufeira	Jl de Vale Rabelho
		EB1 de Guia
		EB1 de Vale Parra
		EB1 nº 1 de Albufeira
Escola Francisco Cabrita	Albufeira	EB1 de Mouraria
		EB1 de Sesmarias
		EB23 D. Martim Fernandes
		Jl Albufeira
Escola Francisco Cabrita	Albufeira	EB1 nº2 de Albufeira
		Nova EB1 Programada
		EB23 Francisco Cabrita

Entretanto, e como se verá adiante (Capítulo III.5), prevê-se a construção de uma nova Escola Básica Integrada na Freguesia da Guia. Esta seria a escola nuclear de um novo Território Educativo que abrangeria a freguesia da Guia. Para esta configuração futura da rede escolar existiriam, portanto, seis territórios educativos, representados na Figura III.2.

Figura III. 2 - Territórios Educativos (com a nova EBI da Guia)



Numa perspectiva futura, com uma escolaridade obrigatória estendida a 12 anos, a delimitação dos Territórios Educativos seria diferente da anteriormente apresentada. Neste caso, o concelho de Albufeira ficaria dividido em três Territórios Educativos, em que a escola nuclear seria uma Escola Secundária.

Um dos Territórios Educativos coincide com o Agrupamento Escolar de Paderne, a norte do Concelho. A restante área do Concelho é dividida em dois Territórios Educativos. É importante referir que esta divisão é de algum modo artificial, isto é, não expressa uma delimitação física específica, uma vez que está dependente da localização da nova ES/3 a construir na freguesia de Albufeira. Deste modo, a referida divisão, ainda que artificial, pretende ser equilibrada ao nível da oferta das várias tipologias de estabelecimentos de ensino, mantendo no mesmo Território Educativo escolas de diferentes níveis de ensino que actualmente já funcionam em articulação, permitindo a continuidade dos percursos escolares dos alunos, ainda que em escolas diferentes.

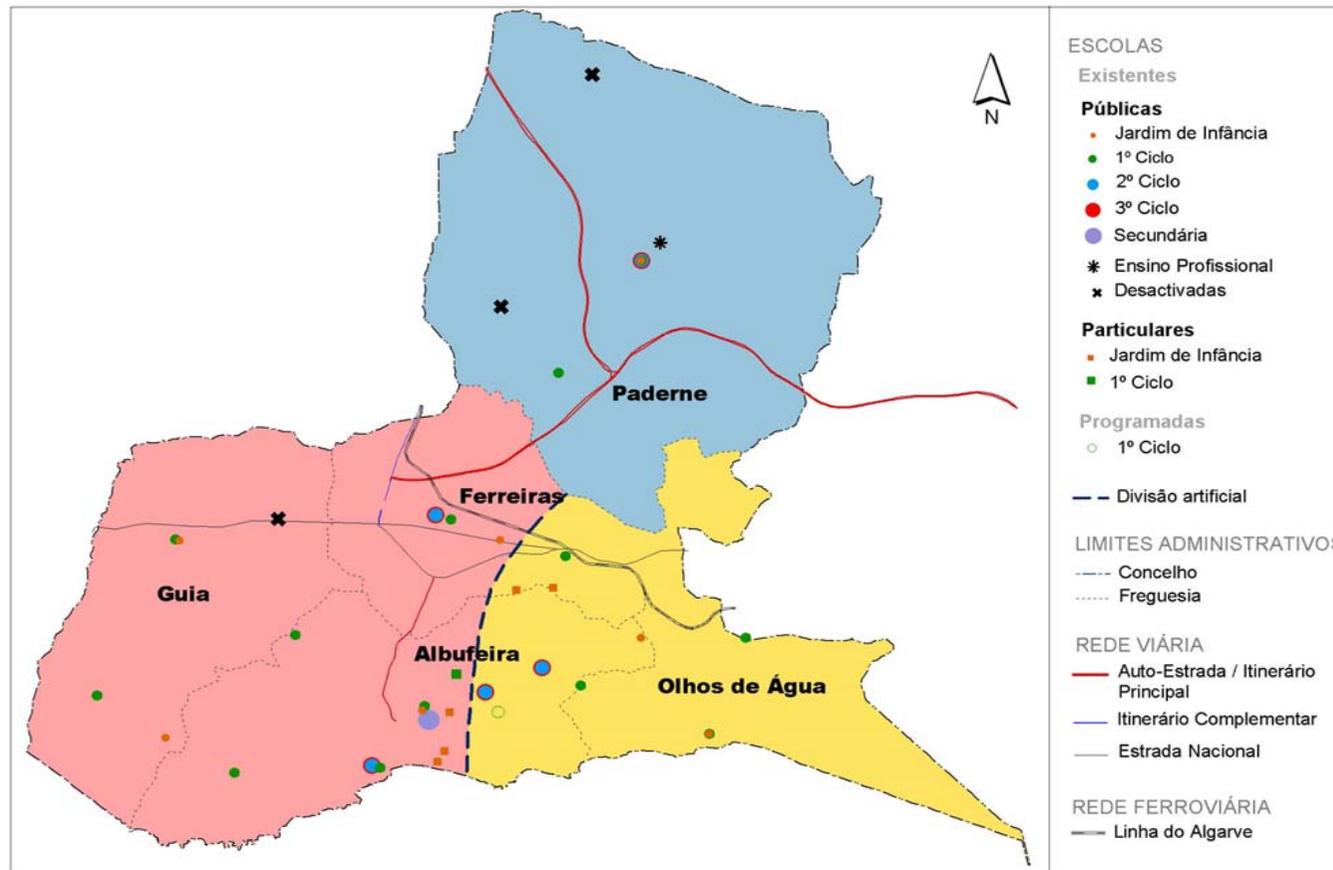
No Quadro III.2, apresenta-se a divisão das escolas existentes e já programadas, pelos três Territórios Educativos.

Quadro III. 2 – Territórios Educativos considerando a escolaridade obrigatória a 12 anos

Território Educativo	Freguesia	Escolas que compõem o Território Educativo
Paderne	Paderne	Jl de Paderne
		EB1 de Paderne
		EB1 do Cerro do Ouro
		EB 23 de Paderne
Nascente	Olhos d'Água	Jl dos Olhos d'Água
		EB1 de Vale Carro
		EB1 de Brejos
		EB1 de Olhos d'Água
	Ferreiras	EB1 de Fontaínhas
	Albufeira	Jl de Vale de Carro
		EB23 Prf ^a Diamantina Negrão
		Nova EB1 Programada
EB23 Francisco Cabrita		
Poente	Ferreiras	Jl de Vale Serves + Jl de Ferreiras
		EB1 de Ferreiras
		EB23 de Ferreiras
	Albufeira	Jl Albufeira
		EB1 nº 1 de Albufeira
		EB1 nº2 de Albufeira
		EB1 de Mouraria
		EB1 de Sesmarias
		EB23 D. Martim Fernandes
	Guia	Jl de Guia
		Jl de Vale Rabelho
		EB1 de Vale Parra
		EB1 de Guia

Na Figura III.3 encontra-se representada a delimitação dos Territórios Educativos anteriormente descritos, considerando o alargamento da escolaridade obrigatória a 12 anos e, portanto, que a escola nuclear tenderá a ser uma escola secundária (presumivelmente com 3º ciclo).

Figura III. 3 - Territórios Educativos considerando a escolaridade obrigatória a 12 anos



III.4. PROJECCÕES DA PROCURA DE ENSINO PARA 2013

Reproduzem-se no Quadro III.3 as projecções da procura de ensino para 2013, desde o Pré-escolar até ao Secundário, por freguesia; os valores da procura apresentados neste quadro diferem dos presentes na Parte II deste relatório por considerarem uma taxa de cobertura de 110% da procura de ensino para o Pré-escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico. Assim, os valores de procura de Pré-escolar e 1º Ciclo que se apresentam nesta Parte III resultam do produto da procura inicial por um factor de 1,1.

Pretende-se desta forma, por indicação da C.M. de Albufeira, dar cobertura à procura de Pré-escolar e 1º Ciclo gerada em concelhos limítrofes por crianças que acompanham os pais nos seus movimentos pendulares casa-trabalho, como aliás já se verifica hoje em dia.³³

Quadro III. 3 – Projecções da procura de ensino (2013), por freguesia

Freguesia	Procura por ciclo em 2013					
	Pré-Escolar	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Secundário	Total
Albufeira	647	1 133	785	979	794	4 338
Ferreiras	197	309	162	194	181	1 042
Guia	109	186	116	168	148	727
Olhos d'Água	133	231	110	130	114	718
Paderne	105	163	78	112	98	556
Concelho	1 190	2 023	1 252	1 583	1 335	7 382

³³ A sobrecarga dos estabelecimentos de ensino localizados na sede do concelho denota a mobilidade intra concelhia. Esta observa-se maioritariamente para os alunos mais novos, em idade de frequência de jardins-de-infância e Escolas Básicas do 1º Ciclo. Esta mobilidade diminui gradualmente com o avançar da idade, apenas voltando a repetir-se com os alunos do ensino secundário, sobretudo pelo facto de em Albufeira se encontrar a única escola com oferta deste nível de ensino. Ao nível do ensino secundário, a expressão do valor não é tão acentuada, uma vez que se registam fenómenos de abandono escolar precoce consideráveis. Acresce ainda o facto dos estabelecimentos de ensino nas Freguesias de Albufeira e Guia serem atractivas para crianças residentes noutros concelhos, as quais acompanham os seus pais nas deslocações casa trabalho. Os movimentos inter concelhos comportam-se da mesma forma que os intra concelhios, sendo mais uma vez sobrecarregadas as escolas situadas em Albufeira e Guia, principais centros de concentração de actividades económicas e emprego.

Sublinhe-se que, tal como atrás referido, estas projecções assentam nomeadamente nos seguintes pressupostos:

- Escolaridade obrigatória de 12 anos (em 2013), prevista no Programa do 17º Governo.
- Manter-se-ão inalteradas as taxas de retenção e transição verificadas em anos lectivos recentes, com as consequências em termos das proporções de alunos fora da idade própria de frequência de cada ciclo também verificadas nos anos mais recentes.
- Como referido, a taxa de cobertura da procura de ensino será de 110% da procura original (no Pré-escolar e 1º Ciclo) e de 100% nos restantes ciclos.

III.5. PLANEAMENTO DA REDE ESCOLAR

III.5.1. CAPACIDADE DOS EQUIPAMENTOS ESCOLARES EXISTENTES E JÁ PROGRAMADOS

A capacidade (em número de crianças) dos equipamentos de educação pré-escolar é estimada pelo produto do número de Salas de Actividades pela capacidade de cada sala, considerando três situações:

- I) a “**capacidade actual**” é baseada na ocupação da oferta actual de salas com uma lotação por sala de 20 crianças;
- II) a “**capacidade futura recomendável**” adopta o valor ideal de 20 crianças por sala;
- III) a “**capacidade futura máxima**” adopta uma capacidade por sala de 25 crianças, sempre que as instalações do JI o permitam.

No caso do 1º ciclo do ensino básico, estes valores são de 23 e 25 alunos por turma, respectivamente para a **capacidade recomendável** e **máxima**.

Para o 2º e 3º ciclos do ensino básico e para o Secundário, o processo de cálculo da capacidade dos equipamentos é semelhante, mas a **capacidade por turma recomendável** passa a ser de 25 alunos por sala e a **capacidade máxima** por turma é a indicada pelo Ministério da Educação (28 alunos por sala).

Deste modo, obtêm-se as capacidades apresentadas no Quadro III.4, no qual se contemplam, na situação futura, as novas construções, ampliações ou reconversões de instalações já programadas pela C.M. de Albufeira (indicadas a negrito na coluna “Nº de salas/turmas programado”) e que se indicam de seguida:

- JI de Paderne passa a funcionar com as 5 salas de actividades;
- JI de Vale de Serves – Freguesia de Ferreiras – Passa a contar com 6 salas de actividades;
- EB1 n.º1 de Albufeira (EB1 de Caliços) – ampliação de 12 para 15 salas de aula;
- EB1 de Brejos (Albufeira) – passa de 4 para 6 salas de aula;
- EB1 de Vale de Carro (Olhos d’ Água) – passa de 4 para 6 salas de aula;
- Transformação da EB1 da Guia em JI, passando o JI da Guia a contar com 5 salas de actividade, ao ganhar as 2 salas actualmente afectas à EB1;
- Construção de uma Nova Escola EB1/JI, na localidade da Correeira na Freguesia de Albufeira. Os trabalhos começaram em Janeiro de 2004, que terá capacidade para 5 salas de actividade de pré-escolar e 8 turmas de 1º ciclo;
- Construção, já programada, de uma nova escola EB12 ou EBI, na freguesia da Guia; considera-se, nesta fase, que deverá ter uma capacidade total de 19 turmas, sendo distribuídas por 6 turmas de 1º ciclo, 6 turmas de 2º ciclo e 7 turmas de 3º ciclo;

- A EB 23 de Paderne passa a funcionar com mais uma turma de 2º ciclo, aumento ainda permitido pela capacidade actual da escola;
- A EB 23 de Ferreiras passa a funcionar com 18 turmas, 7 de 2º ciclo e 11 de 3º ciclo, aumento permitido pela capacidade actual da escola.

Adicionalmente, deixam de estar contempladas, na capacidade futura, as situações de sobrelotação verificadas actualmente na EB 23 Francisco Cabrita e ES Albufeira, que funcionam actualmente com um número de turmas superior à capacidade das instalações existentes.

Quadro III. 4 – Capacidades actuais e futuras dos estabelecimentos de ensino

Código	Escola	Natureza	Freguesia	Situação Actual			Situação Futura				
				Matrículas 2003/2004	Nº salas / Turmas Actual	Capacidade Actual	Nº salas / Turmas Programado	Alunos por turma (recomendável)	Capacidade Futura Recomendável	Alunos por turma (máximo)	Capacidade Futura Máxima
0201	Jl Albufeira	Público	Albufeira	110	5	100	5	20	100	25	125
0268	Jl Vale de Carro	Público	Albufeira	50	2	40	2	20	40	25	50
0524	Jl "Grãozinho de Areia"	Privado	Albufeira	27	1	20	1	20	20	20	20
0086	Jl Casinha da Torre	Privado	Albufeira	40	2	40	2	20	40	23	46
0380	Jl "Quinta dos Pardais"	IPSS	Albufeira	78	7	140	7	20	140	25	175
0651	Jl "O Búzio"	IPSS	Albufeira	109	5	100	5	20	100	22	110
0288	Jl "A Turma dos Traquinas"	IPSS	Albufeira	50	2	40	2	20	40	25	50
0161	Jl Ferreiras (Vale Serves)	Público	Ferreiras	95	4	80	6	20	120	25	150
0147	Jl Guia	Público	Guia	75	3	60	5	20	100	25	125
0226	Jl de Vale Rabelho	Público	Guia	50	2	40	2	20	40	25	50
0836	Jl Olhos d'Água	Público	Olhos d'Água	95	3	60	3	20	60	25	75
0261	Jl Paderne	Público	Paderne	95	4	80	5	20	100	25	125
0029	EB1 Mouraria	Público	Albufeira	24	1	23	1	23	23	25	25
0291	EB1 nº1 Albufeira	Público	Albufeira	212	6	138	6	23	138	25	150
0675	EB1 Sesmarias	Público	Albufeira	37	2	46	2	23	46	25	50
0855	EB1 nº2 Albufeira (Caliços)	Público	Albufeira	540	12	276	14	23	322	25	350
0809	Colégio "Vale de Montechoro"	Privado	Albufeira	47	2	50	2	25	50	27	54
0090	EB1 Ferreiras	Público	Ferreiras	163	5	115	5	23	115	24	120
0931	EB1 Fontainhas	Público	Ferreiras	82	4	80	4	20	80	20	80
0541	EB1 Vale de Parra	Público	Guia	54	3	69	3	23	69	25	75
0924	EB1 Guia	Público	Guia	82	2	46	0	23	0	25	0
0472	EB1 Vale de Carro	Público	Olhos d'Água	73	4	92	5	23	115	25	125
0584	EB1 Olhos d'Água	Público	Olhos d'Água	147	7	161	7	23	161	25	175
0797	EB1 Brejos	Público	Olhos d'Água	188	4	92	6	23	138	25	150
0025	EB1 Cerro do Ouro	Público	Paderne	23	2	46	2	23	46	25	50
0412	EB1 Paderne	Público	Paderne	129	7	161	7	23	161	25	175
0532	EB23 Diamantina Negrão	Público	Albufeira	433	20	500	20	25	500	28	560
0667	EB23 Martim Fernandes	Público	Albufeira	549	24	600	24	25	600	28	672
0790	EB23 Francisco Cabrita	Público	Albufeira	679	25	625	25	25	625	28	700
0596	EB23 Ferreiras	Público	Ferreiras	284	12	300	18	25	450	28	504
0888	EB23 Paderne	Público	Paderne	198	11	275	11	25	275	28	308
053	ES Albufeira	Público	Albufeira	861	42	1 050	42	25	1 050	28	1 176
4001	E. Profissional Ass. Agostinho Roseta	Privado	Paderne	108	5	120	5	24	120	24	120
1001	Nova EB1+Jl da Correeira	Público	Albufeira	0	0	0	13	23	299	25	325
-	Nova EB12 programada	Público	Guia	0	0	0	20	25	500	25	500

Fonte: Inquéritos às escolas

Como referido na Parte I deste relatório, não foi possível obter informação acerca do Jardim-de-Infância privado “Arco-Iris”, pelo que a sua capacidade não está contemplada no planeamento da rede escolar que de seguida se apresenta.

No Quadro III.5 apresenta-se uma síntese destas capacidades, por freguesia e nível de ensino, na qual a repartição da capacidade das EB 23, entre oferta de 2º e de 3º ciclo, reflecte a afectação verificada em 2003/04. Esta estrutura de oferta será a considerada no Cenário Base sendo alterada na proposta de programação da rede escolar considerada posteriormente, tendo por base a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei 46/86) – LBSE, bem como orientações expressas no Programa do 17º Governo.

Quadro III. 5 – Capacidade actual por freguesia e por ciclo

Capacidade Actual c/ Ocupação Recomendável (nº de crianças/alunos)					
Freguesia	Pré-escolar	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Secundário
Albufeira	480	533	750	975	1 050
Ferreiras	80	195	175	275	0
Guia	100	115	0	0	0
Olhos de Água	60	345	0	0	0
Paderne	80	207	100	150	120
Total Concelho	800	1 395	1 025	1 400	1 170

Fonte: Inquéritos às escolas

III.5.2. BALANÇO PROSPECTIVO – CENÁRIO DE BASE

Nesta secção faz-se uma análise prospectiva (para o horizonte de 2013) centrada em balanços de oferta-procura de ensino. Este balanço assenta, por um lado, nas projecções da procura de ensino apresentadas na secção III.4 do presente relatório e, por outro lado, nas capacidades dos

equipamentos existentes e já programados. Através deste balanço prospectivo construiu-se um cenário que servirá de base à reconfiguração da rede escolar que se apresentará mais adiante.

Como resultado da construção do **Cenário Base**, identificam-se as carências da rede escolar actual e já programada face à procura projectada para 2013 e esboçam-se propostas de reconfiguração da rede tendo em vista a supressão das carências identificadas.

Neste balanço prospectivo, que constitui o Cenário Base, admitiram-se as seguintes hipóteses de trabalho:

- Uma cobertura total da procura de ensino (após a sua correcção para 110% da procura inicialmente estimada, no caso do Pré-escolar e 1º Ciclo) nos seus diversos níveis pela rede escolar do concelho, considerando todas as escolas existentes, independentemente da sua natureza (públicas e privadas), bem como as escolas públicas programadas.
- Os actuais estabelecimentos não integrados na rede pública do Ministério da Educação (IPSS, particulares, cooperativos, etc.) manterão em 2013 a oferta e capacidades actualmente existentes.
- Com a construção da EB1 de Ferreiras, foi criado o novo JI de Ferreiras com 4 salas de actividades;
- O JI de Paderne adquire mais uma sala, passando a dispor de 5 salas;
- Prevê-se a ampliação da EB 1 nº2 de Albufeira (Caliços), passando de 12 para 15 salas. Propõe-se que as duas novas salas sejam utilizadas para educação Pré-escolar;
- A EB 1 de Vale de Carro (Olhos de Água) aumenta a sua capacidade de 4 para 6 turmas de 1º ciclo;
- A nova EB 1 com JI da Correeira (Albufeira) é projectada com capacidade para 5 salas de Pré-escolar e 8 turmas de 1º ciclo;

- A EB 23 de Ferreiras passa a funcionar com 18 turmas, 7 de 2º ciclo e 11 de 3º ciclo, aumento permitido pela capacidade actual da escola;
- A EB 23 de Paderne ganha uma turma de 2º ciclo, aumento ainda permitido pela capacidade actual da escola;
- A EB 23 de Ferreiras aumenta a oferta para 7 turmas de 2º ciclo e 11 de 3º ciclo (actualmente, 6+6, abaixo da ocupação permitida);
- A EB 23 Francisco Cabrita passa a funcionar com o número de turmas para o qual foi projectado, isto é, reduz a capacidade de 26 para 25 turmas (12 de 2º ciclo + 13 de 3º ciclo)
- A ES de Albufeira reduz a sua oferta para 42 turmas, o máximo projectado para a escola.
- Os restantes estabelecimentos da rede pública do M.E. manterão as suas tipologias e capacidades actuais (no caso da Capacidade Actual indicada). Para o cálculo da Capacidade Futura (ou Programada), são consideradas as alterações referidas na secção III.5.1, e que se referem a este Cenário Base.

O balanço Oferta-Procura presente na coluna "Mantendo Oferta Actual", é obtido pela diferença entre a procura de ensino em 2013 e a Capacidade Actual. O balanço Oferta-Procura em 2013, com "Ocupação Recomendável" é dado pela diferença entre procura de ensino em 2013 e Capacidade Programada para 2013, com a ocupação por sala recomendável. Para o balanço Oferta-Procura com "Ocupação Máxima", a capacidade utilizada é a resultante da ocupação máxima, em alunos por sala (Pré-escolar e 1º ciclo) ou por turma (2º e 3º ciclos do Básico e Secundário), admissível para cada ciclo.

No Quadro III.6 resume-se o balanço entre a capacidade actual e programada dos equipamentos, por ciclo e à freguesia, e a procura estimada para 2013. Dá-se assim uma primeira imagem geral de quais as carências da actual oferta da rede escolar, e qual o balanço entre oferta e procura de ensino no horizonte temporal de 10 anos.

Quadro III. 6 - Balanço Oferta-Procure por ciclo para o Cenário Base

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR							
Freguesia	Procure de Ensino em 2013	Capacidade (nº de crianças)			Balanço Oferta-Procure		
		Actual	Programada (recomendável)	Programada (máxima)	Mantendo Oferta Actual	2013 (Ocupação Recomendável)	2013 (Ocupação Máxima)
Albufeira	647	480	595	701	-167	-52	54
Ferreiras	197	80	120	150	-117	-77	-47
Guia	109	100	140	175	-9	31	66
Olhos de Água	133	60	60	75	-73	-73	-58
Paderne	105	80	100	125	-25	-5	20
Total Concelho	1 190	800	1 015	1 226	-390	-175	36

1º CICLO DO ENSINO BÁSICO							
Freguesia	Procure de Ensino em 2013	Capacidade (nº de alunos)			Balanço Oferta-Procure		
		Actual	Programada (recomendável)	Programada (máxima)	Mantendo Oferta Actual	2013 (Ocupação Recomendável)	2013 (Ocupação Máxima)
Albufeira	1 133	533	763	829	-600	-370	-304
Ferreiras	309	195	195	200	-114	-114	-109
Guia	186	115	184	200	-71	-2	14
Olhos de Água	231	345	414	450	114	183	219
Paderne	163	207	207	225	44	44	62
Total Concelho	2 023	1 395	1 763	1 904	-628	-260	-119

2º CICLO DO ENSINO BÁSICO							
Freguesia	Procure de Ensino em 2013	Capacidade (nº de alunos)			Balanço Oferta-Procure		
		Actual	Programada (recomendável)	Programada (máxima)	Mantendo Oferta Actual	2013 (Ocupação Recomendável)	2013 (Ocupação Máxima)
Albufeira	785	750	750	840	-35	-35	55
Ferreiras	162	175	175	196	13	13	34
Guia	116	0	345	375	-116	229	259
Olhos de Água	110	0	0	0	-110	-110	-110
Paderne	78	100	125	140	22	47	62
Total Concelho	1 252	1 025	1 395	1 551	-227	143	299

3º CICLO DO ENSINO BÁSICO							
Freguesia	Procure de Ensino em 2013	Capacidade (nº de alunos)			Balanço Oferta-Procure		
		Actual	Programada (recomendável)	Programada (máxima)	Mantendo Oferta Actual	2013 (Ocupação Recomendável)	2013 (Ocupação Máxima)
Albufeira	979	975	975	1 092	-4	-4	113
Ferreiras	194	275	275	308	81	81	114
Guia	168	0	0	0	-168	-168	-168
Olhos de Água	130	0	0	0	-130	-130	-130
Paderne	112	150	150	168	38	38	56
Total Concelho	1 583	1 400	1 400	1 568	-183	-183	-15

ENSINO SECUNDÁRIO							
Freguesia	Procure de Ensino em 2013	Capacidade (nº de alunos)			Balanço Oferta-Procure		
		Actual	Programada (recomendável)	Programada (máxima)	Mantendo Oferta Actual	2013 (Ocupação Recomendável)	2013 (Ocupação Máxima)
Albufeira	794	1 050	1 050	1 176	256	256	382
Ferreiras	181	0	0	0	-181	-181	-181
Guia	148	0	0	0	-148	-148	-148
Olhos de Água	114	0	0	0	-114	-114	-114
Paderne	98	120	120	120	22	22	22
Total Concelho	1 335	1 170	1 170	1 296	-165	-165	-39

Da análise deste balanço, centrada na ocupação futura recomendável, resultam as seguintes conclusões principais:

- No Pré-escolar, verifica-se uma carência a nível do concelho de 175 lugares. Apenas a freguesia de Guia apresenta saldo positivo de oferta-procura;
- No 1º ciclo do Ensino Básico, a carência no concelho é de 260 lugares, com a freguesia de Albufeira a apresentar um saldo negativo de 370 lugares, compensado em parte pelo excesso de 183 lugares em Olhos d'Água;
- No conjunto dos 2º e 3º ciclos do Ensino Básico, verifica-se que a oferta cobre a quase totalidade da procura; no entanto, enquanto no 2º ciclo existe um excesso de oferta global de 143 lugares, no 3º ciclo há uma carência de 183. De salientar o excesso de 229 lugares de 2º ciclo na Guia e a carência de 110 lugares em Olhos d'Água, para o mesmo ciclo, e as carências de 168 e 130 lugares de 3º ciclo, respectivamente nas freguesias da Guia e Olhos d'Água, devidas à inexistência de oferta deste ciclo de ensino nas freguesias.
- Ao nível do Ensino Secundário, verifica-se uma carência (de 165 vagas) a nível do concelho e nas três freguesias em que não há este tipo de oferta que se limita à ES de Albufeira e à Escola Profissional instalada em Paderne.

III.5.3. CONFIGURAÇÃO DA REDE ESCOLAR

As alterações de tipologia e funcionamento dos equipamentos, relativamente ao Cenário Base, que se reflectem, como foi referido, apenas sobre as Capacidades Programadas (a Capacidade Actual mantém-se inalterada) são as que se seguem:

- São criadas 4 salas de actividades de Pré-escolar na freguesia de Olhos de Água. Estas salas resultam da conversão de duas salas na EB 1 de Olhos d'Água e duas na EB1 de Brejos em salas de actividade (solução adoptada). Em alternativa, pode optar-se pela conversão de parte das salas das 3 EB 1 da freguesia, ou pela sua ampliação com criação de salas de JI;
- Conversão em salas de actividades de Pré-escolar de 3 salas da EB1 nº2 de Albufeira (Caliços);
- Conversão em salas de actividade de Pré-escolar das duas salas da actual EB1 da Guia;
- Construção de uma nova EB1 na freguesia de Ferreiras com 10 salas para 1º Ciclo e transformação da EB1 (Plano Centenário) em Jardim de Infância com 4 salas;
- Construção da EB1 com JI de Vale Pedras, com capacidade para 12 salas para 1º ciclo e 4 salas para JI;
- A EB1 com JI projectada para a Correeira (freguesia de Albufeira) é projectada com capacidade para 5 salas de actividade de Pré-escolar e 8 turmas de 1º Ciclo;
- A construção de uma nova Escola Básica Integrada (com oferta de 1º, 2º e 3º ciclos) na freguesia de Guia, com capacidade para 19 turmas, distribuídas por 6 turmas de 1º ciclo, 6 turmas de 2º ciclo e 7 turmas de 3º ciclo;
- A EB23 Diamantina Negrão conserva a oferta de 2º e 3º ciclo, mas altera a distribuição das turmas para 11 turmas de 2º ciclo e 9 turmas de 3º ciclo;

- Eventual conversão de algumas EB23 em Escolas Básicas Integradas (1º, 2º e 3º ciclos do Ensino Básico);
- A EB 23 de Ferreiras mantém a oferta de 2º e 3º ciclo, alterando a distribuição de turmas para 8 de 2º ciclo e 10 de 3º ciclo;
- A estrutura de oferta da EB 23 de Paderne mantém-se inalterada, em relação ao Cenário Base: 5 turmas de 2º ciclo e 6 de 3º ciclo;
- A Escola Secundária de Albufeira passa a ES/3, passando da actual oferta de 43 turmas de secundário, para 14 turmas de 3º ciclo e 28 turmas de secundário. Como foi anteriormente referido, 42 turmas é o máximo projectado para esta escola, actualmente a funcionar acima da capacidade;
- É construída de raiz uma nova ES/3, com capacidade para pelo menos 37 turmas, em Vale Pedras na freguesia de Albufeira. A estrutura de oferta distribui-se por 14 turmas de 3º ciclo e 23 turmas de secundário.

A curto prazo, pretende-se que toda a rede escolar do 1º Ciclo funcione em regime normal, substituindo-se progressivamente o regime de desdobramento.

No Quadro III.7 apresenta-se a lista completa das escolas que integram a rede escolar proposta neste cenário, bem como as capacidades por ciclo.

Quadro III. 7 – Rede escolar proposta

Código	Escola	Modalidade	Freguesia	Capacidade (nº de alunos)				
				Pré-escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário
0086	JI Casinha da Torre	Privado	Albufeira	40	0	0	0	0
0201	JI Albufeira	Público	Albufeira	100	0	0	0	0
0380	JI "Quinta dos Pardais"	IPSS	Albufeira	140	0	0	0	0
0524	JI "Grãozinho de Areia"	Privado	Albufeira	20	0	0	0	0
0651	JI "O Búzio"	IPSS	Albufeira	100	0	0	0	0
0790	EB I Francisco Cabrita	Público	Albufeira	0	225	275	150	0
0809	Colégio "Vale de Montechoro"	Privado	Albufeira	0	50	0	0	0
0853	ES34 Albufeira	Público	Albufeira	0	0	0	350	700
0855	EB01 nº2 Albufeira (Caliços)	Público	Albufeira	69	253	0	0	0
0268	JI Vale de Carro	Público	Albufeira	40	0	0	0	0
0288	JI "A Turma dos Traquinas"	IPSS	Albufeira	40	0	0	0	0
0532	EB23 Diamantina Negrão	Público	Albufeira	0	0	350	150	0
1001	EB01 da Correieira	Público	Albufeira	92	207	0	0	0
9992	ES34 nº2 de Albufeira	Público	Albufeira	0	0	0	322	529
0029	EB1 Mouraria	Público	Albufeira	0	23	0	0	0
0291	EB1 nº1 Albufeira	Público	Albufeira	0	138	0	0	0
0667	EB I Martim Fernandes	Público	Albufeira	0	200	275	125	0
0675	EB1 Sesmarias	Público	Albufeira	0	46	0	0	0
0090	EB1 Ferreiras	Público	Ferreiras	0	115	0	0	0
0161	JI Ferreiras (Vale Serves)	Público	Ferreiras	120	0	0	0	0
0596	EB23 Ferreiras	Público	Ferreiras	0	0	200	250	0
0931	EB1 Fontainhas	Público	Ferreiras	0	80	0	0	0
9993	EB01 nº2 de Ferreiras	Público	Ferreiras	69	115	0	0	0
0147	JI Guia	Público	Guia	60	0	0	0	0
0226	JI de Vale Rabelho	Público	Guia	40	0	0	0	0
0541	EB1 Vale de Parra	Público	Guia	0	69	0	0	0
0924	JI (anterior EB1 da Guia)	Público	Guia	40	0	0	0	0
9991	EB I da Guia	Público	Guia	0	138	138	161	0
0472	EB1 Vale de Carro	Público	Olhos d'Água	0	115	0	0	0
0584	EB1 Olhos d'Água	Público	Olhos d'Água	46	115	0	0	0
0797	EB1 Brejos	Público	Olhos d'Água	46	92	0	0	0
0836	JI Olhos d'Água	Público	Olhos d'Água	60	0	0	0	0
0025	EB1 Cerro do Ouro	Público	Paderne	0	46	0	0	0
0261	JI Paderne	Público	Paderne	100	0	0	0	0
0412	EB1 Paderne	Público	Paderne	0	161	0	0	0
0888	EB23 Paderne	Público	Paderne	0	0	125	150	0
4001	E. Profissional Ass. Agostinho Roseta	Privado	Paderne	0	0	0	0	120

No Quadro III.8 apresenta-se o balanço oferta-procura prospetivo (para 2013) associado a esta alternativa.

Quadro III. 8 - Balanço Oferta-Procure (2013) por ciclo e freguesia

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR							
Freguesia	Procure de Ensino em 2013	Capacidade (nº de crianças)			Balanço Oferta-Procure		
		Actual	Programada (recomendável)	Programada (máxima)	Mantendo Oferta Actual	2013 (Ocupação Recomendável)	2013 (Ocupação Máxima)
Albufeira	647	480	641	751	-167	-6	104
Ferreiras	197	80	189	225	-117	-8	28
Guia	109	100	140	175	-9	31	66
Olhos de Água	133	60	152	175	-73	19	42
Paderne	105	80	100	125	-25	-5	20
Total Concelho	1 190	800	1 222	1 451	-390	32	261

1º CICLO DO ENSINO BÁSICO							
Freguesia	Procure de Ensino em 2013	Capacidade (nº de alunos)			Balanço Oferta-Procure		
		Actual	Programada (recomendável)	Programada (máxima)	Mantendo Oferta Actual	2013 (Ocupação Recomendável)	2013 (Ocupação Máxima)
Albufeira	1 133	533	1 142	1 255	-600	9	122
Ferreiras	309	195	310	325	-114	1	16
Guia	186	115	207	225	-71	21	39
Olhos de Água	231	345	322	350	114	91	119
Paderne	163	207	207	225	44	44	62
Total Concelho	2 023	1 395	2 188	2 380	-628	165	357

2º CICLO DO ENSINO BÁSICO							
Freguesia	Procure de Ensino em 2013	Capacidade (nº de alunos)			Balanço Oferta-Procure		
		Actual	Programada (recomendável)	Programada (máxima)	Mantendo Oferta Actual	2013 (Ocupação Recomendável)	2013 (Ocupação Máxima)
Albufeira	785	775	900	1 008	-10	115	223
Ferreiras	162	175	200	224	13	38	62
Guia	116	0	138	150	-116	22	34
Olhos de Água	110	0	0	0	-110	-110	-110
Paderne	78	100	125	140	22	47	62
Total Concelho	1 252	1 050	1 363	1 522	-202	111	270

3º CICLO DO ENSINO BÁSICO							
Freguesia	Procure de Ensino em 2013	Capacidade (nº de alunos)			Balanço Oferta-Procure		
		Actual	Programada (recomendável)	Programada (máxima)	Mantendo Oferta Actual	2013 (Ocupação Recomendável)	2013 (Ocupação Máxima)
Albufeira	979	975	1 097	1 218	-4	118	239
Ferreiras	194	275	250	280	81	56	86
Guia	168	0	161	175	-168	-7	7
Olhos de Água	130	0	0	0	-130	-130	-130
Paderne	112	150	150	168	38	38	56
Total Concelho	1 583	1 400	1 658	1 841	-183	75	258

ENSINO SECUNDÁRIO							
Freguesia	Procure de Ensino em 2013	Capacidade (nº de alunos)			Balanço Oferta-Procure		
		Actual	Programada (recomendável)	Programada (máxima)	Mantendo Oferta Actual	2013 (Ocupação Recomendável)	2013 (Ocupação Máxima)
Albufeira	794	1 050	1 229	1 359	256	435	565
Ferreiras	181	0	0	0	-181	-181	-181
Guia	148	0	0	0	-148	-148	-148
Olhos de Água	114	0	0	0	-114	-114	-114
Paderne	98	120	120	120	22	22	22
Total Concelho	1 335	1 170	1 349	1 479	-165	14	144

Da análise do Quadro III.8 podem tirar-se as seguintes conclusões:

- A nível da educação Pré-escolar, nota-se um equilíbrio entre oferta e procura, com excedente ligeiro de oferta a nível do concelho, mas distribuição relativamente equilibrada a nível das freguesias. É de sublinhar que para este saldo contribuem os JI privados e das IPSS (que representam, só na freguesia de Albufeira, uma oferta de 340 lugares, não considerando a oferta do JI privado “Arco-Íris”, sobre o qual não se obteve informação, embora seja de presumir que a sua capacidade ronde as 3 salas de actividades). Note-se que o saldo ligeiramente negativo no Pré-escolar nas freguesias de Paderne (-8 lugares) e Ferreiras (-5 lugares) são facilmente supráveis com o aumento do número de crianças por sala de actividades de Pré-escolar para 21 ou 22 crianças;
- A freguesia de Ferreiras passa a ter cobertura integral da procura de 1º ciclo com a construção da nova escola EB 1. Mantém-se o balanço nas restantes freguesias.
- A freguesia de Albufeira passa a ter oferta suficiente de Pré-escolar, mantendo o saldo positivo no 1º Ciclo;
- No 1º ciclo são colmatadas as carências de oferta na freguesia da Guia, passando inclusivamente a existir uma folga considerável a nível do concelho, a nível do 1º ciclo (+165 lugares). No 2º ciclo, conta-se com a oferta excedentária das freguesias vizinhas de Albufeira e Ferreiras para colmatar as carências da freguesia de Olhos de Água (-110 lugares), por não se justificar a construção de uma escola com apenas 4/5 turmas de 2º ciclo. Os excedentes verificados a nível do concelho, no Pré-escolar e 1º ciclo, abrem a possibilidade de encerramento ou conversão para outro tipo de actividade (por exemplo, ATL) de alguns equipamentos de menor dimensão, caso tal se considere desejável;
- A transferência de turmas de 2º e 3º ciclos para o 1º ciclo, nas EB 23 convertidas em Escolas Básicas Integradas, permite uma gestão da oferta mais flexível e equilibrada, cobrindo a procura esperada para qualquer um dos três ciclos indicados;

- O 3º ciclo e o secundário apresentam um grande equilíbrio entre oferta e procura a nível do concelho (+50 e +14 lugares, respectivamente), mantendo-se no entanto a concentração da oferta nas freguesias de Albufeira, Ferreiras, Guia e Paderne (3º ciclo) e Albufeira e Paderne (a nível do secundário embora de carácter profissional, no caso de Paderne). Esta situação, não sendo ideal, é aceitável se se tiver em conta que a procura esperada em Olhos de Água (3º ciclo) e de Guia e Olhos de Água (3º ciclo e secundário), não são suficientes para justificar a criação de oferta própria destes níveis de ensino.

Tomando como referência os territórios educativos definidos no capítulo III.3 (perspectiva futura), apresentam-se de seguida (Quadro III.9) os saldos entre oferta e procura, com indicação de capacidades actuais e futuras, para cada um dos seis territórios educativos. Note-se que a informação demográfica disponível tinha como unidade a freguesia, pelo que foi com base nesta unidade geográfica que se fizeram as previsões de procura de ensino.

Ao converter essa mesma procura pelos diversos territórios educativos (que, à excepção dos TE de Paderne, Ferreiras e Guia, não coincidem com os limites das freguesias) foi necessário proceder a uma afectação da procura de ensino proporcional à oferta dos equipamentos de cada território que se localizam em cada freguesia. Esta afectação da procura envolve alguma arbitrariedade e artificialismo, devendo ser encarada como meramente indicativa (e usada apenas para efeitos da realização deste exercício), pelo que é mais sustentada a análise integrada dos três territórios educativos que abrangem as freguesias de Albufeira e Olhos d'Água. Neste sentido, mostra-se ainda o total parcial para o conjunto dos três territórios educativos das freguesias de Albufeira e Olhos d'Água, onde a gestão de capacidades deverá ser feita de forma integrada.

É também pela necessidade de ir corrigindo a precisão dos dados relativos à origem dos alunos que frequentam cada estabelecimento de ensino, no sentido de melhorar a gestão de capacidades e condições de ensino de cada equipamento, que se propõem, no capítulo III.6, vectores de monitorização da evolução do sistema de ensino do município de Albufeira.

Quadro III. 9 - Balanço Oferta-Procure (2013) por ciclo, por Território Educativo

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR								
Território Educativo	Procura de Ensino em 2013	Capacidade (nº de crianças)			Balanço Oferta-Procure			
		Actual	Programada (recomendável)	Programada (máxima)	Mantendo Oferta Actual	2013 (Ocupação Recomendável)	2013 (Ocupação Máxima)	
Ferreiras	197	80	189	225	-117	-8	28	
Paderne	105	80	100	125	-25	-5	20	
Guia	109	100	100	125	-9	-9	16	
T.E.s de Albufeira	Albufeira Nascente	294	140	324	375	-154	30	81
	Albufeira Centro	323	400	496	582	77	173	259
	Albufeira Poente	162	0	40	50	-162	-122	-112
	Sub-total	779	540	860	1 007	-239	81	228
Total Concelho	1 190	800	1 249	1 482	-390	59	292	

1º CICLO DO ENSINO BÁSICO								
Território Educativo	Procura de Ensino em 2013	Capacidade (nº de alunos)			Balanço Oferta-Procure			
		Actual	Programada (recomendável)	Programada (máxima)	Mantendo Oferta Actual	2013 (Ocupação Recomendável)	2013 (Ocupação Máxima)	
Ferreiras	309	195	310	325	-114	1	16	
Paderne	163	207	207	225	44	44	62	
Guia	186	115	207	225	-71	21	39	
T.E.s de Albufeira	Albufeira Nascente	515	345	529	575	-170	14	60
	Albufeira Centro	567	326	551	606	-241	-16	39
	Albufeira Poente	283	207	407	449	-76	124	166
	Sub-total	1 365	878	1 487	1 630	-487	122	265
Total Concelho	2 023	1 395	2 211	2 405	-628	188	382	

2º CICLO DO ENSINO BÁSICO								
Território Educativo	Procura de Ensino em 2013	Capacidade (nº de alunos)			Balanço Oferta-Procure			
		Actual	Programada (recomendável)	Programada (máxima)	Mantendo Oferta Actual	2013 (Ocupação Recomendável)	2013 (Ocupação Máxima)	
Ferreiras	162	175	200	224	13	38	62	
Paderne	78	100	125	140	22	47	62	
Guia	116	0	138	150	-116	22	34	
T.E.s de Albufeira	Albufeira Nascente	306	175	350	392	-131	44	86
	Albufeira Centro	392	325	250	280	-67	-142	-112
	Albufeira Poente	196	275	275	308	79	79	112
	Sub-total	895	775	875	980	-120	-20	85
Total Concelho	1 252	1 050	1 338	1 494	-202	86	242	

3º CICLO DO ENSINO BÁSICO								
Território Educativo	Procura de Ensino em 2013	Capacidade (nº de alunos)			Balanço Oferta-Procure			
		Actual	Programada (recomendável)	Programada (máxima)	Mantendo Oferta Actual	2013 (Ocupação Recomendável)	2013 (Ocupação Máxima)	
Ferreiras	194	275	250	280	81	56	86	
Paderne	112	150	150	168	38	38	56	
Guia	168	0	161	175	-168	-7	7	
T.E.s de Albufeira	Albufeira Nascente	375	325	472	518	-50	97	143
	Albufeira Centro	489	325	475	532	-164	-14	43
	Albufeira Poente	245	325	125	140	80	-120	-105
	Sub-total	1 109	975	1 072	1 190	-134	-37	81
Total Concelho	1 583	1 400	1 633	1 813	-183	50	230	

ENSINO SECUNDÁRIO								
Território Educativo	Procura de Ensino em 2013	Capacidade (nº de alunos)			Balanço Oferta-Procure			
		Actual	Programada (recomendável)	Programada (máxima)	Mantendo Oferta Actual	2013 (Ocupação Recomendável)	2013 (Ocupação Máxima)	
Ferreiras	181	0	0	0	-181	-181	-181	
Paderne	98	120	120	120	22	22	22	
Guia	148	0	0	0	-148	-148	-148	
T.E.s de Albufeira	Albufeira Nascente	313	0	529	575	-313	216	262
	Albufeira Centro	397	1 050	700	784	653	303	387
	Albufeira Poente	199	0	0	0	-199	-199	-199
	Sub-total	908	1 050	1 229	1 359	142	321	451
Total Concelho	1 335	1 170	1 349	1 479	-165	14	144	

Para melhor compreensão da forma como foi feita a afectação de capacidades de equipamentos aos diversos territórios educativos, apresenta-se no Quadro III.10 a lista de escolas que foram integradas em cada território. A vermelho, são apontados os equipamentos de concretização futura, indicando o território onde será mais provável que sejam integrados. As escolas secundárias não pertencem aos agrupamentos de escolas de cada território educativo, sendo referido o território onde se localizam.

Quadro III. 10 – Lista indicativa da distribuição dos estabelecimentos existentes e propostos, por Território Educativo

Código	Escola	Modalidade	Freguesia	Capacidade (nº de alunos)					Territórios Educativos
				Pré-escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	
0086	JI Casinha da Torre	Privado	Albufeira	40	0	0	0	0	Albufeira Centro
0201	JI Albufeira	Público	Albufeira	100	0	0	0	0	
0380	JI "Quinta dos Pardais"	IPSS	Albufeira	140	0	0	0	0	
0524	JI "Grãozinho de Areia"	Privado	Albufeira	20	0	0	0	0	
0651	JI "O Búzio"	IPSS	Albufeira	100	0	0	0	0	
0790	EB I Francisco Cabrita	Público	Albufeira	0	225	275	150	0	
0809	Colégio "Vale de Montechoro"	Privado	Albufeira	0	50	0	0	0	
0853	ES34 Albufeira	Público	Albufeira	0	0	0	350	700	
0855	EB01 nº2 Albufeira (Caliços)	Público	Albufeira	69	253	0	0	0	
0268	JI Vale de Carro	Público	Albufeira	40	0	0	0	0	
0288	JI "A Turma dos Traquinas"	IPSS	Albufeira	40	0	0	0	0	
0472	EB1 Vale de Carro	Público	Olhos d'Água	0	115	0	0	0	
0532	EB23 Diamantina Negrão	Público	Albufeira	0	0	350	150	0	
0584	EB1 Olhos d'Água	Público	Olhos d'Água	46	115	0	0	0	
0797	EB1 Brejos	Público	Olhos d'Água	46	92	0	0	0	
0836	JI Olhos d'Água	Público	Olhos d'Água	60	0	0	0	0	
1001	EB01 da Correeira	Público	Albufeira	92	207	0	0	0	
9992	ES34 nº2 de Albufeira	Público	Albufeira	0	0	0	322	529	
0029	EB1 Mouraria	Público	Albufeira	0	23	0	0	0	Albufeira Poente
0291	EB1 nº1 Albufeira	Público	Albufeira	0	138	0	0	0	
0667	EB I Martim Fernandes	Público	Albufeira	0	200	275	125	0	
0675	EB1 Sesmarias	Público	Albufeira	0	46	0	0	0	Ferreiras
0090	EB1 Ferreiras	Público	Ferreiras	0	115	0	0	0	
0161	JI Ferreiras (Vale Serves)	Público	Ferreiras	120	0	0	0	0	
0596	EB23 Ferreiras	Público	Ferreiras	0	0	200	250	0	
0931	EB1 Fontainhas	Público	Ferreiras	0	80	0	0	0	
9993	EB01 nº2 de Ferreiras	Público	Ferreiras	69	115	0	0	0	Guia
0147	JI Guia	Público	Guia	60	0	0	0	0	
0226	JI de Vale Rabelho	Público	Guia	40	0	0	0	0	
0541	EB1 Vale de Parra	Público	Guia	0	69	0	0	0	
0924	JI (anterior EB1 da Guia)	Público	Guia	40	0	0	0	0	
9991	EB I da Guia	Público	Guia	0	138	138	161	0	Paderne
0025	EB1 Cerro do Ouro	Público	Paderne	0	46	0	0	0	
0261	JI Paderne	Público	Paderne	100	0	0	0	0	
0412	EB1 Paderne	Público	Paderne	0	161	0	0	0	
0888	EB23 Paderne	Público	Paderne	0	0	125	150	0	
4001	E. Profissional Ass. Agostinho Roseta	Privado	Paderne	0	0	0	0	120	

III.5.4. HIERARQUIZAÇÃO DAS INTERVENÇÕES A REALIZAR

Conforme indicado no início deste documento e enquanto instrumento de planeamento que é, a Carta Educativa assume-se como dinâmica e susceptível de se adaptar às mudanças e comportamentos observados no concelho, tanto ao nível da oferta como da procura. Assim, a hierarquização das intervenções prender-se-á às necessidades prementes registadas no período de vigência da Carta, as quais irão derivar da avaliação, acompanhamento e monitorização a decorrer nesse mesmo período. Contudo, pode esboçar-se um cronograma indicativo com a hierarquia e calendário previstos para as intervenções a operar no concelho.

No cronograma não se encontram expressas as reconfigurações e redistribuições de turmas propostas para cada estabelecimento de ensino, uma vez que estas, como já vimos, vão depender das orientações provenientes da Tableau de Bord a construir no decorrer da monitorização da Carta Educativa.

Quadro III. 11 – Intervenções a realizar no curto/médio prazo

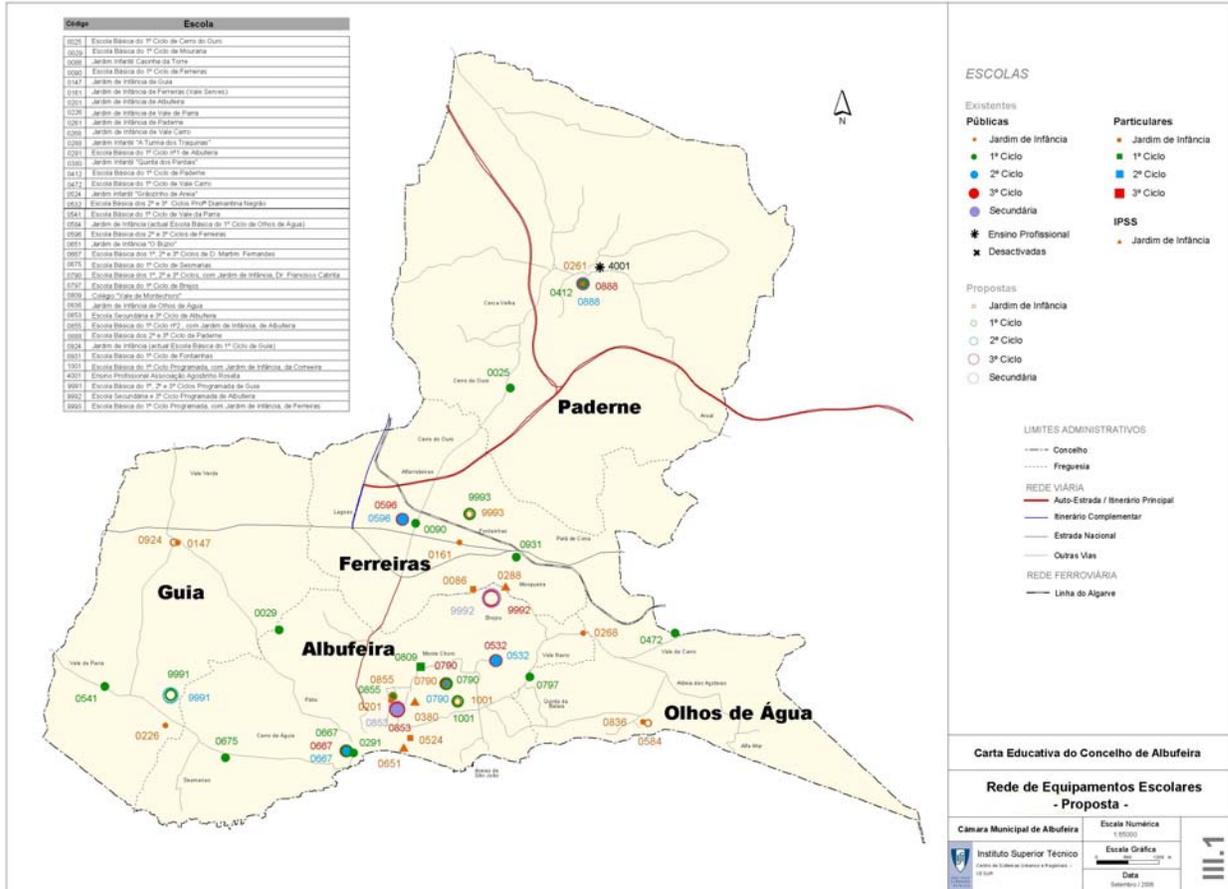
CARTA EDUCATIVA DO MUNICÍPIO DE ALBUFEIRA		
Intervenções	Curto Prazo	Médio Prazo
Construção EB1/JI Correira a)		
Construção EBI na Guia		
Construção ES em Albufeira		
Construção EB1 de Ferreiras a)		
Construção EB1/JI de Vale Pedras		
Ampliação JI de Paderne		
Ampliação EB1 de Caliços a)		
Ampliação EB1 das Sesmarias		
Ampliação EB1 Vale Parra		
Ampliação da EB1 das Fontainhas		
Ampliação EB1 de Brejos a)		
Ampliação/Reconversão EB1 Cerro de Ouro		
Ampliação EB1 de Vale Carro a)		
Reconversão EB1 Guia em JI		

a) Concluído/Realizado

Nota: Não se considerou a reconfiguração e redistribuição de turmas por ciclos de ensino.

Estima-se um custo de construção de cerca de 650€/m² e a título de exemplo, poder-se-á indicar o valor de adjudicação de obra dos últimos estabelecimentos de ensino construídos no concelho, nomeadamente a EB1 da Correeira (1.166.996,57€+266.850,00€ de trabalhos adicionais) e EB1 de Ferreiras (866.218,27€).

Na Carta III.1 são representadas as propostas de reconfiguração da Rede de Equipamentos Escolares, para o Concelho de Albufeira.



III.5.4. ELEVAÇÃO DAS OFERTAS EDUCATIVAS

Com o plano de reordenamento da rede educativa apresentado na secção anterior cria-se uma rede de equipamentos de educação e ensino que, através da requalificação do parque escolar, proporcionará a alunos e professores instalações e dotações de equipamento adequadas a uma boa vivência escolar, às modernas exigências pedagógicas e ao pleno desenvolvimento dos processos educativos.

Para que estes objectivos possam ser alcançados, é crucial que seja implementada uma adequada rede de transporte escolar e o reforço da Acção Social Escolar. Estas são medidas de suporte essenciais para o sucesso do plano apresentado.

Complementarmente, e ainda como medidas de suporte à elevação das ofertas educativas, importa:

- Dotar as escolas de equipamentos informáticos, recursos multimédia, aplicações educativas e acessos rápidos à internet e desenvolver nas crianças competências na exploração das Tecnologias de Informação;
- Desenvolver actividades extra-curriculares, nomeadamente tirando partido do alargamento do horário de funcionamento dos JI e escolas do 1º ciclo, promovendo a educação não-formal e as actividades lúdico-desportivas.

No que se refere ao 2º e 3º ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário, importa adoptar medidas de combate ao insucesso, abandono e saída antecipada. Neste particular, assume grande relevância promover uma oferta educativa mais ajustada ao perfil, motivação e interesses dos jovens do concelho de Albufeira, o que passa pelo desenvolvimento de ofertas formativas de cariz tecnológico e profissional.

A necessidade da diversificação das ofertas educativas é particularmente aguda num quadro de alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos de idade que constitui um desafio difícil

num concelho em que as taxas de saída antecipada e de abandono precoce são consideráveis. Para a montagem e desenvolvimento de ofertas educativas tecnológicas e profissionais importa mobilizar diversos actores como associações profissionais e empresariais, escolas e centros de formação profissional implantados em concelhos vizinhos e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, tirando partido de capacidades e *know-how* existentes e promovendo parcerias publico-privadas e complementaridades.

Na mesma linha, seria interessante desenvolver mecanismos de cooperação com municípios vizinhos no sentido de montar uma oferta educativa e formativa abrangente, de carácter supra-municipal.

Ainda com os mesmos objectivos e visando também a elevação dos níveis de qualificação da população residente no concelho de Albufeira, importaria promover currículos alternativos (nomeadamente para os 2º e 3º ciclos) e o ensino de segunda oportunidade (ensino recorrente), com curricula e regime de funcionamento, nomeadamente em horários, ajustados às necessidades e motivações dos residentes no concelho. Também neste particular as ofertas de cariz tecnológico ou profissional seriam uma mais valia significativa para atrair à escola aqueles que, por razões diversas, a abandonaram precocemente.

III.6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS/ MONITORIZAÇÃO

Como é sabido, o processo de planeamento não se esgota no acto de elaboração do plano, o qual deve ser alvo de revisão permanente face ao acompanhamento e monitorização do sistema alvo desse plano.

As Cartas Educativas constituem-se como instrumentos sectoriais de planeamento que organizam o conhecimento sobre um domínio específico – os serviços de educação e ensino – e visam adequar a rede de equipamentos às perspectivas de desenvolvimento dos concelhos, de acordo com cenários de evolução demográfica e socio-económica estabelecidos e com as necessidades e aspirações das populações.

A presente Carta Educativa, enquanto instrumento de planeamento da rede educativa do Concelho de Albufeira, reflecte o conhecimento actual sobre esta rede e perspectiva a sua evolução com base na informação hoje disponível. Para se tornar num instrumento vivo e permanentemente actual, carece de aprofundamento sucessivo e de revisão e actualização dinâmicas face a evoluções demográficas, socio-económicas e da procura de ensino que importa monitorizar, bem como de alterações do quadro legislativo e orientador que enquadram o sistema educativo.

Deste modo, recomenda-se que a Câmara Municipal de Albufeira promova a monitorização do sistema e revisão da Carta Educativa, introduzindo dinamicamente as necessárias alterações ao plano agora estabelecido.

Em particular, julga-se recomendável monitorizar:

- i) As dinâmicas urbanas, sociológicas e demográficas, particularmente naqueles aspectos que possam constituir inflexões de trajectória relativamente às tendências previstas.
- ii) As ocorrências de nascimentos (nados-vivos por área geográfica), com previsão da procura que lhes estará associada.

- iii) Planos e projectos urbanísticos (Planos de Urbanização, Planos de Pormenor, projectos de loteamento), com previsão dos acréscimos populacionais que lhes estão associados e correspondentes acréscimos da procura de ensino e/ou alterações da expressão espacial dessa procura.
- iv) A evolução da população escolar, nomeadamente no que respeita à frequência dos estabelecimentos de ensino e respectivas inflexões de trajectória cujas determinantes importa tentar perceber.
- v) A evolução do desempenho do sistema educativo, quer na vertente endógena de desempenho escolar (abandono, retenção, etc.), quer na vertente de relações com a envolvente, nomeadamente no que respeita à adequação da oferta educativa às necessidades e anseios das populações.
- vi) A evolução do estado de conservação das instalações e da adequação dos equipamentos e recursos complementares às necessidades pedagógicas e das aprendizagens vigentes em cada instante.
- vii) Indicadores de eficiência em relação aos serviços prestados, designadamente no que respeita à sobre ou subutilização das infra-estruturas escolares;
- viii) Indicadores de eficácia associados aos resultados do processo educativo e tendo em conta os fenómenos de retenção e abandono, inserção ou exclusão social e integração profissional da formação obtida.

A análise da informação acima referida permite construir um “Tableau de Bord” que será de grande utilidade para a monitorização da rede educativa do concelho de Albufeira, evitando assim deseconomias e desajustamentos entre a procura e a oferta.

No que respeita ao quadro legislativo e orientador, não é por demais sublinhar as profundas alterações que se perspectivam com o previsível alargamento da escolaridade até aos 18 anos, como atrás discutido. É da maior importância que se procure acompanhar as evoluções deste

processo e as orientações do Ministério da Educação decorrentes das intenções expressas no Programa do Governo. Como anteriormente referido, o alargamento da escolaridade obrigatória é particularmente desafiante no caso do concelho de Albufeira, cuja única escola secundária se encontra já em vias de saturação, pelo que aquele alargamento da escolaridade obrigatória poderá constituir uma oportunidade para adequar a oferta deste nível numa perspectiva de médio/longo prazo.

Por fim, não é por demais sublinhar a importância da participação da população nas soluções a erguer através das entidades apropriadas (associações de pais, juntas de freguesia, grupos ou associações locais, etc.) a fim de que se compreenda o significado das transformações pretendidas e se colham ensinamentos e apoios para a sua implementação. Também nesta vertente importa desenvolver mecanismos de consulta e monitorização.

São todos os factores acima referidos que tornam esta Carta Educativa num documento aberto e permanentemente inacabado conduzindo, conseqüentemente, à necessidade de periodicamente ser revista e actualizada à luz da informação actualizada sobre a conjuntura do momento em questão e perspectivas da sua evolução.